



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MIDIÃ OLIVIA BENTES SANT'ANA

**O PROCESSO ORGANIZATIVO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM
TERRA - MST ATRAVÉS DOS NÚCLEOS DE BASE: A EXPERIÊNCIA DO
ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II CASTANHAL/PA.**

BELÉM - PARÁ

2013

MIDIÃ OLIVIA BENTES SANT'ANA

**O PROCESSO ORGANIZATIVO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM
TERRA - MST ATRAVÉS DOS NÚCLEOS DE BASE: A EXPERIÊNCIA DO
ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II CASTANHAL/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará/UFPA.

Orientadora: Profª Drª. Nádia Socorro Fialho Nascimento

BELÉM - PARÁ
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Santana, Midiã Olivia Bentes , 1980-

O Processo Organizativo do MST através dos
Núcleos de Base: a experiência do Assentamento
João Batista II - Castanhal/PA / Midiã Olivia
Bentes Santana. - 2013.

Orientadora: Nádia Socorro Fialho
Nascimento.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada,
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,
Belém, 2013.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem
Terra - organização. 2. Assentamento João
Batista - Castanhal (PA). 3. Assentamento
humanos - Castanhal (PA). I. Título.

CDD 23. ed. 307,14098115

MIDIÃ OLIVIA BENTES SANT'ANA

**O PROCESSO ORGANIZATIVO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM
TERRA - MST ATRAVÉS DOS NÚCLEOS DE BASE: A EXPERIÊNCIA DO
ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II CASTANHAL/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Nádia Socorro Fialho Nascimento (PPGSS/ICSA/UFPA) – Orientadora

Prof^a. Dr^a. Solange Maria Gayoso da Costa (PPGSS/ICSA/UFPA) – Examinadora
Interna

Prof^a. Dr^a. Andrea Bittencourt Pires Chaves (PPGCS/IFCH/UFPA) - Examinadora
Externa

Dedico este trabalho a Pedro e Heitor, meus filhos, pelo riso, pelo desafio, pelo Amor verdadeiro e necessário.

Aos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento João Batista II, por “temerem mais à miséria do que a morte” e por me ensinarem o significado real da luta diária pela transformação social.

À Mamede Oliveira (In memoriam), camponês Sem Terra, que ousou sonhar e investir na agroecologia como projeto de vida e de luta.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado, ao contrário do que muitos falam, não é uma tarefa solitária, mas sim um caminhar construído, alicerçado e solidificado por pessoas que acreditam, confiam, apoiam e nos incentivam a continuar. Por isso que aqui tem um pouquinho de muitos, aos quais deixo expresso meu eterno e sincero agradecimento.

A Pedro e Heitor, meus amores, por serem meu incentivo, minha esperança, minha coragem, meu desafio, meu alicerce, mas principalmente por continuarem a me amar, mesmo com todos os momentos de stress e ausência no processo de construção dessa dissertação.

À Edmar Duarte, por nossa história.

Aos assentados e assentados do João Batista II, que me acolheram e por me ensinarem a necessidade de acreditar e lutar pelos nossos sonhos.

À minha irmã de alma, Lucilene Souza, pelo incansável apoio e pela dedicação incomparável.

À Hebson, Ângela, Lana, Laura e Lucas por todo o acolhimento, atenção e cuidado no assentamento. Mais que informações, vocês me ensinaram o sentido da luta.

À D. Gildete, seu Pedro Gato e D. Isabel, por toda humildade e simplicidade, mas principalmente por me fazer sentir em família no assentamento. A minha eterna admiração!

À D. Isabel, seu Sabá, Inaldo, Márcio e Valéria, pelas informações, acolhida, respeito e confiança.

À minha amiga Elenize, pela promessa, pela confiança, pelas alegrias.

À minha mãe Zeneide, por solidificar meus valores e por me amar, simples assim!

À minha tia Rosineide Bentes, pelo amor e confiança.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Nádia Fialho, por sua humildade, competência e total apoio, mas principalmente por não me deixar desistir. Não teria conseguido sem você!

Ao amigo "Pipoca" pelo conhecimento, simplicidade e ousadia com que me incentivou.

À minha "amigalinha" Cíntia Dias, pelas palavras de provocação com as quais me incentivou. Menina você é demais!

À minha amiga que o mestrado me proporcionou, Rita de Cássia, por tudo que me incentivou. Sem você, com toda certeza, este teria sido bem mais complicado.

Às minhas amigas guerreiras do mestrado, Fabricia, Milanca, Helen, Eneida, Divanete e Priscila, pelos risos e tropeços no caminhar.

À Célia Maria, minha secretária, por cuidar, mimar e “estragar” meus filhotes, me permitindo momentos de estudo. Sem você eu jamais chegaria até aqui!

À Gleia, Any e D. Rita pelos empréstimos da internet e pela confiança.

A Prof^a. Dr^a. Solange Gayoso, que talvez nem lembre, mas orientou meu projeto quando eu almejava e sonhava com o mestrado.

A Prof^a. Dr^a. Maria Elvira Sá, por acreditar que seria possível.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras do MST por acreditarem e lutarem por um mundo justo!

A Cilene Letícia, pela calma e serena amizade.

A Edane Acioli, Jane e Wladirson Cardozo por esses longos anos de Amor fraternal e por todas as contribuições nesse trabalho.

Aos colegas de trabalho da Saúde Indígena, em especial, à Marinilde Tavares, Perla Corrêa, Fátima Gomes, Lenize Viana, Renata Siva, Débora Wilka, Raimunda Suely, Samara Borges, Sheila Oeiras e Gleice Vania Azevedo por compreenderem o processo de construção deste projeto.

Ao Leone Gama, pelo apoio, pela liberação e pelo entendimento.

Na terra escura da noite
As estrelas são sementes
Pra colher o novo dia
Que espera nossa gente.

Já escuto na lavoura
O passo alegre do povo
Que vai levando nos braços
Os frutos do dia novo.

Entre o hoje e o amanhã
Corre um rio que nos alerta
Nas águas de quem oprime
Não navega quem liberta.

Cai o suor na terra arada
A chuva na plantação
Quem traz ganancia nos olhos
Não traz sementes nas mãos.

São legiões de camponeses
Vindos de enxadas nos ombros
Plantando sua esperança
Nesta vastidão de escombros.

Pelas mãos de gente simples
O dia nasce das sombras
Os frutos dourados do sol
Vão pro celeiro de espera
E a colheita surgindo
Do ventre da primavera.

(Os frutos dourados do sol – Luís Coronel)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo central analisar o processo organizativo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra/MST em Núcleos de Base no Assentamento João Batista II, localizado no município de Castanhal/Pará. Teve como objetivos específicos identificar o Perfil Social dos assentados organizados em Núcleos de Base no assentamento João Batista II; caracterizar as condições de produção e comercialização via Núcleos de Base dos assentados do João Batista II e analisar a organização política em Núcleos de Base do assentamento João Batista II. Teve como método de análise o materialismo histórico e dialético. A pesquisa foi realizada com base em análise documental, bibliográfica, levantamento de dados em campo e a aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas devidamente autorizadas. Os resultados da pesquisa indicam que o processo organizativo via Núcleos de Base foi desconstituído, contudo, as conquistas sociais coletivas via esse processo organizativo são visíveis no assentamento, deixando indícios de novas experiências de trabalho coletivo.

Palavras-chaves: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Núcleos de Base; Luta pela Terra; Processo Organizativo.

ABSTRACT

The present study aimed at examining the organizational process of the Landless Workers Movement / MST Nuclei in Nesting Base II John the Baptist, in the city of Fortaleza / Para. Aimed to identify the specific Social Profile of settlers organized in Nuclei in the settlement Base II John the Baptist; characterize the conditions of production and marketing via Core Base of the settlers of John the Baptist II and analyze political organization Nuclei Base nesting John Batista II. Based on historical and dialectical materialism, the walk methodological analysis was based on qualitative methodology and involved, as well as documentary and bibliographic research, field research, with the realization of semi-structured interviews with presentation and signed a consent form free and Clear - IC. The survey results indicate that the organizational cores via deconstituted Base was, however, the social collective through this organizational process are visible on settlements, leaving evidence of new experiences of collective work.

Keywords: Landless Workers Movement, Core Base, struggle for land, organizational process.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I	Mapa do estado do Pará
Figura II	Mapa de localização do assentamento João Batista II.
Figura III	Matéria de Jornal sobre o período da ocupação da fazenda bacuri
Figura IV	Ilustração do Assentamento João Batista II
Figura V	Representação dos lotes de produção do assentamento João Batista II.
Foto I	Casas da agrovila do assentamento João Batista II
Foto II	Escola do assentamento João Batista II
Foto III	Posto de saúde do assentamento em construção
Foto IV	Ônibus do assentamento João Batista II
Quadro I	Organograma da organização política do assentamento João Batista II
Quadro II	Organograma da organização sociopolítica dos Núcleos de Base do assentamento João Batista II
Quadro III	Organização Interna dos Núcleos de Base.
Quadro IV	Perfil social dos entrevistados do assentamento João Batista II

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico I	Variação do número de famílias do Assentamento João Batista de 1998 a 2001
Gráfico II	Origem dos assentados do João Batista II
Gráfico III	Gênero dos Entrevistados
Gráfico IV	Chefia da residência
Gráfico V	Nível de escolaridade dos entrevistados do assentamento João Batista II.
Gráfico VI	Procedência dos entrevistados do assentamento João Batista II
Gráfico VII	Ocupação anterior ao assentamento dos entrevistados do João Batista II.
Gráfico VIII	Ocupação Atual dos entrevistados do assentamento João Batista II.
Gráfico IX	Participação em Programas de Transferência de Renda dos entrevistados do assentamento João Batista II.
Gráfico X	Pertença dos entrevistados do assentamento João Batista II ao MST.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANCA	Associação Nacional de Cooperação Agrícola
APROCJOB	Associação de Produção e Comercialização do Assentamento João Batista II
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de reforma Agraria do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
IFPA	Instituto Federa do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCP	Movimento Camponês Popular
MMC	Movimento Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB	Núcleos de Base
NUARA	Núcleo Universitário de Apoio a Reforma Agrária
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAPO	Sistema Agroecológico de Produção Orgânica
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: REFLEXÕES TEÓRICAS	20
2.1	A QUESTÃO AGRÁRIA E OS CAMINHOS DO CAMPESINATO	20
2.2	MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA TERRA	27
2.3	A LUTA PELA TERRA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	35
3	A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO PARÁ E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	42
3.1	O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E A LUTA PELA TERRA	42
3.2	O ESTADO DO PARÁ E OS CONFLITOS NA LUTA PELA TERRA	46
3.3	APONTAMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO ESTADO DO PARÁ	51
3.4	ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS	57
4	O PROCESSO ORGANIZATIVO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA ATRAVÉS DOS NÚCLEOS DE BASE: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II - CASTANHAL/PA	72
4.1	PERFIL SOCIAL DOS ENTREVISTADOS DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II	72
4.2	CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II	83
4.3	A ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM NÚCLEOS DE BASE DOS ENTREVISTADOS DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II	90
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
	APÊNDICES	108
	ANEXOS	111

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos presentes na área rural do Brasil estão intrinsecamente relacionados à desigualdade social resultante de uma sociedade baseada num modelo de desenvolvimento que tem na propriedade privada da terra a sua centralidade. Este modelo, impulsionado pelo Estado e pelas empresas nacionais e multinacionais, tem desestruturado gradativamente o modo de produção camponês, principalmente através da sua expulsão do meio rural. Essa configuração, alicerçada pela falta de uma efetiva reforma agrária, implica no aprofundamento da exploração e pauperização dos trabalhadores rurais.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), 15,65% da população do Brasil, o que corresponde a 29.852.986 pessoas, residem no espaço rural enquanto 84,35%, o que corresponde a 160.879.708 pessoas residem no espaço urbano. A gestão das políticas públicas tem priorizado o espaço urbano em detrimento do espaço rural e isso tem significado menores investimentos públicos, oportunidades de trabalho, educação, saúde, saneamento básico, entre outros. Segundo o IBGE (2011), 46,7% das pessoas que estão abaixo da linha de extrema pobreza residem na área rural, apesar de apenas 15,6% da população brasileira terem domicílio no campo. Nas áreas rurais a taxa de analfabetismo foi de 31,2%, enquanto nas zonas urbanas a taxa encontrada foi de 6,5%. Os dados do IBGE ainda revelam que sete em cada dez pessoas sem saneamento básico adequado vivem nas áreas rurais.

Em relação à concentração de terras no Brasil, dados do IBGE (2006) revelam que os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais, enquanto que a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1.000 hectares concentram mais de 43% da área total.

Dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (1985 - 2009) revelam que o modelo agrário desenvolvido no Brasil é extremamente violento e desigual ocasionando, anualmente, a expulsão de 2.709 famílias de suas terras, enquanto que 92.290 famílias, em média, são envolvidas em conflitos por terra. O documento também aponta que 6.520 trabalhadores, em média, são submetidos a condições análogas às de trabalho escravo.

Este cenário, que é histórico, fez emergir movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, os quais questionam a propriedade da terra nas mãos de uma minoria, exigindo um modelo agrário brasileiro que atenda aos interesses do camponês, possuindo como principal instrumento contestatório as ocupações de terras devolutas e improdutivas de particulares (que não são seus legítimos proprietários) e da União.

A luta pela terra, presente em todo o processo histórico brasileiro, ganhou força a partir da década de 1950, com o advento das organizações camponesas, principalmente das Ligas Camponesas¹. Apesar da luta pela terra e da luta pela reforma agrária estarem relacionadas, a segunda é mais ampla, uma vez que compreende a necessidade do envolvimento de toda a sociedade em torno de um projeto de desenvolvimento, enquanto que a primeira é mais específica, organizada apenas pelos sujeitos interessados. Assim, de acordo com Fernandes (2002) a luta pela reforma agrária contém a luta pela terra e a luta pela terra promove a luta pela reforma agrária.

No início da década de 1980 começaram as ocupações de terra de forma massiva. Essas lutas isoladas, em quase todos os estados do país, deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o qual foi constituído oficialmente em 1985, fruto da organização política de camponeses, os quais questionam e confrontam a política agrária do governo, exigindo a reforma agrária no país.

O termo Reforma Agrária assumiu distintos significados, adequando-se às novas questões que foram sendo colocadas para e pelas forças sociais interessadas, tanto em função de alterações estruturais e de conjunturas políticas específicas, quanto porque os próprios personagens da luta pela terra (trabalhadores rurais e, mais recentemente, grupos de moradores das periferias urbanas, o empresariado rural/latifundiários, as instâncias do Estado) também sofreram profundas mudanças em seus perfis contestatórios (FERNANDES, 2000).

Desse modo, a demanda por reforma agrária no Brasil é reflexo do crescimento das tensões sociais no campo, da organização e mobilização dos trabalhadores

1 As Liga Camponesas se originaram no estado de Pernambuco como desdobramento de pequenas organizações de plantadores e foreiros (espécie de diaristas) dos grandes engenhos de açúcar da Zona da Mata. Em poucos anos, principalmente a partir de 1945, as Ligas se estenderam em vários estados do Brasil, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tinham como reivindicação uma reforma agrária que atendesse às reivindicações camponesas em seu conjunto (STEDILE, 2002).

rurais em movimentos sociais, seja no plano local, seja no nacional e das articulações entre redes de instituições de apoio, as quais potencializam as demandas sociais.

A respeito da realidade agrária na Amazônia, dados da CPT (2012) revelam que na região estão concentradas 97% das áreas envolvidas em conflitos por terra e 58,3% dos assassinatos; 84,4% das tentativas de homicídio (65 de 77); 77,4% das ameaças de morte (229 de 296); 62,6% dos presos (62 de 99); 63,6% dos registros de agressão (56 de 88); e 67% dos casos de trabalho escravo. Ainda de acordo com a CPT, o estado do Pará é um dos estados brasileiros com o maior índice de impunidade pelos crimes praticados em conflitos de terra, com raros casos de julgamentos dos mandantes de crimes contra trabalhadores rurais.

O estado do Pará é apontado como o de maior incidência de trabalho escravo e o segundo com maior índice de grilagem de terra. Nesse contexto da questão agrária² na região, caracterizada pela alta concentração fundiária e conflitos de terra, a presença do MST no estado do Pará se dá a partir de 1990, com um processo de organização política dos trabalhadores rurais em caráter reivindicatório de pressão pela reforma agrária.

O MST possui uma estrutura organizativa interna que objetiva envolver o maior número de trabalhadores nas instâncias de decisões e deliberações coletivas, buscando uma constante dinamicidade em função da necessidade de dar respostas a uma realidade também dinâmica. Em função disso, a organização das famílias assentadas deve se estruturar de acordo com a realidade do local, sendo pautadas nos princípios e objetivos do MST. Esses princípios caminham no sentido da construção de uma sociedade justa e igualitária, bem como para a efetivação de uma reforma agrária com justa distribuição da terra e garantia de permanência na mesma, além do combate a todas as formas de discriminação social (MST-PA, 2005).

Para dar conta desses princípios e objetivos o processo organizativo do MST adota os Núcleos de Base (NB's), os quais são consolidados no período de assentamento e se constituem como uma instância de decisão e deliberação dos trabalhadores, devendo envolver todas as famílias do assentamento e ser um “elo”

2 Para o conceito de questão agrária adotou-se a compreendida por STEDILE (2005, p. 56) o qual a conceitua como “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”.

de ligação entre as instâncias de cunho local, regional, estadual e nacional do movimento.

Os Núcleos de Base tem como principal objetivo organizar e articular os militantes do MST e sua base, sendo um lugar de estudo, discussão e aplicação das linhas políticas do MST, encaminhando as tarefas relacionadas às lutas do Movimento e contribuindo com o crescimento político e formação ideológica de todos os trabalhadores rurais ligados ao Movimento. Os NB's devem reunir todas as famílias dos assentamentos em agrupamentos de 07 a 10 famílias por afinidades diversas, os quais devem ter seus respectivos coordenadores, sendo a instância principal de gestão do assentamento e, conseqüentemente do MST.

Assim, partindo do conhecimento dessa lógica da organicidade, a pesquisa desenvolvida durante o curso de mestrado em Serviço Social, do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS teve como objeto de estudo o processo organizativo das famílias de trabalhadores rurais sem terra assentados em Núcleos de Base no assentamento João Batista II, no município de Castanhal, no nordeste paraense. A opção por esse objeto de estudo surgiu das inquietações e observações realizadas ainda como aluna do curso de Serviço Social (2000-2006), enquanto militante do Núcleo Universitário de Apoio à Reforma Agrária³ - NUARA. A realização de ações políticas e interventivas dentro do assentamento João Batista II resultou na elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, defendido no curso de serviço social da UFPA.

A continuidade do acompanhamento junto ao assentamento João Batista II ocasionou a problematização do processo organizativo dos assentados a partir da constatação de alterações em curso, as quais apontavam para uma desconstrução dos NB's enquanto estratégia política de luta. A partir daí se buscou responder as seguintes questões: como ocorre o processo organizativo do MST em Núcleos de Base no assentamento João Batista II, no município de Castanhal/PA? A organização social das famílias em Núcleos de Base envolve todo o universo de assentados em torno de interesses coletivos? Esses Núcleos de Base se solidificaram enquanto instâncias máximas de decisões políticas no assentamento?

3 O NUARA era Uma organização política-estudantil, a qual surgiu em 1995, dentro da Universidade Federal do Pará, a qual era composta por diversos estudantes de vários cursos, tendo por objetivo apoiar os movimentos sociais do campo, em especial o MST, levando para dentro do universo acadêmico a discussão da reforma agrária.

Para responder a esses questionamentos foram definidos os seguintes objetivos: identificar o Perfil Social dos assentados organizados em Núcleos de Base no assentamento João Batista II; Caracterizar as condições de produção e comercialização via Núcleos de Base dos assentados do João Batista II; Analisar a organização política em Núcleos de Base do assentamento João Batista II.

Para a interpretação da realidade fez-se uso do materialismo histórico dialético, o qual permite compreender os sujeitos sociais em suas múltiplas relações e, dessa forma, aproximar-se da totalidade histórico social dos assentados e assentados do João Batista II.

A pesquisa, de caráter qualitativo, realizou-se primeiramente a partir da revisão bibliográfica com autores clássicos e contemporâneos que discutem os Movimentos Sociais e a luta pela reforma agrária no Brasil, bem como a constituição do MST no Brasil e no estado do Pará. Em seguida realizou-se uma revisão documental nos documentos da CPT, nas pesquisas do IBGE e nos documentos elaborados pelo próprio MST.

Na pesquisa de campo, realizada no período de janeiro a março de 2013, foi realizada a entrevista semiestruturada, aplicada a 13 (treze) dos 157 (cento e cinquenta) assentados do João Batista II, levando-se em consideração o tempo de permanência no assentamento e para garantir o anonimato, a identificação dos entrevistados é apresentada utilizando-se letras do alfabeto: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N.

O trabalho de pesquisa de campo constituiu-se em três momentos: na primeira etapa foi realizado o contato inicial com os assentados, através da abordagem individual para apresentação dos objetivos, metodologia e importância da pesquisa para o assentamento. Na segunda etapa da pesquisa foi realizada a entrevista individual nas casas ou lotes dos assentados, momento em que foi apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE; e na terceira etapa a sistematização e análise dos dados.

Para Minayo (1992) a análise dos dados tem por finalidade estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa, responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, estabelecendo um nexos com o contexto cultural do qual ele faz parte. Desse modo, é primordial a compreensão que o processo de pesquisa social é entrelaçado por diversos momentos, os quais devem estar articulados e,

principalmente, ancorados com a teoria social crítica contribuindo para a aproximação com a essência dos fenômenos apresentados na realidade.

Esta dissertação organizou-se em 03 (três) capítulos, com exceção da introdução. O primeiro discorre acerca da luta pela reforma agrária, constituída em razão de uma estrutura social desigual, que afeta de forma diferente os proprietários dos meios de produção, os trabalhadores e a sociedade brasileira em seu conjunto, expulsando do campo os pequenos produtores que dela necessitam.

O segundo capítulo tece análise acerca da contextualização do processo de ocupação da Amazônia, relacionando-o com os conflitos por terras na região, um dos palcos da organização social do MST. Nesse contexto, se destaca o estado do Pará para a compreensão do processo de ocupação do assentamento João Batista II, no município de Castanhal/Pará, como espaço para a análise da organicidade social das famílias via Núcleos de Base.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos resultados da pesquisa sobre o processo organizativo do MST, através dos Núcleos de Base do assentamento João Batista II, no município de Castanhal, para assim, serem tecidas as Considerações Finais.

2 QUESTÃO AGRÁRIA E MST: REFLEXÕES TEÓRICAS

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E OS CAMINHOS DO CAMPESINATO

Mais uma gota e a barragem ta cheia,
 O milho brota, o gado engorda...
 A criança malina sorri!
 Mais uma gota,
 Esperança retorna,
 Vida ignora o tanto
 Que teve que resistir (Viete Passos).

De acordo com estudos desenvolvidos nas últimas décadas a respeito da questão agrária no Brasil, cientistas e governo alardeiam que se opera no Brasil o desenvolvimento de um “novo mundo rural”. Dentre os quais destacamos Silva (1996), que justifica a nova dinâmica no mundo rural pela propagação de atividades não agrícolas no campo, alegando que não se pode mais associar a atividade agrícola ao meio rural, visto que o alto grau de tecnificação, informação e integração a circuitos financeiros da agricultura patronal e de setores da agricultura familiar também levariam à desqualificação do rural.

Silva (1996) afirma que estaria em curso um duplo processo de urbanização do campo brasileiro – uma expansão da lógica de produção tipicamente urbana para os setores modernizados da agricultura e a expansão de atividades tipicamente urbanas para as áreas onde a agricultura modernizada não se implantou.

Lustosa (2012), referindo-se as mudanças no mundo do trabalho e ao reformismo agrário afirma que Silva (1996) corrobora com esse processo, é que a dinâmica rural passa a ser fundamentada sob a noção de novos padrões de produção definidos como “pluriatividades” e “multissetorialidade”, definição que contém uma questão de fundo,

O setor não se caracteriza mais, de forma restrita, à produção agrícola, pois serve outras esferas produtivas e/ou não produtivas fora da agricultura. Ou seja, a viabilidade da agricultura centralizada apenas na produção agrícola passa a ser obsoleta (LUSTOSA, 2012.p. 110).

Esta leitura reforça a perspectiva da reforma agrária como uma bandeira superada, visto que o capitalismo teria realizado todo seu processo técnico e passado a dirigir toda a produção em larga escala, com isso os assentamentos de

reforma agrária poderiam desestabilizar a vitoriosa inserção do agronegócio brasileiro no mercado mundial, deixando-o vulnerável para outros concorrentes.

Quando trata-se de características amazônicas, a perspectiva da modernização do rural brasileiro vem desestruturando, em pelos menos em dois aspectos importantes, o sentido do campesinato, na sua multiculturalidade e na reconcentração da terra pelas investidas de interesses setoriais e empresariais das agroestratégias⁴ (agronegócios, hidroenergias, agrominerações, etc.).

Esses aspectos, resultado da aceitação do estado pelas premissas do novo mundo rural, mais dinâmico e integrado aos mecanismos do capital, centrada nas exportações de commodities agrícolas e minerais, tem levado a proletarização e ao empobrecimento do campesinato, e que segundo Lustosa (2012, p. 24) “no contexto das políticas neoliberais, a novidade mais central é que a reforma agrária adquire condições de uma política pública com ‘caráter mais social’, descartada a dimensão econômica”.

Associado a isso existe, também, aquele sentimento de diferença na relação que se estabelece entre o campo e a cidade. Pela divisão do trabalho, esse sentimento é vinculado à dimensão econômica da sociedade e, por isso, ganha uma especificidade que é a (des) qualificação ligada à determinada ocupação. A intensa mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, J. 1977; HÉBETTE, 2004) se não for causadora, contribui decisivamente para isso.

Esse projeto de modernização agrária em suas (re) conceituações veiculadas a partir de novas bases paradigmáticas sobre mudanças nos processos técnicos, nos produtivos e nos de trabalho faz uma releitura sobre as condições de viabilidade da agricultura nos padrões da pequena produção, o que leva a ganhar força no Brasil, a interpretação de que o campesinato estaria desaparecendo e que em seu lugar estaria surgindo o agricultor familiar.

Destaca-se, neste tema, o trabalho de Abramovay (1992) que traz como questão central a distinção entre agricultura familiar e camponesa, sendo que a primeira, tem como característica principal a sua inserção em relações nitidamente capitalistas. Esta leitura fortaleceu o paradigma da metamorfose do campesinato em agricultor familiar.

4 Agroestratégias: definição dada por Alfredo Wagner em que trata da seguinte descrição: Conjunto de iniciativas para remover obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e metálicas. (Almeida. A. W. B. de & Carvalho, G.: 2009).

O termo agricultura familiar se tornou sinônimo de produtores que, geralmente, articulados às políticas de incentivos estatais, alcançaram sua inserção no mercado e adotam tecnologias modernas de produção agropecuária. Na verdade, parecem mais empresas onde prioritariamente a mão de obra é realizada pela própria família. De acordo com essa leitura, o camponês seria sinônimo de atraso e deveria ser transformando em agricultor familiar.

Nesse sentido, o conceito de agricultura familiar assume uma perspectiva ideológica, visto que o que diferencia do de campesinato é que “a delimitação do conceitual do campesinato é um exercício político” (FERNANDES, 2004, p.01), ou seja, não é o tamanho da propriedade ou as atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores que fazem com que os camponeses sejam camponeses, mas sua organização política de luta para continuarem na terra e continuarem a serem camponeses, procurando (re) criar seu modo de vida, resgatando elementos de raiz, mas, também, agregando valores trazidos por outras experiências que vivenciaram quando estavam longe da terra, seja a experiência da luta, seja a experiência de trabalhador rural ou urbano.

Quanto ao papel político do campesinato, Wolf (1984) nos demonstra que, apesar das profecias do fim do campesinato, diversas revoluções e guerras tiveram os camponeses como seus protagonistas. Assim como, ao acompanharmos a história do Brasil, movimentos camponeses distintos, destacaram-se em suas respectivas épocas, o que revela no campesinato um papel político de destaque no mundo capitalista e, teimosamente vai se recusando a se extinguir.

Os processos de diferenciação e desintegração não se completam e, hoje com os desdobramentos do capitalismo, podemos ver que as análises de pensadores realizadas em outras épocas e contextos diferentes, que foram tomadas como “profecias”, não se desenvolveram como descritas por seus autores.

Dessa forma, o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais. (NEVES, 2009. p.12)

Ou seja, o ideal de agricultor familiar difundido no Brasil, seriam as unidades de produção que funcionam de maneira semelhante a uma empresa, numa clara influência do modelo das *family farms estadunidenses*, modelo esse no qual:

O “produtor” familiar era visto como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista agressivo em ascensão após a independência deste país. O chamado produtor ‘familiar’ representava o pequeno empreendedor ousado, o homem da fronteira, o pequeno industrial inovador e Assim por diante, representado na agricultura pelo farmer. O culto da produção “familiar” é, na realidade, um culto ao pequeno capitalismo da fase heroica do capitalismo e uma expressão do radicalismo liberal pequeno-burguês que está presente desde o início da colonização norte-americana. Não se identifica, portanto, com as ideias de Chayanov, e de certo modo é seu oposto: a virtude do produtor “familiar” chayanoviano consiste em resistir a transformação inovadora do capitalismo, ao passo que a do norte-americano é promovê-la (GERMER, 1996. p. 1).

Com a nova perspectiva do capitalismo para o rural brasileiro, a referência teórica da agricultura familiar acaba por ser a base das políticas públicas para o campesinato, o que justifica todos os novos mecanismos de acesso as Políticas Públicas voltadas para os pequenos agricultores acionadas a centralidade do mercado, desde a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, influenciado pelo Banco Mundial, ampliando a concorrência aos poucos recursos com o conjunto dos pequenos agricultores.

A maior parte do referencial teórico sobre a questão agrária mostra que “a existência do campesinato é a consequência da sua luta heroica contra a expropriação e a proletarização, causada pelo desenvolvimento do capitalismo, no movimento de criação e recriação do campesinato no processo de diferenciação” (FERNANDES, 2001, p. 30).

Muitos autores tem ampliado o conceito de camponês, utilizando-o em sentido amplo e representativo de diferentes categorias identitárias (Michelotti, 2011; Costa, 1994). Esses autores levam em conta o que existe de comum entre eles, levando em consideração os aspectos sociais, ambientais e culturais, ou seja, o conjunto de existências camponesas,⁵ sendo assim definido como portadores de uma “racionalidade camponesa” comum.

Essa racionalidade camponesa é delimitada por duas questões essenciais:
i) o objetivo da reprodução rural, ou seja, a combinação de atividades

5 Pequenos proprietários de terras, assentados, posseiros, pescadores artesanais, lavradores, extrativistas de diversos produtos (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros, pequiizeiros, etc.), ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas camponeizados entre outros.

extrativistas, agrícolas e não-agrícolas, tem sua ênfase na reprodução da família como um todo e não no lucro. Isso não exclui o lucro do seu horizonte, porém significa que o entendimento das necessidades reprodutivas assume caráter prioritário, mesmo que as expectativas de lucro se frustrem; ii) o processo decisório da unidade de produção se dá num universo que não diferencia os que decidem sobre a alocação do trabalho daqueles que sobrevivem do resultado desse trabalho, constituindo-se assim uma unidade indissociável entre a esfera da produção e do consumo. (COSTA, apud MICHELOTTI, 2011, s/p.).

Tomando em consideração essas duas características, é possível compreender que a racionalidade camponesa tem assento na reprodução da unidade produtiva baseada no trabalho familiar. Assim:

Os assentamentos no Brasil, embora persigam um maior relacionamento com o mercado, ao qual historicamente têm dificuldades nesse acesso, são construídos como território camponês onde se produz e reproduz um conjunto de relações sociais e de produção que garante ao camponato o lugar na sociedade como sujeitos políticos (FABRINI, 2002, p. 279).

Embora a principal característica do camponato, nos assentamentos, seja a utilização da mão-de-obra familiar, observa-se que o camponato têm outras características que o diferenciam do agricultor familiar influenciado pelo modelo estadunidense, entre elas a presença de um conjunto de saberes e práticas tradicionais e a busca pela autonomia, embora estas dimensões não estejam presentes de forma homogênea entre todos os camponeses, o que, por vezes torna difícil sua visualização.

Assim, não são características econômicas que diferenciam o agricultor familiar (como divulgado pela literatura) do camponato, mas, sim, características sociais, culturais e políticas. Portanto, destacamos que estas distinções são formas de resistência aos esquemas de dominação do modelo produtivista programado pela lógica das políticas públicas atuais, que dá ênfase ao agronegócio.

O surgimento dos assentamentos rurais no Brasil começa com maior intensidade, na década de 1906. Sua construção é acompanhada de anormalidade, de rejeição, o que resulta em receio por parte da população local. Esta aversão está associada aos históricos conflitos que se estabeleceram no país pela posse da terra, especialmente no Pará, palco de diversos massacres ao longo de sua história. Mas, no caso da Amazônia, ocorre no contexto dos intensos processos migratórios que se

6 Para um histórico dos Assentamentos no Brasil, ver Medeiros & Leite (1999 e 2004).

estabeleceram pelos programas de colonização (HÉBETTE, 2002; MAGALHÃES, 2002).

Com o aumento de sua presença, os assentamentos se destacam, ao mesmo tempo, por apresentarem indicadores de forte diversidade social em sua composição e de intensos conflitos na sua formação. Essas duas características atribuem ao sujeito que constrói os assentamentos um papel de intensas mudanças no quadro geral de indicadores econômicos e sociais do país (educação, saúde, produção, organização, família, etc.) e, em especial, no mundo rural.

O avanço da luta pela reforma agrária, protagonizado pelos movimentos sociais do campo, utilizando-se da ocupação de terras como recurso, levou à construção de uma série de assentamentos rurais no Brasil. No Pará, foram assentadas 67 mil famílias só no período de 2003 a 2005 (INCRA, 2005). Apesar da existência de vários questionamentos sobre esses números recentes do INCRA, os P.A's estão se territorializando e junto com eles o debate sobre quem são esses 'assentados' da reforma agrária no Pará.

De acordo com BRINGEL (2006, p. 22):

Esta discussão ganha incrementos maiores quando a instalação dos P.A's se aproxima o espaço urbano e mais, das cidades, que ocupam posição central na hierarquia urbana. Surgem, então, mudanças ligadas à identidade social dos assentados e à funcionalidade que os assentamentos possuem (ou adquirem) na produção do espaço geográfico.

O termo "assentamento rural" é utilizado para indicar um determinado tipo de intervenção fundiária, intervenção que se insere no âmbito das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado tanto no espaço rural como no urbano. Para Carvalho (1999), o assentamento abrange um conjunto de famílias vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal, assim como pelos governos estaduais, com a intenção de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. Assim, o assentamento é utilizado como expressão não apenas para designar uma área de terra, mas "também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais" (CARVALHO, 1999, p. 05).

Seus beneficiários em potencial, como nos demonstra Medeiros & Leite (2004) podem ter diferentes origens sociais e espaciais.

Posseiros, com longa história de permanência no campo, embora sem título formal de propriedade; filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras de acesso a terra, optaram pelos acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, atingidos pela construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação; aposentados que viram no acesso à terra a possibilidade de um complemento de renda, entre outros (MEDEIROS; LEITE, 2004, p.17- 18).

O conjunto dessas diferenciações tem sido reduzido seu sentido e obscurecido a realidade, afunilando o tratamento dado aos sujeitos emitentes diante das políticas públicas, visto que quando se homogeneiza o conteúdo, sua contingência é simplória na hora da elaboração de políticas destinadas a questão em voga, principalmente em se tratando da questão agrária e do campesinato. É a isso que acaba por se referir Bringel (2006) quando trata dos assentamentos:

Neste sentido, os assentamentos rurais são compostos por pessoas de diversas origens geográficas e com experiência em diversas ocupações e em diferentes condições de trabalho. Nem por isso o estatuto normativo de um assentamento deixa de tratá-lo como se fora homogêneo. Os organismos governamentais e da sociedade civil acabam tratando-o igualmente de forma homogênea. (BRINGEL, 2006p. 23)

As diversas origens dos assentados, o constante processo de deslocamento do indivíduo e suas diferentes ocupações provocam entre os habitantes do lugar (de chegada) um sentido de estranheza. É cada vez mais comum vermos e ouvirmos atribuições preconceituosas e qualificações degradantes de parte de nativos de um determinado lugar contra a sua população migrante.

Assim, a questão do campesinato brasileiro na contemporaneidade está voltada para o enfrentamento da lógica capitalista onde os camponeses sem terra, assalariados urbanos e rurais desempregados, tiveram suas terras expropriadas e querem retomá-las. Por outro lado, existem ainda os camponeses com terra como as comunidades tradicionais, que lutam para se manterem em suas terras.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA TERRA.

Um pouco menos...
 Um pouco mais...
 Vivem aqueles que não lutam.
 Mas os que lutam,
 Não são medidos pelo tempo;
 Nem mais, nem menos:
 São eternos.
 Perdem as gerações que no agora choram;
 Ganham as gerações que os tomam como exemplo.
 Exemplos são inventos;
 São construções de crenças;
 São invenções intensas
 De brigas e utopias. (Ademar Bogo)

A respeito da conceituação de movimentos sociais não há uma definição única e universal, assim, os mesmos, de acordo com Gohn (1995), são compreendidos e caracterizados a partir de sua formação, dinâmica interna e seu projeto de sociabilidade, sendo interpretados como:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p. 44).

Nessa perspectiva, os movimentos sociais se destacam enquanto sociedade civil organizada e construtora principal de tal hegemonia, uma vez que tais movimentos são agentes sociais de poder, com possibilidades de disputar o Estado (embora não seja o seu principal objetivo) e possuem autonomia para usarem diversos instrumentos e mecanismos de pressão para exigir de tal aparato a garantia do cumprimento de suas atribuições. Desse modo:

Na medida em que os movimentos sociais são capazes de criar sujeitos em busca de expressão política, vemos surgir no interior da sociedade civil e à distância do Estado algo que, numa expressão Gramsciana, chamaríamos de sociedade política e para o qual o poder volta a ser posto como questão. (CHAUI, 1993, p.284).

Para TOURAINE (1977) os movimentos sociais podem ser compreendidos como espaços de organização social e ações coletivas, os quais reivindicam mudanças na esfera social e cultural, assim,

Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apela à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios (TOURAINE Apud GOHN, 1997, p. 35).

Esses movimentos fariam parte de um sistema de forças sociais dentro do sistema capitalista, caracterizando-se como centrais na sociedade, uma vez que seu caráter contestatório não seriam elementos de recusa, marginais à ordem, mas ao contrário, de reposição da ordem (TOURAINE, 1977).

Para Ammann (1991, p. p.42) “Movimento social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a manutenção da ordem estabelecida na sociedade”, nesse sentido, os movimentos podem ser tanto de caráter contestador da ordem estabelecida, quanto para manutenção do *status quo*.

Todavia, para efeito desse trabalho, os movimentos sociais serão analisados a partir da representação da classe oprimida, processos de lutas voltados à transformação das condições existentes de dada realidade histórica das camadas sociais em situação de dominação social. Tais como carência econômica e social. Assim como, estando inseridos em um contexto de pressão de caráter político-cultural.

Tais movimentos dispõem-se em torno de uma ou várias reivindicações coletivas estabelecidas a partir da percepção das necessidades comuns. Estas são definidoras de uma possível identidade coletiva dos movimentos, uma vez que partem dessas carências para se tornarem uma organização reivindicatória de bens, equipamentos coletivos, direitos políticos e sociais.

Desse modo, os movimentos sociais não surgem de forma espontânea, mas sim são mobilizações decorrentes de interesses coletivos cotidianos de pessoas que se organizam em torno de causas para reivindicarem seus direitos, partindo de pautas concretas de interesses legítimos da população e com objetivos próprios. Sendo espaço de socialização, com uma organização própria e formas peculiares de ação ante a sociedade e de pressão perante o Estado.

Para Gohn (1997) os movimentos sociais são percebidos como fontes de mudanças sociais e construtores de uma nova ordem social. Uma vez que detêm conhecimentos advindos de suas práticas diárias e de suas ações coletivas que resultam em mudanças sociais. Desta forma, os movimentos sociais para terem repercussão precisam mais do que apenas organização:

Mas dependem das redes sociais que dão suporte ao movimento, e das estruturas de mobilização que liga uns aos outros. Dependem também, nas sociedades modernas, da mídia para se comunicar com seus aliados e inimigos e para inovarem os repertórios que utilizam para atingir o público mais amplo. (GOHN, 2000, p.49).

Assim, segundo Gohn (2000) são quatro os elementos que explicam a emergência e o desenvolvimento dos movimentos sociais: oportunidades políticas, redes, marcos referenciais e repertórios. Contudo, as oportunidades políticas estão no centro do processo, uma vez que:

São sinais para atores sociais ou políticos encorajarem-se no uso de seus recursos internos para formarem movimentos sociais. Meu conceito de oportunidades políticas enfatiza não somente estruturas formais como instituições estatais, mas também estruturas de conflito e de aliança que provém recursos e opõem constrangimentos externos aos grupos. Os tipos mais salientes de sinais são: a abertura de acesso ao poder, mudanças de alinhamento, viabilidade de aliados, aliados influentes, e clivagem dentro das próprias elites. (TARROW apud GOHN, 2000, p.165)

No que diz respeito aos sinais explicitados na citação por Tarrow apud Gohn observa-se “a abertura do acesso ao poder”. Nesse sentido, percebem-se os movimentos sociais lutando por participação⁷ nos processos decisórios do país, ampliando suas discussões para cobrarem seu envolvimento nas questões que envolvem o cenário político. Objetivando que suas pautas de reivindicações estejam presentes na agenda governamental, afim de que sejam feitas políticas institucionais que atendam os anseios da população, além de cobrarem autonomia perante o Estado.

Nesse sentido, os movimentos que participam destas experiências também redefinem seus valores no sentido de olharem para o Estado não como para um inimigo, como nos anos 70-80, mas como para um interlocutor, um possível parceiro, num campo de disputas políticas em que as demandas

7 Como participação adotou – se a concepção democrática radical em Gohn (2003), o qual afirma que a participação “objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações, etc. O pluralismo é a marca dessa concepção”. (GOHN, 2003, p. 19)

têm significados contraditórios: para uns são conquistas de direitos a obter ou preservar, pois há toda uma luta por detrás de sua aparente casualidade; para outros, são mecanismos que permitiriam diminuir os custos operacionais das ações estatais, diminuir o conflito social, dar-lhes maior agilidade e eficiência, evitar o desperdício, ampliar a cobertura a baixo custo, diminuir o conflito social, e até, desativar possíveis ações públicas, tirando-as da arena de atendimento direto pelo Estado. (GOHN, 1997, p.317)

Na atualidade, segundo Gohn (2003), as agendas do poder público já são estabelecidas levando em consideração às mobilizações e interesses da sociedade civil, contudo esta interação ainda ocorre segundo as normas estabelecidas pelo grupo que está no poder político e estatal da sociedade.

Sendo assim, os movimentos sociais articulam-se enquanto sujeitos sociais que atuam coletivamente com objetivos e em confronto com determinados atores em busca de direitos sociais, além de poderem adentrar no âmbito da esfera público-estatal, intervindo de forma significativa no processo histórico de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Nesse sentido, os Movimentos sociais são espaços de ações e mobilizações contínuas, que exercem formas de poder e controle social. Exercendo diferentes formas de resistência e luta pela sobrevivência, pois:

A existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de fazer história. Mas, para viver, é necessário antes de mais beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é, pois a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de umas condições fundamentais de toda história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos. (MARX, 1976, p. 33).

De modo, que os movimentos sociais lutam por condições materiais de existência, através de uma redistribuição equitativa de renda, e cobram espaços de participação política, via uma interlocução entre sociedade civil e a máquina pública. Exigindo compromisso social com a utilização dos recursos públicos e avanços nos mecanismos organizacionais de abertura à participação popular, além de maior interação entre os diferentes atores que compõem o processo: população, lideranças comunitárias, gestores públicos, etc.

Com efeito, a luta travada pelos movimentos sociais, em sua maioria, vai ao encontro de um projeto de construção de uma nova estrutura social que possa alterar as relações de poder estabelecidas, e que esteja pautado na transparência,

controle popular e valorização do ser humano enquanto sujeito social e agente de transformações.

No que se refere aos movimentos sociais do campo, observa-se que os mesmos são forjados em uma realidade agrária caracterizada por conflitos intensos, os quais são frutos da concentração da terra e da inexistência de uma política pública efetiva de Reforma Agrária. Fernandes (2000, p. 05) discorre que no Brasil,

A reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra. A luta pela reforma agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, desde a década de cinquenta, com o crescimento das Ligas Camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições.

O autor destaca também o processo de resistência do campesinato em todos os períodos da história do país, os quais “Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas” (Fernandes, 2000, p.13). Dessa forma:

Diversos movimentos camponeses, entre messiânicos, espontâneos e organizados, que tiveram lugar a partir do início da república, entre os quais se destacaram o de Canudos (1893-1897), liderado por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia, e o contestado (1912-1916), liderado pelo monge José Maria em Santa Catarina. Outros movimentos acontecem em diversos lugares, como a revolta do Caldeirão (1937), do Pau de Colher (1938), Porecatu (1951) e a guerrilha camponesa de Trombas e Formosa (1954), mostrando ao vigor da luta dos trabalhadores rurais por uma forma anti-latifundiária da posse da terra. (NUARA, 2002, p.1)

A luta travada pelos diferentes seguimentos sociais via movimentos são estratégias de pressão frente ao poder público, para reivindicar a reforma agrária, a exemplo, têm-se as ocupações de terras, sejam de latifúndios improdutivos, sejam de terras griladas. Tais estratégias também se materializam através do fechamento de rodovias, ocupações de instituições públicas e privadas como o INCRA - Colonização e Reforma Agrária e a Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI.

No cenário nacional, o MST vem se destacando como um movimento social de resistência no campo, se contrapondo ao modelo político econômico neoliberal, o qual visa destruir o campesinato e solidificar como única alternativa o agronegócio.

O MST luta por uma agricultura sustentável e familiar, a qual deve vir via Reforma Agrária Popular que garanta a soberania nacional alimentar.

O expressivo crescimento da luta pela terra pelo MST, assim como o seu crescimento contestatório no cenário econômico vem sendo discutido por Coletti (2006):

É inegável o expressivo crescimento da luta pela terra no Brasil na década de 1990, no contexto da implementação das políticas neoliberais em nosso país. Os números de ocupações de terra, de acampamentos, de manifestações públicas em favor da reforma agrária etc. confirmam essa informação. Relacionado diretamente a esse fato, está o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se transformou na maior expressão política da luta pela terra e pela reforma agrária e no mais importante movimento social de oposição ao projeto neoliberal no Brasil. (COLETTI, 2006 131)

Além do MST, existem no cenário de luta pela terra, vários outros movimentos organizados, tais como: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Movimento Camponês Popular (MCP), entre outros.

Fernandes (2000) ressalta que o MST possui uma forma própria de se organizar coletivamente, incorporando e viabilizando novas práticas e formas de luta, resistência e de experiências, assim como tem avançado processo de conscientização e formação política visando capacitar os militantes para o reconhecimento das origens e consequências da questão agrária e, desse modo, tornar as lutas ainda mais consistentes.

Para analisar essas diferentes formas, procuramos destacar, no processo de formação do MST, o espaço de socialização política e seu dimensionamento construídos pela práxis a partir da elaboração dos fatores objetivos e subjetivos, que contribuíram efetivamente para a conscientização dos trabalhadores, enquanto sujeito coletivo, e conseqüentemente, para a criação de uma identidade social e política, o que possibilitou o avanço da luta. (FERNANDES, 2000. p. 35).

A organização interna do MST constitui-se como um elemento central para consolidação de processos reivindicatórios, uma vez que tal estrutura “é um processo que se transforma no seu próprio movimento, expandindo com a criação

de novas formas e recriação de velhas formas” (FERNANDES, S/A. p 11), objetivando a criação de instâncias que possibilite o envolvimento do maior número de trabalhadores, desde o acampamento até a consolidação do assentamento.

Segundo Fernandes (2000) essa estrutura possui um caráter informal e formal e uma amplitude que garante os trabalhos em todas as dimensões sociais, econômicas, ambientais e políticas. Assim, sua consolidação não está na definibilidade da estrutura, mas em seu movimento.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST

INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO

CONGRESSO NACIONAL
 ENCONTRO NACIONAL
 COORDENAÇÃO NACIONAL
 DIREÇÃO NACIONAL
 ENCONTRO ESTADUAL
 COORDENAÇÃO ESTADUAL
 DIREÇÃO ESTADUAL
 COORDENAÇÃO REGIONAL
 COORDENAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
 COORDENAÇÃO DE ACAMPAMENTOS
 NÚCLEOS DA BASE

SETORES DE ATIVIDADES

SECRETARIA NACIONAL
 SECRETARIAS ESTADUAIS
 SECRETARIAS REGIONAIS
 SETOR DE FRENTE DE MASSA
 SETOR DE FORMAÇÃO
 SETOR DE EDUCAÇÃO
 SETOR DE PRODUÇÃO,
 COOPERAÇÃO E MEIO
 AMBIENTE
 SETOR DE COMUNICAÇÃO
 SETOR DE FINANÇAS
 SETOR DE PROJETOS
 SETOR DE DIREITOS HUMANOS
 COLETIVO DE RELAÇÕES
 INTERNACIONAIS
 SETOR DE SAÚDE
 SETOR DE GÊNERO
 COLETIVO DE CULTURA
 MÍSTICA

ORGANIZAÇÕES CONVENCIONAIS E TRANSVERSAIS

ANCA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
 COOPERAÇÃO AGRÍCOLA
 CONCRAB – CONFEDERAÇÃO DAS
 COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA
 DO BRASIL LTDA.

(FERNANDES, S/A. p. 12)

Nessa perspectiva, no próximo item será discutido o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), enquanto sociedade civil organizada, fruto do antagonismo de classes e mazelas sociais causadas pelo capitalismo. Esse movimento tem o caráter de pressão perante o Estado e seus órgãos executores, e vem se destacando na sociedade por sua força social decorrente de organização política-popular e questionadora.

2.3 A LUTA PELA TERRA E O MST

O Planeta terra que herdei foi confiscado. E eu me
consolo em vagar por um solo alheio, e no espelho
do passado vejo a terra nascer bela e nua. Meu
teto são as estrelas,
coberto pela poeira que minha legião levanta pelo
caminho da vida.
Luto pela terra. Luto pela reforma agrária. Luto
pela vida perdida em um confronto por terra.
(Chico Mendes)

O processo de resistência e luta pela terra está presente em todo o processo de formação social e econômica do Brasil, contudo, os movimentos contestatórios e reivindicatórios por garantia à terra e a condições de nela permanecer são recentes, iniciando-se por volta de 1950 com as Ligas Camponesas, as quais foram reprimidas durante a ditadura militar, assumindo forma de movimento social no final da década de 1970.

A história do MST perpassa pelas ligas camponesas, sendo resultado da articulação de várias lutas isoladas pela terra a partir do final da década de 70, em um contexto histórico marcado pelo início da crise do regime ditatorial militar que se instalara no país em abril de 1964. Tendo sido formalmente criado no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, o qual se realizou em janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná.

Nas décadas de 1980 e 1990, o MST esteve em um processo de expansão no Brasil, se territorializando⁸ em outros estados e se consolidando enquanto movimento contestatório de luta pela Reforma Agrária:

Nesse período – 1985 a 1990 – o MST se territorializou por dezoito estados, tornando-se um movimento nacional, estando presente na luta pela terra em todas as grandes regiões. Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra espacializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento a sua consolidação, dimensionando e transformando as suas realidades. Assim prosseguiram com o processo de formação do MST, ressocializando famílias de trabalhadores excluídos pela territorialização do capital e do latifúndio, lutando pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. (FERNANDES, 1999, p. 160).

Na sua origem, além dos pequenos agricultores sulinos, destaca-se a atuação da igreja católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sua luta é contra o latifúndio e a favor da democratização da terra, vista por ele como um bem comum, de todos, cuja propriedade é injustamente concentrada e que por isso precisa ser redistribuída, por intermédio de uma reforma agrária. (STEDILE, 2000).

No governo Sarney se inicia um debate político intenso em torno ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da chamada “Nova República”. Essa proposta de Plano reacendeu o debate sobre a reforma agrária no Brasil e provocou um alinhamento de forças políticas favoráveis e contrárias. De um lado, tinham-se os proprietários rurais e suas entidades representativas; de outro, os trabalhadores rurais organizados, principalmente pelo MST e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, ao quais eram apoiados por entidades ligadas a Igreja Católica, o PT, entre outras.

A UDR, entidade radical de direita, que representava (e ainda representa) os proprietários rurais, surgiu nesse contexto, e teve um papel destacado no combate à reforma agrária, tanto no âmbito da “proposta” do PNRA, a qual foi praticamente extinta, quanto no processo de constituinte, que ocorreu no ano seguinte.

Dessa forma, na elaboração do texto Constitucional de 1988 a UDR conseguiu garantir a aprovação do capítulo referente à Política Fundiária e Reforma Agrária, com a introdução da noção de “propriedade produtiva”, isenta de desapropriação,

⁸ De acordo com Fernandes (2000, p. 15) “Territorializar-se significa desenvolver um processo de luta e de conquista da terra, que acontece por meio da ocupação das propriedades que não estão cumprindo com a sua função social”.

beneficiando com isso beneficiando os grandes proprietários rurais, como descreve Gonçalo (2001, p. 67):

Aprovaram um dispositivo genérico, tornando a propriedade produtiva intocável. Espertamente, a definição do conceito de propriedade produtiva ficou a cargo da legislação complementar. A viabilização da reforma agrária ficou condicionada à aprovação de uma lei regulamentando esses artigos da constituição e de outra lei complementar definindo o Rito Sumário das desapropriações.

Contudo, através de pressão popular, o texto constitucional também garante avanços no que diz respeito à realidade rural, a exemplo do preceito que garante que a terra precisa cumprir a sua função social, apregoado no artigo 5º da Constituição, capítulo XXIII. (BRASIL, 1988).

Assim como, no que diz respeito à desapropriação das áreas rurais, a carta magna assevera que:

Art. 184 - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988, p. 60).

O Governo de Fernando Collor (1990-1992) caracterizou-se pela suspensão de assentamentos rurais, além de forte repressão aos movimentos sociais. Com o impeachment de Collor, assumiu o governo de Itamar Franco (1992 - 1994), que continuou com a política de privatizações de seu antecessor. Também foi aprovada a chamada Lei Agrária (Lei 8.629), a qual reclassificava as propriedades rurais no Brasil, porém:

Assim como o Estatuto da Terra, a Lei Agrária foi criada para controlar, pelo menos momentaneamente as lutas pela reforma agrária. [...] o período de 1979 a 1992 foi marcado por expressivas mobilizações em torno da questão da terra. Foi nele que se gestou, nasceu e ganhou inegável representatividade entre os trabalhadores o MST (MORISSAWA, 2001. p. 110).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) adotou a política neoliberal, havendo uma supervalorização dos grandes empreendimentos agrícolas em detrimento da pequena agricultura, a qual é compreendida como “atrasada”,

implementando um processo conhecido como “a reforma agrária de mercado” a qual tem como fundamento:

Retirar do estado sua função de agente mediador no processo de mudança fundiária e transferir essa responsabilidade para sociedade civil. Assim, trabalhadores rurais sem terra e/ou pequenos proprietários interessados em obter seu pedaço de chão ou aumentar sua área passariam a organizar-se em associações voltadas à compra de terra. (Ibidem, 2001, p. 110).

Nesse governo também ocorreram dois grandes massacres contra trabalhadores rurais, o de Corumbiara (1995), em Rondônia, e o de Eldorado dos Carajás (1996), no Pará havendo perseguições sistemáticas ao MST, aos quais classificaremos de:

- Enfrentamento econômico, por meio da redução de verbas para agricultura. Fato que sugere um novo tipo de “enclosures”⁹, pois, provoca a expulsão dos trabalhadores do campo para os grandes centros, além de sua utilização para a agroindústria, atendendo exclusivamente as demanda do mercado internacional.
- Enfrentamento ideológico, pois tal governo utilizou-se da mídia para tentar projetar no imaginário popular a marginalização do MST, visando com isso o isolamento e extinção do próprio.
- Enfrentamento físico, em que o Governo usava, à força, para reprimir a ação dos trabalhadores com o argumento de fazer-se necessária a manutenção da “ordem pública”.

Sob o Governo de Luiz Inácio da Silva (2003 - 2007), observou-se uma continuidade nas políticas neoliberais, com favorecimento às grandes corporações nacionais e internacionais, com forte incentivo ao agronegócio, o qual tem como lógica a exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho, por meio do financiamento público, utilizando grandes extensões de terra para a monocultura de exportação:

O modelo agrário-exportador se acentuou, dividindo nosso território em ‘sesmarias’ de monoculturas, como soja, cana-de-açúcar e celulose, além

⁹ Fenômeno conhecido como a tática de cercamento dos campos ingleses para a criação de ovelhas e o plantio de algodão durante a primeira Revolução Industrial e a expulsão do trabalhador do campo para a cidade (êxodo rural) para servir ao exército capitalista manufatureiro.

da pecuária extensiva. A aquisição de terras por estrangeiros também atinge níveis nunca antes registrados. (MST, 2010. p 10)

Na contemporaneidade, o governo da presidenta Dilma Rousseff, deu continuidade ao modelo agroexportador, o qual privilegia o latifúndio, tendo a agroindústria como fonte de tecnologia e alta produtividade para as plantações, o qual tem como força motriz o capital estrangeiro às sementes transgênicas e a monocultura para o abastecimento do mercado externo. (idem)

Nesse cenário o MST continua na organização de famílias camponesas em torno de reivindicações ao governo a fim de que haja uma política agrícola voltada para produção familiar e a democratização dos meios de produção necessários para o aceleração do processo de reforma agrária no país, pois:

Assumimos a premissa de que a reforma agrária, como proposta que parte do Estado, é sinônimo de cessão da terra sem alterar a estrutura de poder e concentração de renda. Se não houver a democratização da propriedade da terra, modificando a estrutura fundiária concentrada e desigual, não será a reforma agrária preconizada pela sociedade (GONÇALO, 2001, p.19)

Uma das formas de pressão do MST perante o Estado continua a serem as ocupações de terra, assim como a ocupação de prédios públicos, como forma de exigir que esses assumam seu papel de garantidor de direitos à classe trabalhadora, desse modo o MST apregoa que não realiza “invasões” de terras, uma vez que:

Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão terras que não cumprem sua função social – e fazer pressão social coletiva para aplicação da lei e a desapropriação (MORISSAWA, 2001. p.132).

Para alcançar seus objetivos o MST possui uma organização interna, a qual tem como princípios a “direção coletiva, a divisão de tarefas, o profissionalismo, a disciplina, o planejamento, os estudos, a vinculação à base, a luta de massas e a formação de quadros” (GONÇALO, 2001, p. 77). Esses princípios norteiam as ações do movimento e dão base para construção de uma identidade coletiva e sentimento de pertença a uma organização social.

Essa organização possui seus pilares no meio urbano e no meio rural, concentrando-se no primeiro as secretarias estaduais, onde são elaborados os materiais impressos e são feitas as articulações com entidades e outros movimentos. Também no espaço urbano acontecem à articulação interna entre as

secretarias, coordenação e setores, todavia, é no meio rural que ocorre a: gestão desses setores, a organização política e estrutural do acampamento ou assentamento, as assembleias e o planejamento de novas ações reivindicatórias.

No interior do movimento acontecem dois momentos diferentes e interligados: o do acampamento e o do assentamento. Assim, o acampamento consiste no período imediato após a ocupação da terra, o qual envolve o processo de resistência das famílias na luta pela desapropriação da área, resultando ou não em assentamentos. É nesse momento que ocorrem as primeiras organizações coletivas dos trabalhadores rurais para um gerenciamento interno e reivindicações externas. Desse modo:

São espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento (FERNANDES, 1999, p. 293).

A organização das famílias deve se estruturar de acordo com a realidade do local, sendo pautadas nos princípios e objetivos do MST:

1- Lutar para construir uma sociedade sem exploradores nem explorados; 2- lutar pela reforma agrária para garantir que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha e a serviço de toda a sociedade; 3- lutar pela garantia de trabalho para todas as pessoas com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; 4- Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; 5- Difundir os valores socialistas nas relações sociais e pessoais; 6 – Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária de mulher, homem, jovens e crianças; 7- Buscar a articulação com as lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo. (MST, 2005, p.32).

As instâncias de discussões e deliberações no âmbito do movimento são compreendidas como: as Direções (nacional e estadual), Coordenações (nacional e estadual), setores (educação, saúde, gênero, direitos humanos, cultura, comunicação, formação, projetos e finanças, produção, cooperação e meio ambiente), além de regionais que estão de acordo com realidade de cada estado, é são articuladas com o intuito de facilitar as discussões políticas.

O MST é o maior movimento popular organizado do Brasil, e possivelmente o maior da América latina, que questiona o modelo de propriedade da terra, e visa a sua descentralização para o assentamento de famílias sem terra, assim como, condições para que permaneçam na área. A sua principal força está “em saber fazer sua própria história, usando para tanto o Estado. Jamais o dispensa, mas o concebe

como instância a seu serviço. Em particular, o Estado só tem a qualidade que a cidadania popular lhe imprime” (GONÇALO, 2001.p.15).

Assim, o movimento está consolidado nacionalmente, atuando em 23 estados brasileiros¹⁰, o qual já assentou, desde sua gênese até os dias atuais, mais de 300 mil famílias. A sua luta está além do acesso restrito a terra, pois que a luta maior é por justiça, participação social, respeito e democracia. O movimento está articulado junto a Via Campesina,¹¹ uma organização internacional de camponeses. Estando também vinculado a outras campanhas nacionais e internacionais, como a Via Campesina Brasil, que reúne alguns dos movimentos sociais brasileiros do campo, e a Campanha contra a implantação da ALCA.

O movimento recebe apoio de organizações não governamentais e religiosas, do país e do exterior, interessadas em estimular a reforma agrária e a distribuição de renda em países em desenvolvimento, contudo, a principal fonte de financiamento do MST é a própria base de camponeses já assentados, os quais contribuem para a continuidade da luta em movimento. Sua proposta de reforma agrária:

Assenta-se em quatro pilares: a democratização do acesso a terra; o desenvolvimento e ampliação da agroindústria local; a educação em todos os níveis; e a mudança do modelo tecnológico existente no Brasil, para um modelo que considere, além do problema social da fome e do desemprego, as especificidades da natureza. (GOHN, 2000. p.52).

Assim, de acordo com Stédile & Fernandes (1999), O MST se define como um movimento popular desde sua gênese, uma vez que, em sua constituição são aceitas pessoas de origens sociais diversas, as quais se identificam com a luta pela terra.

Segundo aqueles autores, essa heterogeneidade da base social que o constitui é responsável pela existência de uma diversidade de perspectivas e de interesses no interior do movimento, as quais se somam as utopias de sujeitos sociais se encontram na busca da construção de um projeto político que vá ao encontro dos interesses da classe trabalhadora.

10 O MST ainda não atua nos estados do AM, AP, AC, RR.

11 Uma organização internacional que tem por objetivo a organização dos camponeses de todo o mundo. Das quais fazem parte, além do MST, o MPA e agricultores da Europa, EUA, África, Ásia e Américas.

3 A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO PARÁ E O MST

3.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E A LUTA PELA TERRA

O latifúndio se incrusta no poder de maneira perene na nossa história. É impressionante como os representantes do setor ruralista simplesmente são uníssonos em afirmar que não sabem por que a reforma agrária não foi feita no Brasil, embora tenham se articulado durante anos para efetivamente barrá-la. Falam como se não tivessem feito nada contra ela; só defenderam o sagrado direito da propriedade. (D. Pedro Casaldáliga)

Historicamente a questão agrária e a luta pela terra estão no cerne da formação social do Brasil. Nesse processo, a resistência camponesa se manifesta em diversas épocas e de diferentes formas, criando organizações para enfrentamento aos latifundiários, grileiros e políticas públicas que não atendem às demandas camponesas.

A luta pelo direito a terra ocorre a mais de 500 anos, desde que o europeu invadiu¹² o território brasileiro. Desse modo, o agricultor luta pelo direito à terra com o objetivo de trabalhar e morar, contudo sem reivindicar do Estado condições que lhe permitam permanecer, cultivar e desenvolver a área ocupada. Nesse processo, várias formas de resistência, assim como muitos conflitos ocorreram:

Diversos movimentos camponeses, entre messiânicos, espontâneos e organizados, que tiveram lugar a partir do início da república, entre os quais se destacaram o de Canudos (1893-1897), liderado por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia, e o contestado (1912-1916), liderado pelo monge José Maria em Santa Catarina. Outros movimentos acontecem em diversos lugares, como a revolta do Caldeirão (1937), do Pau de Colher (1938), Porecatu (1951) e a guerrilha camponesa de Trombas e Formosa (1954), mostrando ao vigor da luta dos trabalhadores rurais por uma forma anti-latifundiária da posse da terra. (NUARA, 2002, p.1)

Comparada à luta pela terra, a luta pela reforma agrária é um processo recente na historiografia brasileira, que ocorre a partir da década de 50, com o advento das organizações camponesas e com a participação de diferentes instituições que

12 Quando o europeu chegou a estas terras não encontrou um imenso vazio, mas sim o povo nativo que possuía crenças, hábitos e costumes próprios. Invadiu, assim, o território e a cultura desse povo, cuja terra era tida como sabedoria, a qual seria repassada de geração a geração. Porém, para o colonizador o que interessou foram as riquezas que encontraram, e para conseguir, escravizou e domesticou vários povos indígenas.

exigem projetos amplos de reforma agrária, os quais atendam as necessidades dos trabalhadores do campo. Assim:

A reforma agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra; é sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo às formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade [...] não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento da mão-de-obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social do campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras. (SILVA, 1994, p.92 e 93)

Dessa forma, observa-se que por séculos trabalhadores envolveram-se na luta pela terra, contudo, sem a existência de um projeto definido de reforma agrária. É importante ressaltar que, apesar da luta pela terra e a luta por reforma agrária ocorrerem de forma recíproca, a primeira é independente da segunda. Sendo:

A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, que envolve toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária. (FERNANDES, 2002, p. 01).

Na leitura sobre a questão agrária no país percebe - se que, em diferentes épocas, os governos criaram mecanismos controladores das lutas camponesas; foram mediante leis que nunca eram implementadas ou até o enfrentamento físico mediante coerção policial. Isto ocorre porque, resolver o conflito agrário implica alterar o sistema fundiário, o qual exige transformação das grandes propriedades, descentralizando o controle exercido pelas elites estatais e latifundiárias; acarretando mudanças sociais profundas.

A questão da luta pela terra e, conseqüentemente, a apropriação desigual das terras é um dos fatores mais importantes responsáveis por grande parte dos conflitos sociais que ocorrem no país e está na origem da desigualdade social.

A Amazônia não foge a regra constitutiva da nossa formação social. O que causa estranheza é que os conflitos pela terra sejam graves numa região sempre apresentada como de densidade demográfica baixa. No entanto, com toda certeza, há muita terra para pouquíssimos latifundiários. (GONÇALVES, 2005, p. 50)

A partir da segunda metade da década de 1960 houve a intensificação da ocupação da Amazônia, com intervenções governamentais por meio de planos,

programas e projetos, os quais tinham como objetivo a exploração das riquezas, minerais, hídricas e florestais:

Nesse período, dava-se ainda, o processo de ocupação demográfica, destacado no governo de Emílio Garrastazu Médici, que incentivou a migração de milhares de trabalhadores das regiões Sul e Sudeste para a Amazônia com o lema “Terra sem Homens para Homens sem Terra”. (BRELAZ, 2006, p. 27)

Segundo Nascimento (2012) as políticas fundiárias conduzidas no período da autocracia burguesa, ao priorizarem o investimento na implantação dos grandes projetos na Amazônia contribuíram para o agravamento da questão agrária nas áreas de sua influência. Tais políticas expulsaram os povos tradicionais de suas terras, assim como trouxeram consequências socioambientais trágicas nos espaços onde se localizaram.

Sua implantação contribuiu, dentre outros processos, para a expropriação do nativo, que foi perdendo aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência – a terra e os espaços da natureza. Nos espaços rurais da Amazônia, natureza e homem são partes integrantes de uma mesma realidade, na qual a propriedade da terra é condição preliminar do trabalho sobre ela. (NASCIMENTO, 2012, p. 178)

A migração de pessoas em busca de terra na região se acentuou, segundo Picoli (2006), principalmente a partir do golpe militar de 1964, ficando evidente a concentração das grandes propriedades de terras, assim como:

As políticas fundiárias conduzidas pela ditadura ao priorizarem a implantação de grandes projetos como o Carajás foram fundamentais para o agravamento do caos agrário nas áreas de sua influencia. O fosso social produzido a partir daí, agrava-se década após década. (NASCIMENTO, 2006, p. 111)

A instalação dos Grandes Projetos fez parte do plano desenvolvimentista da Amazônia, com a associação de capital nacional com o internacional, a exemplo da criação do Programa Grande Carajás – PGC e a Albrás, concretizados em 1980, com o objetivo da exploração de todos os minérios da região Carajás, iniciando assim o Ciclo Econômico do Minério.

Os grandes empreendimentos encontraram todo um aparato que interessa à elite dominante do país, sempre amparada por leis protecionistas que contribuem para a expansão capitalista e, conseqüentemente, à expropriação dos posseiros. Os projetos da burguesia efetivaram-se na

região sem, no entanto, tomar conhecimento se eram implantados em terras dos povos originários ou de posseiros. (PICOLI, 2006, p. 83)

Esses empreendimentos econômicos, tanto nacionais, quanto internacionais, obtiveram apoio do Estado, através de incentivos fiscais e de instalação de infraestrutura para se instalarem na região. Portanto, “traduziram-se em políticas autoritárias e concentradoras de renda e de terras, que desprezaram a vida, as culturas e os interesses das classes pobres da Amazônia” (BRELAZ, 2006, p. 29).

Constata-se que esses conglomerados econômicos geram recursos para fora da região do que, realmente retorno financeiro e social para a Amazônia. Esse cenário constitui-se permanentemente, num lugar de exploração, abuso e extração de riquezas em favor de outras regiões, e principalmente atende prioritariamente aos interesses do capital.

Anualmente, milhares de pessoas são atraídas para a Amazônia com promessas de empregos, com o objetivo de obter a “terra prometida”. Contudo, esses investimentos não absorvem esse grande número de mãos-de-obra, quer seja pela necessidade cada vez maior de mão de obra especializada, quer seja pela utilização de tecnologias de extração que exigem número limitado de trabalhadores. Assim,

Municípios próximos como Marabá e Parauapebas são exemplos de uma miséria social sem precedentes. A população destas áreas, ao ser expulsa da terra, converteu-se numa população flutuante, ao sabor das condições vigentes localmente. Uma parcela expressiva desse contingente humano vive no entorno de Marabá, sobrevivendo de fazer carvão, destruindo assim a cobertura vegetal local. Esse carvão é vendido para as guseiras – fábricas que surgiram na área a partir da disponibilidade de ferro – transformando Marabá no maior produtor de ferrogusa do país. Os processos decorrentes da implantação de Carajás produziram, assim, uma infindável sucessão de problemas sociais, cujo mais importante é, sem dúvida, o conflito pela posse da terra. (NASCIMENTO, 2006, p. 119).

Desta forma, os trabalhadores que originalmente habitavam a Amazônia eram expulsos de suas terras e outros, atraídos pelas promessas de empregos, ficavam aliados, sem terra, sem emprego e totalmente desprezados pelo Estado. Uma vez que:

Longe, pois de significar um polo irradiador de oportunidade e de melhoria na qualidade de vida dos brasileiros, os projetos das mineradoras e dos fazendeiros difundidos por meio da retórica do desenvolvimento regional e da integração da Amazônia ao Brasil e ao mundo tem se expressado pela

pauperização cada vez maior dos habitantes nativos e dos migrantes (...) que constituem bolsões de pobreza, tornando o estado paradoxalmente rico em recursos naturais e paupérrimo em geração de renda e emprego. (NASCIMENTO, 2009. p.57-58)

Segundo dados da CPT (2012), na Amazônia estão o maior número de conflitos no campo, concentrando 97% das disputas por terra, onde se concentra 58,3% dos assassinatos. Os dados apontam que 15% dos conflitos envolvem indígenas, 12% quilombolas, 9% outras comunidades tradicionais e 24% são os posseiros, ocupantes de áreas sem o título de propriedade. Desse modo, evidencia-se que 60% dos envolvidos em conflitos agrários são grupos “humanos que não se enquadram nos parâmetros exigidos pelo capitalismo e sobre os quais a pressão é maior. Estas categorias devem ‘abrir caminho’ para que o ‘desenvolvimento capitalista’ avance.” (CPT, 2012, p. 85)

3.2 O ESTADO DO PARÁ E OS CONFLITOS NA LUTA PELA TERRA: A ORGANIZAÇÃO DO MST.

Quanto tempo um ser humano precisa percorrer para ser reconhecido como ser humano? (Bob Dylan)

O Pará se localiza ao Norte do Brasil, sendo o segundo estado brasileiro em extensão territorial, 1.248.042 KM, representando 16,66% do território brasileiro, concentrando 26% da floresta amazônica. O Estado é Composto por 143 municípios, com uma população de 7.581.051 habitantes¹³ reconhecido por ser uma região onde estão localizadas as mais importantes reservas naturais do País:

Expressa na exploração dos recursos naturais de ordem mineral (liderada pelo minério de ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, caulim, alumínio, silício metálico, fero-gusa, bauxita calcinada e cobre) e dos de ordem vegetal, como as madeiras nobres, entre elas, o cedro e o mogno – que se encontra em processo de extinção concentra-se em mesorregiões que têm, entre outros habitantes, índios e quilombolas. (NASCIMENTO, 2009. p 56).

13 Fonte: IBGE/censo demográfico 2010.

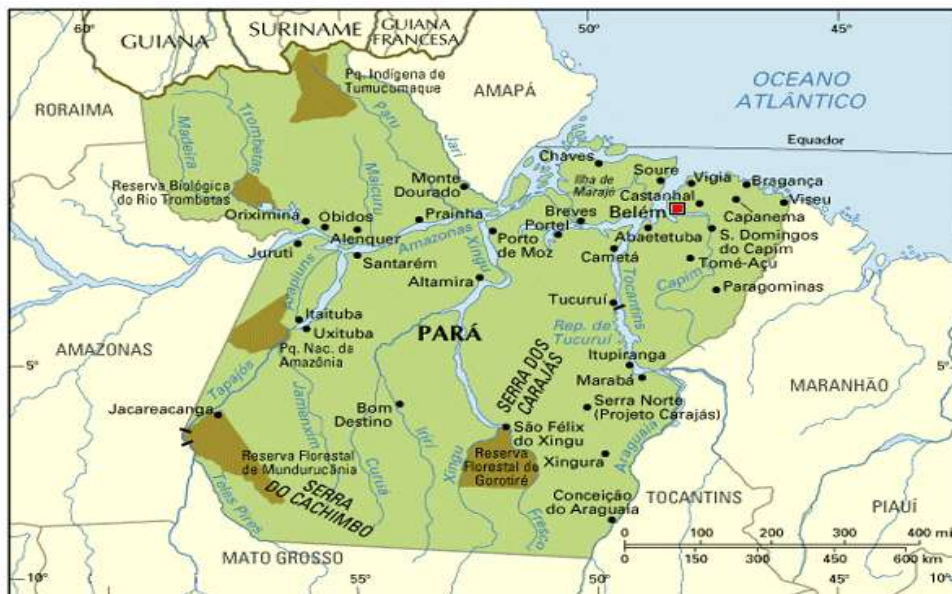


Figura I - Mapa do Estado Do Pará.

Fonte: <http://www.guianet.Com.Br/Pa/Mapapa.Htm>.

O estado do Pará, não apenas pelos recursos naturais, mas também por ser reconhecido como uma região de extrema violência agrária se destaca no cenário mundial, sendo “campeão” em assassinatos cometidos em conflitos no campo nos últimos 13 anos.¹⁴ Segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT, dos 99 conflitos ocorridos no campo na Região Norte em 1998, 44 foi no Pará, envolvendo 69 mil pessoas. Os últimos dados da CPT apontam 5.895 casos de pistolagem no ano de 2012 envolvendo conflitos pela posse da terra.

A luta pela terra, a violência dos proprietários fundiários e a “omissão” do Estado, frente aos conflitos agrários, são marcantes, principalmente no Sul e Sudeste do estado, os quais são conhecidos nacional e internacionalmente por serem áreas de grilagem¹⁵ de terras e de crimes praticados contra camponeses sem terra, sindicalistas e agricultores a mando de grandes latifundiários, os quais se utilizam da violência como forma de garantir a manutenção da propriedade privada dos meios de produção. Assim:

14 Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/04/17/apos-carajas-pa-ao-menos-180-morreram-em-conflitos-no-campo-no-para-estado-e-o-mais-violento-do-pais.htm>. Acesso em: 28/05/2013.

15 O termo designa a posse ilegal da terra. Fazendo referência ao fato de se colocar o documento em uma caixa contendo grilos, de modo a deixá-los amarelados e roídos, para assim ficarem com aparência antiga. (ASSELIN, 1982).

Podemos localizar a violência política na qual reencontramos aqui o Estado como agente da violência, através de alguns instrumentos: primeiro, a ação da Polícia Civil e Militar. Por outro lado, uma parcela dos membros do Poder Judiciário detém responsabilidade pela generalização da violência no campo, como pode ser exemplificado por vários elementos: primeiro, a emissão de títulos em áreas de posse, pois, “a maioria dos latifundiários não possuem sequer posse direta, com títulos falsos e, muitas vezes, inexistentes. Em muitos casos, os próprios cartórios registram imóveis sem levar em consideração a posse legítima, via usucapião, por parte dos lavradores”. (TAVARES, 2000).

Nesse cenário de violência agrária, o Estado, através da ação repressiva de seus agentes policiais, da morosidade dos julgamentos, da impunidade e da criminalização dos movimentos sociais, consolida sua ineficácia e ineficiência enquanto garantidor dos direitos sociais, funcionando como uma espécie de “comitê executivo da classe dominante”, uma vez que:

Nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão por necessidade, tanto interna como externamente, a fim de garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses. (MARX; ENGELS, 1984, p.40).

Esse é o aspecto “legalista” da violência no campo, pois através da violência monopolizada pelo Estado, via promulgação de leis que implementaram e implementam os projetos de “modernização” na região, atingem não somente as famílias sem terras, mas também comunidades tradicionais que são alagadas por hidrelétricas ou “são impedidas de ter o livre acesso às fontes, ou que tem sua água contaminada pelos agrotóxicos das grandes monoculturas ou pelos resíduos da mineração”.(CPT, 2012. p.65).

A omissão do Estado na realização de políticas públicas, as quais deveriam efetivar direitos dos trabalhadores rurais, assim como investimentos em instituições públicas para combater a violência no campo, reflete uma outra dimensão da violência agrária:

O mais correto seria dizer que o capital continua a espoliar as comunidades de seus territórios, pois a disputa é dura e desigual. Os camponeses contam com a força de sua resistência e o apoio de seus aliados. Já os interesses do capital são defendidos, estimulados e financiados pelos poderes públicos, e são enaltecidos pela grande mídia. (CPT, 2013, p.08)

A Comissão Pastoral da Terra – CPT aponta que nos últimos 26 anos quase 700 assassinatos ocorreram no campo paraense e apenas nove mandantes foram condenados. Dados que refletem a dinâmica das relações de dominação entre as

classes e os grupos sociais, já incorporadas e, por vezes naturalizadas nas relações de trabalho no campo.

Já na década de 80, os primeiros conflitos ocorreram em virtude da compra de terras por particulares ou empresas para obtenção de incentivo fiscal, adquiridas com posseiro dentro. Assim, a forma de violenta para expulsar os posseiros tornou-se a principal causa que levou os municípios do Sudeste do Pará a se converterem, desde o início dos anos de 1980, no cenário de maior número de conflitos agrários e assassinatos de posseiros e suas lideranças sindicais ocorridas no Brasil. (BRELAZ, 2006, p.33).

O Massacre de Eldorado do Carajás¹⁶, foi um dos mais graves episódios de conflito¹⁷ pela posse da terra na região, aconteceu em 17 de abril de 1996, onde os dados oficiais apontam dezenove trabalhadores rurais assassinados e 69 (sessenta e nove) ficaram feridos, resultado da ação violenta da polícia militar do estado, sob as ordens do Secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara¹⁸, durante o governo de Almir Gabriel.

Aproximadamente dois mil trabalhadores ligados ao MST reivindicavam a desapropriação de uma fazenda de 42.558 ha, denominada “complexo Macaxeira”, assim como a liberação de créditos para desenvolvimento da agricultura. Após caminhada, os Sem- Terra ocuparam uma rodovia no sentido Parauapebas e outra no sentido Marabá e:

Foi no território de Eldorado, precisamente no Km 96 da rodovia PA 150, em uma curva denominada “Curva do S”, que ocorreu o massacre. No entanto, não significa dizer que essa cidade teve a infeliz coincidência de estar no caminho das manifestações dos Sem-Terra; mas ao contrário, ela faz parte de uma região onde mais se deu o processo de desenvolvimento econômico promovido pelo governo federal e, por consequência, tornou-se campo de intensos conflitos agrários. (BRELAZ, 2006, p.40).

Em nota oficial, divulgada no dia 18 de abril de 2006, o MST aponta um número de mortos maior que os oficialmente divulgados pela grande imprensa e

16 O confronto ocorreu quando 1.500 trabalhadores sem-terra ligados ao MST, protestavam contra a demora da desapropriação de terras na região, ocupando a rodovia BR-155 (situa o município), a qual liga a capital do estado Belém ao sul do estado.

17 Adotou-se o conceito da CPT, a qual denomina como conflito “as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção.” Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

18 Latifundiários e transnacionais contratam grupos armados formados por pistoleiros com a desculpa de se “protegerem” de “invasões” e exercem pressão violenta perante os pequenos agricultores, a fim de garantir a expansão de áreas.

responsabiliza diretamente o governador Almir Gabriel pelo massacre, assim como, responsabiliza indiretamente o governo federal¹⁹ e o ministro da justiça.²⁰

Os crimes no campo ocorrem sem que o Estado assuma medidas protetivas para os trabalhadores, que garanta a condenação de mandantes e assassinos de trabalhadores rurais, a exemplo do ocorrido com Dorothy Stang²¹ executada por pistoleiros, a mando de fazendeiros em 12 de fevereiro de 2005, em Anapú, sul do Pará, na região Transamazônica Leste. O crime ocorreu em razão de a missionária defender a implantação de assentamentos para trabalhadores rurais em terras públicas, as quais eram reivindicadas por fazendeiros e madeireiros da região. A referida missionária denunciava a invasão de terras para extração ilegal de madeiras, o trabalho escravo e assassinatos de trabalhadores rurais.

Outro crime, com repercussão internacional foi o cometido contra José Cláudio e sua esposa Maria²² que foram assassinados em virtude de suas constantes denúncias de extração ilegal de madeira na região, sendo defensores da floresta amazônica. A força tarefa do governo federal e estadual só chegou à região 14 dias depois da execução do casal e após outro agricultor ter sido assassinado no mesmo assentamento, mostrando total indiferença ao caso.

Esses conflitos fundiários, também expressam a dominação entre classes sociais no campo, uma vez que a violência é exercida por mandantes particulares, geralmente latifundiários, e efetivada tanto por pistoleiros individuais quanto por milícias privadas a trabalhadores rurais e ou grupo de trabalhadores que ofereçam algum tipo de ameaça à ordem estabelecida. Um dos traços marcantes desta forma de violência consiste na impunidade dos mandantes e executores.

As disputas pelo acesso e permanência na terra pelos trabalhadores, refletem e questionam o padrão historicamente desigual de acesso à terra e aos recursos naturais no país, assim como, no nível de articulação e mobilização que impõe dinâmica própria aos sujeitos organizados em movimentos sociais para questionar a concentração fundiária na região.

19 O então presidente da República Fernando Henrique Cardoso - FHC.

20 Nelson Jobim, Ministro da Justiça do Governo de FHC.

21 Dorothy Stang, missionária norte americana, tinha 73 anos, foi morta por pistoleiros, a mando de fazendeiros, com 6 (seis) tiros a queima roupa.

22 O casal foi assassinado em Maio de 2011 na cidade de Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, cidade a 390 quilômetros de Belém.

Desta forma, as reivindicações que vão ao encontro da luta por uma reforma agrária que garanta acesso equitativo aos recursos naturais à homens e mulheres, bem como acesso aos meios de produção, financiamento, créditos, acessoria técnica, entre outros, intervém diretamente nos interesses de setores do agronegócio , criando conflitos entre produtores e representantes do próprio Governo, que receiam a queda significativa na produção agrícola e das crescentes exportações.

3.3 APONTAMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO MST NO ESTADO DO PARÁ

E vi quantos éramos quantos estavam ao meu lado, não era ninguém, eram todos seres humanos, não tinham rosto, era povo, era metal, eram caminhos. E caminhei com os mesmos passos da primavera pelo mundo.
(Pablo Neruda)

A questão fundiária do Pará é reflexo do processo histórico de desenvolvimento político, econômico e social da região norte, pois, por um lado expulsou trabalhadores tradicionais de suas terras, e por outro lado, atraiu, através dos grandes projetos minerais, centenas de trabalhadores que não foram absorvidos, sendo abandonados a própria sorte.

Principalmente a partir da década de 1980, já existia na região Sul e Sudeste do Pará um grande contingente de trabalhadores rurais que reivindicavam e iniciavam o processo de ocupação de terras improdutivas e, como afirma Brelaz (2006) “foi nesse clima de tensão que surgiu o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Pará”.

Em 1989, o MST inicia seu processo de organização no estado do Pará, com apoio da CPT, alguns sindicatos de trabalhadores rurais filiados a CUT, para organização estrutural do movimento, vieram militantes de Goiás, do Maranhão, de Ceará e de Pernambuco. A primeira ocupação de terras articulada pelo movimento se deu apenas em 1990:

No dia 10 de janeiro de 1990, o MST fez sua primeira ocupação no Pará, que ocorreu no município de conceição do Araguaia, no Sudeste Paraense,

quando em torno de cem famílias ocuparam uma área da fazenda Ingá. Outra parte desse latifúndio de 15.000 hc estava ocupada por posseiros, que vinham enfrentando jagunços e resistindo na terra. (FERNANDES, 2000, p. 201).

A realização dessa ocupação, segundo Filho (2006) apud Gomes (2009) , apontou avanços do ponto de vista político e estrutural para o MST, tais como: uma representação política no Sul do Pará, especificamente no município de Conceição do Araguaia; a preparação da base de trabalhadores para a realização do Primeiro Encontro Estadual do MST na região, com a escolha de uma executiva estadual; bem como, a organização de um corpo de militantes no estado, com origem da organização dos posseiros.

Durante o governo Collor (1990 – 1992), o movimento foi duramente reprimido, havendo prisão de lideranças, grampos em telefones das secretarias e inclusive, o governo “[...] designou um delegado da polícia federal, de Brasília, para comandar a operação contra o MST” (Ibidem, p. 203). Todavia, os trabalhadores continuavam resistindo e exigindo do governo a desapropriação de fazendas improdutivas.

No ano de 1991, 548 famílias ligadas ao MST ocuparam a fazenda Rio Branco, em Parauapebas, sendo rapidamente despejados pela polícia. Em resposta, os trabalhadores acamparam em frente à prefeitura do município por um período de cinco meses. Após várias reivindicações e mais uma ocupação pelas famílias à fazenda, “o INCRA acabou comprando 12 mil hectares do latifúndio” (FERNANDES, 2000. p. 204) e assentando os trabalhadores.

O MST consolida-se no estado do Pará, através da organização de famílias Sem-Terra, ocupações de terras improdutivas, construção da estrutura interna do movimento e do planejamento de projetos de assentamentos. Desse modo, em 1993, ocorreu o primeiro Encontro Estadual do MST-PA, o qual estabeleceu como meta o aumento de ocupações de terras, com o objetivo de pressionar o processo de reforma agrária no país.

Em 1994, duas mil e quinhentas famílias ocuparam a “Cinturão Verde”, uma área de mais de 1,3 milhão de hectares, pertencendo 511 ha a Companhia Vale do Rio Doce. Ocorreram despejos, prisões e muitas manifestações dos trabalhadores exigindo a desapropriação da área e “depois de quinze meses de luta e resistência, aquelas famílias conquistaram o direito a terra, que denominaram de assentamento Palmares, em homenagem a Zumbi e a resistência” (FERNANDES, 2000, p. 205).

Mesmo com o aumento das ocupações e reivindicações dos trabalhadores rurais, o governo do estado²³, assim como o governo federal²⁴ fazia “vistas grossas” para questão agrária na região. Diante de tal fato, O MST continuou no processo de articulação e organização das famílias, ocupando no dia 14 de março a fazenda Goiás II, em Parauapebas. Sob ameaças de pistoleiros locais, os trabalhadores transferiram o acampamento para outra local, sofrendo emboscada, a qual resultou na morte de duas lideranças e nove trabalhadores feridos. Segundo Brelaz (2006), com esta ocupação, O INCRA foi forçado a adquirir mais 3.383 ha da terra, que passou a ser denominada de assentamento Palmares, em homenagem a Zumbi.

Em abril de 1996, após acampamentos, reivindicações e marcha em busca da desapropriação da fazenda Complexo Macaxeira, no município de Curionópolis/PA e Eldorado dos Carajás/PA, cerca de dois mil trabalhadores ocupam a rodovia PA 150 como forma de pressão ao poder público. Havendo um confronto direto entre policiais e Sem-terra, ficando conhecido nacional e internacionalmente como o “massacre de Eldorado dos Carajás”.

No ano de 1998, os trabalhadores ocupam a fazenda Bacuri em Castanhal/Pará, (hoje assentamento João Batista II) e em 1999, aproximadamente 330 famílias ocupam a fazenda Taba, distrito de Mosqueiro (hoje assentamento Mártires de abril).

A partir de 2002, o estado do Pará começa a ser governado pelo Sr. Simão Jatene, o qual deu continuidade às políticas de prioridade para o capital em detrimentos aos interesses dos trabalhadores, assim como seu antecessor, Almir Gabriel.

Diante disso, a política de pressão do MST se constitui na intensificação das mobilizações para ocupações de terras, as marchas e passeatas. Pois, “A luta do MST é para derrubar 03 (três) cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital”. (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 45).

Desde o início da organização do movimento no Pará, avançou-se na luta pela reforma agrária, porém, ainda há muito para construir, para que o estado possa sair do *hank* dos estados mais violentos no tratamento da questão agrária.

É necessária a unificação do campo e da cidade por bandeiras de lutas, nas quais se exija políticas que de fato contribua para a diminuição do êxodo rural, e

23 O governo do estado do Pará foi administrado pelo Sr. Almir Gabriel no período de 1994 a 2002.

24 O presidente da república brasileira no período de (1994 a 2002).

investimentos na agricultura para evitar o “inchaço” das cidades. Contudo, o MST tem muitos aliados no estado, como a CNBB, A CPT, o movimento de mulheres, entre outros que abraçam causas importantes, as quais dizem respeito ao conjunto da sociedade.

No estado do Pará o MST está organizado em quatro regionais que abrangem municípios próximos, onde se localizam os acampamentos e/ou assentamentos para assim, facilitar a organização interna, a comunicação e o fluxo de informações, as quais são denominadas de regional: cabano, Eldorado, Carajás e Araguaia²⁵.

O MST mantém acampamentos e assentamentos em vários municípios do estado do Pará, segundo a coordenação estadual do movimento, planeja novas ocupações de terras improdutivas. Uma vez que ainda inexiste uma divisão social da terra com justiça social, a qual influi diretamente na lentidão no processo de reforma agrária, pois envolve relações desiguais de poder que para romper é necessário a luta para “democratizar a terra e torná-la fonte de empregos, alimentos e renda, e com isso, democratizar o poder, pois nas áreas rurais quem tem a terra tem o poder.” (MST, 2004, p.11)

Na Região do Nordeste do Pará, a gênese da maioria dos assentamentos está relacionada à nova política de transporte, com a construção da rodovia Belém-Brasília - nos anos de 1950 e 1960 – adentrando no nordeste do Estado, passando a re-interligar o Pará e o Maranhão com fluxos de veículos crescentes, à medida que a rodovia estava completando a sua infraestrutura física e de serviços, no qual Hebette (ANO) atribui nova dinâmica visto que:

Ela foi acompanhada pela implantação de um novo latifúndio madeireiro e pecuário mais dinâmico, empresarial e impessoal, que contrastava com o latifúndio paternalista dos tempos passados. Enquanto este novo latifúndio estava irrigado de generosos incentivos fiscais, o campesinato recebia apenas uma minguada assistência técnica. (HEBETTE Apud. CARVALHO, 2004, p. 81).

O processo de gênese dos assentamentos no nordeste paraense é fruto de uma política geral implementada pela lógica de ocupação da Amazônia, desde a política de integração nacional. Assim, esse campesinato regional em formação, desprovido de um apoio dos governos estaduais e federal, sofre uma tremenda

25 Informação fornecida verbalmente pela Coordenação estadual do MST.

pressão dos novos latifundiários, esses apoiados pelo grande e médio capital, ele mesmo apoiado pelo estado.

Segundo Hebette (2004) Atualmente é notória a estratégia tenaz de ocupação da Amazônia, sendo denunciada, sem sucesso, pelos estudiosos da Amazônia, pesquisadores e jornalistas, desde 1970. A ocupação da Amazônia, especificamente no Estado do Pará pode ser esquematizada da seguinte maneira:

- Ocupação militar graças aos programas de infra-estrutura e de ocupação camponesa;
- Ocupação empresarial de grande monta (mineração, indústria siderúrgica, hidrelétrica...);
- Penetração das matas pelos madeireiros e fazendeiros, na seguinte sequência: 1º: desmatamento e pecuária extensiva (aliança madeireiras/pecuaristas) ao longo das grandes rodovias (Belém-Brasília, Transamazônica, PA 70 e 150), inclusive graças à mão de obra rural vinda do Nordeste brasileiro; 2º: desenvolvimento de uma pecuária moderna, principalmente no Sul e Sudeste paraenses; 3º: introdução da soja, principalmente ao longo do traçado da rodovia Cuiabá-Santarém (fase atual).

Nessa perspectiva, os camponeses tem pouca capacidade de superação de sua condição de subordinação diante do capital e da exploração no contexto da lógica do processo orgânico do trabalho. Nesse quadro megalomaniaco e desumano, nascem e se organiza o que Hebette (in: Carvalho, 2004) chama de “um novo campesinato paraense” (Sudeste paraense e transamazônico de terra firme) e começar a se organizar um campesinato de tradição ribeirinho-varzeira de matiz ambiental (ao longo do rio Amazonas): dois tipos originais de campesinato brasileiro, totalmente desconhecidos fora da região.

No nordeste paraense, a lógica de organização dos assentamentos (principalmente aqueles articulados no MST) é parte de um movimento de (re) apropriação e, portanto, de (re) territorialização da luta pela terra (FERNANDES, 1999), onde a leitura de organização do território leva a ação política a se aproximar das cidades e do espaço urbano.

Esse fato é produto de uma contradição intensificada pelo processo de globalização: a cidade e o campo vão se vinculando, no que propicia o

aprofundamento de suas diferenças “tornando cada uma mais específica, porém cada vez mais portadora da característica geral da outra.” (OLIVEIRA, 1995, p. 474). Nesse sentido, a cidade acaba sendo palco e lugar também de lutas rurais. Deste modo, Espaço rural e espaço urbano se confundem e ao mesmo tempo em que se diferenciam por suas especificidades fazem parte da totalidade social. Esses fatores são favorecidos pelos mecanismos de construção do lugar, Santos (1998) explica que:

Passa pela sua densidade técnica (que tipo de técnica existe na configuração do território), pela densidade informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido), pela ideia da densidade comunicacional (as pessoas interagem) e, também, em função de uma densidade normativa (o papel das normas em cada lugar como definitório). (apud, BRINGEL, 2006, p. 25).

Carlos (1996) acrescenta, ainda, a dimensão do tempo de cada lugar que é visto através dos eventos no presente e no passado. (apud, BRINGEL, 2006, p. 25). O assentamento nesse aspecto assume a natureza de uma unidade territorial em que a população é produtora e produto da contradição entre o rural e o urbano, junto com os demais sujeitos de seu entorno, é a população que produz a organização do território e desenvolve densidades variadas no lugar, em escalas igualmente variadas e condicionadas pela relação de poder que se estabelece na região.

Nesse contexto insere-se o Assentamento João Batista II que é composto por pessoas de diversas regiões e Estados do país, com trajetórias igualmente diversas e experiências profissionais variadas. Agrega-se a isso o contexto social e político na sua configuração. O projeto territorial do assentamento foi construído e é coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Um movimento de forte elemento territorial que planeja a configuração dos assentamentos, não para atuação sobre toda e qualquer terra, mas para aquelas que estão alocadas em lugar estratégico, próximas ao mercado, ambientes favoráveis à agricultura e ao extrativismo, acesso às instituições de poder, localização, etc. característica singular na medida em que, na realidade amazônica, sua ação não abarca áreas cuja base apresenta componentes étnicos, que reivindicam a regularização ou o reordenamento fundiário, nem reassentamentos rurais proporcionados pela expropriação na construção de barragens.

3.4 ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

No dia 15 de novembro de 1998, 836 trabalhadores ligados ao MST realizaram a ocupação da fazenda Tanari, conhecida como fazenda bacuri,²⁶ localizada no município de Castanhal, nordeste paraense, micro região bragantina²⁷ e mesorregião metropolitana de Belém. A região tem como principal atividade econômica a pecuária, sendo forte produtora de gado de corte e se destacando como a maior exportadora de carne do estado.

A área é limitada pelos rios Inhangapi e Patauateua e Igarapé Bacuri, com a ocorrência de essências florestais como: Matamatá, Anani, Tatajuba, Sapucaia, Viróla, Castanha do Brasil, Andiroba e outras. O principal meio de acesso à fazenda é através da rodovia BR 316 (sentido Castanhal-Santa Maria/PA), ficando 68 quilômetros da capital paraense (Belém) e a 12 km do centro de Castanhal, tendo um percurso de mais 8 km de estrada de terra até o assentamento.

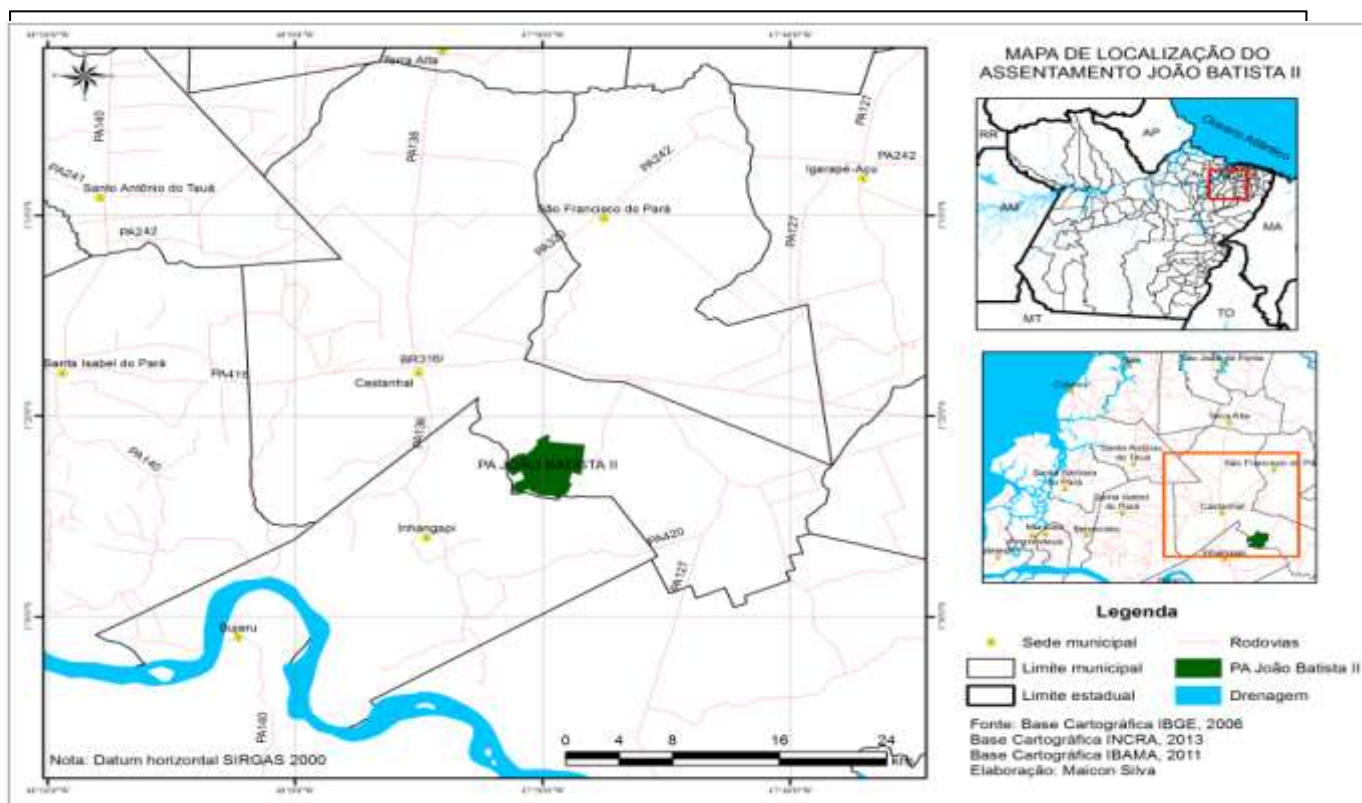
De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento João Batista II (PDA), esta área do assentamento, assim como suas mediações, entre as décadas de 1920 e 1930, era um espaço de mata primária, a qual servia para a prática de extrativismo vegetal. Contudo, com o espaço sendo ocupados por colonos, a área aos poucos foi sendo desmatada para dar lugar ao roçado, utilizando para isso o sistema de corte e queima das árvores e solos.

Ainda de acordo com o referido documento, no período de 1950 a 1960, aquelas terras ainda pertenciam ao Estado, e aos poucos foram sendo ocupadas por colonos, tendo como principal meio de transporte o trem, no sentido Belém-Bragança. Nesse período a vegetação ainda era extensa, tendo ao seu longo os rios Inhangapi, Petimandeuca e Bacuri, os quais eram profundos e navegáveis.

26 A mesorregião do Nordeste Paraense é composta por cinco microrregiões (Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-açu) abrangendo quarenta e cinco municípios (IBGE, 2000).

27 Segundo relato oral da direção estadual do MST, outras áreas improdutivas, estavam sendo cogitadas para serem ocupadas, além da fazenda bacuri havia as fazendas Pirelli (Marituba), 3 (três) Marias e Camelo (Castanhal). Contudo a fazenda bacuri foi escolhida devido seu proprietário, Domingos Rangel, está morto e conter altas dívidas junto ao Banco do Brasil, assim como o fato do poder público já ter constatado atos ilícitos na área, como roubos cargas de caminhões fretados, além de agricultores trabalhando na fazenda em regime de escravidão. O proprietário também havia aglutinado outras áreas próximas a sua propriedade onde viviam colonos, usando da força e violência, instalando terror na região.

Na década de 60 houve a desativação da estrada de ferro e a construção da rodovia Belém-Brasília, dando lugar ao transporte rodoviário. Nesse período, segundo o PDA 1960 as relações sociais na área eram, basicamente, entre parentes, os quais foram sendo “dispersados” para outras áreas com a chegada dos fazendeiros, em particular, com a chegada de Domingos Rangel, último proprietário da fazenda Bacuri. Esse intimidava os colonos para conseguir suas terras, com conflitos que muitas vezes levavam a morte dos que resistiam à venda do lote e saída da área. Desse modo os colonos foram sendo expropriados de seus lotes e a área foi transformada em uma grande propriedade, assim “o último proprietário da Bacuri, o já finado Domingos Rangel, embora de forma não convencional, promoveu a expansão de seus domínios resultando na área medida de 1761 há” (INCRA, 2002, p. 20).



A ocupação da fazenda pelos trabalhadores ligados ao MST ocorreu após oito meses de acampamentos em praças de Ananindeua e Belém,²⁸ os quais ocorriam como forma de pressão ao governo para a desapropriação da área, assim como,

28 Além de praças, os trabalhadores ocuparam por 17 dias a sede do INCRA em Belém, exigindo o cadastramento das famílias, assim como condições de sobrevivência para as mesmas. O primeiro cadastramento ocorreu em setembro de 98.

exigiam condições para que permanecessem na área. Tal área foi ocupada estrategicamente, uma vez que o movimento via a necessidades de haver um assentamento próximo à capital, principalmente, por que é lá que se encontram órgãos governamentais, tais como o sistema judiciário e o INCRA, assim como a imprensa e a sede de organizações de apoio ao movimento, como CPT e Caritas.

Segundo a direção do MST, para a realização da ocupação foram realizados o que denominam de trabalho de base²⁹, com cadastramento de famílias nos municípios do Nordeste Paraense: Castanhal, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Belém e Ananindeua, Com objetivo de organizar os trabalhadores para reivindicarem a terra. De acordo documento do INCRA (2000), “a ocupação ocorreu de forma pacífica, todavia os herdeiros do proprietário acionaram judicialmente os ocupantes requerendo a reintegração de posse e indenização por perdas e danos.” Contudo, ainda conforme o documento:

A expropriação das terras pôs termo na tensão e no iminente conflito pela sua posse e uso, trazendo por via de consequência, em seu âmago, o cumprimento da função social, a democratização agrária e o incremento da agricultura familiar na microrregião. (idem, p. 10)



FIGURA III: Matéria de Jornal sobre o período da ocupação da fazenda bacuri.
FONTE: LIMA, 2007.

29 “É o jeito de fazer política onde o militante coloca sua alma (CONSULTA, 2001, p. 22) segundo o mesmo autor, é uma pratica multiplicadora que acontece onde estão os trabalhadores, pode ser feita nas favelas, ocupações de terra, nas igrejas, nos bairros”. A finalidade do trabalho de base é anunciar, despertar a dignidade, canalizar a rebeldia popular e transformar a realidade.

A fazenda foi desapropriada³⁰ em maio de 2000³¹, e foi o primeiro assentamento conquistado através da luta do MST na região, sendo batizado pelos trabalhadores de *João Batista II*. O nome do assentamento foi escolhido em homenagem ao deputado estadual paraense João Carlos Batista, assassinado³² em 1988 por denunciar as constantes violências praticadas contra os trabalhadores rurais e por defender a efetivação de uma Reforma Agrária que fosse ao encontro dos interesses dos trabalhadores.

O assentamento tem uma área de 1.761,76 ha³³, onde residem 157 famílias, tendo a seguinte configuração. Segundo Junior; Nahum (2012) aquele território está dividido em 1500 ha de pastagem, 119 ha de capoeira e mata, 64 ha para a agrovila, 10 ha de área destinada para reserva ambiental e 70 ha é a área do patrimônio (escola, igreja, posto de saúde).

De acordo com Mendonça (2004), no assentamento, devido aos tipos de exploração constituídos no passado, como a extração de madeira e a pecuária, a quantidade de mata primária existente local é de no máximo 1% da cobertura vegetal. Esta exploração desordenada acarretou em prejuízos graves aos mananciais, uma vez que ficaram desprotegidos sem a mata ciliar, fato que provocou o assoreamento e consequente diminuição do volume d'água. No que diz respeito aos solos, o mesmo autor discorre que possuem baixa fertilidade natural e o relevo predominante no assentamento é ondulado, com algumas áreas planas.

A cobertura vegetal original do imóvel era representada pela formação de floresta ombrófila densa, contudo, face ao extrativismo por aniquilamento a que foi submetida, com corte raso de todas as espécies de valor comercial e industrial, suas características foram quase que completamente modificadas. Esta pratica destruidora, irracional e irreversivelmente danosa, também servia à época para assegurar vantagens jurídicas quanto à posse e desestimular invasões. (INCRA, 2001, p.06)

Até a primeira metade de 2000, segundo o PDA, a situação das famílias era precária, uma vez que não havia nenhum tipo de incentivo governamental para a

30 A desapropriação da área ocorreu rápido porque a repercussão do caso de Eldorado dos Carajás estava muito forte e o governo precisava limpar a sua imagem junto à opinião pública. Outro fator favorável à desapropriação foi os herdeiros do antigo dono não entraram com pedido de reintegração de posse.

31 A desapropriação da terra ocorreu em 03 de maio de 2000 e a data de emissão coletiva de posse foi dada no dia 24 de novembro de 2000, estando registrado no CRI: n^o 444 fls. 145, do livro 2-A-Castanhal-Pa. (INCRA, 2000, p. 5).

32 O deputado foi assassinado na frente da esposa e filhos.

33 Conforme portaria do INCRA/SR – 1/ n 095/ 2000 de 18 de dezembro de 2000

produção, e com isso, a mesma era feita em quantidade, na maioria das vezes insuficiente para sobrevivência, tendo, muitas famílias que depender do extrativismo, da venda de sua mão-de-obra às proprietários da redondeza e de uma cesta básica fornecida pelo INCRA.

A ausência de condições infraestruturas e socioeconômicas, aliada ao tamanho reduzido dos lotes de terra³⁴, ocasionou na desistência de muitas famílias desde o processo de ocupação em 1998 até a realização do PDA em 2001(conforme demonstra o gráfico I). A estabilização no número de famílias ocorreu quando começou a ocorrer à liberação de créditos, ou seja, condições concretas para permanência e sobrevivência na terra.

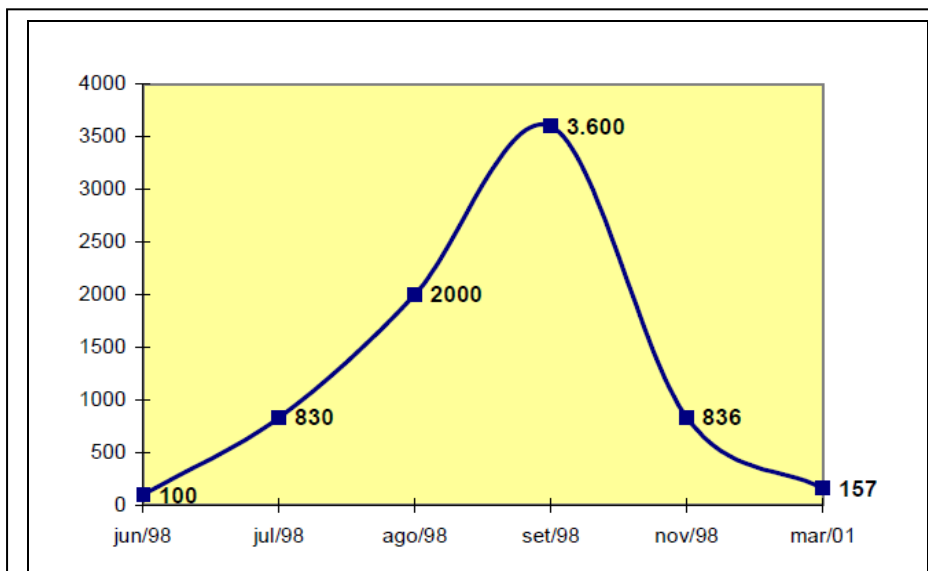


Gráfico I – Variação do número de famílias do PA João Batista de 1998 a 2001.
Fonte: PDA João Batista II (2001)

Ainda de acordo com o PDA, as famílias que participaram do processo de ocupação da fazenda Bacuri eram, em sua maioria, oriundas do estado do Pará, havendo também famílias de outros estados do Brasil, tais como do Maranhão, Piauí e Ceará, conforme o gráfico 02.

³⁴ Quanto maior o número de famílias, menor o tamanho dos lotes de terra.

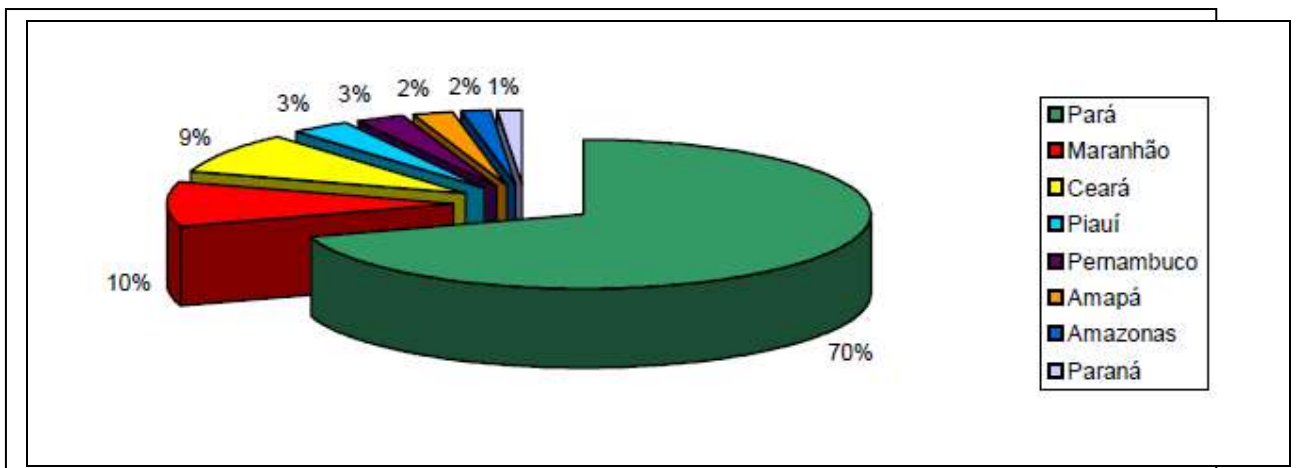
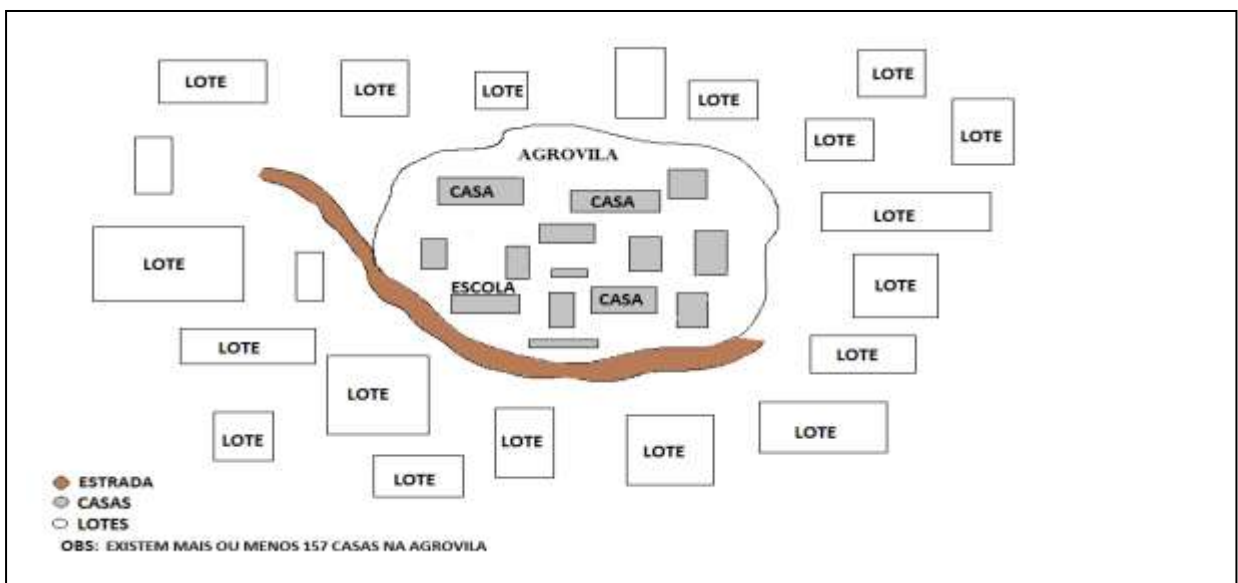


GRAFICO II – Origem dos assentados do João Batista II.
Fonte: PDA João Batista II (2001)

O assentamento é constituído na forma de agrovila, em que os lotes de produção são distantes das residências, ficando solidificadas as casas e os equipamentos coletivos: escola, posto de saúde, igrejas e sede das cooperativas. Esse modelo de organização em agrovilas é fundamentado, segundo MORISSAWA (2001) pelo fato do “MST vê como essencial a proximidade das moradias, que além de promover a convivência, facilita o acesso à infraestrutura básica, como energia elétrica, água encanada, comércio, serviços, etc.”

Figura IV: Ilustração do Assentamento João Batista II



Elaboração: Renata Silva, Arquiteta.
Dados consolidados a partir do trabalho de campo, 2013.

No período de acampamento até meados de 2002, as famílias viviam em habitações simples, a maioria em barracos de lona preta, com banheiros improvisados nos quintais, utilizando água para consumo doméstico dos rios, nascentes, igarapés, ou, de poços tipo amazonas³⁵, não havia energia elétrica, sendo necessária a utilização de velas e lampiões no período noturno.

O crédito habitacional foi conquistado no final do ano de 2001, sendo decidido pelos assentados em assembleia que o mesmo deveria ser disponibilizado a cada unidade familiar, não aceitando assim que o INCRA contratasse empresa terceirizada para construção das casas. O recurso liberado foi de R\$ 2.500,00 e as residências foram construídas em regime de mutirão, tendo o seu padrão definido por critério de cada família, contudo, tal recurso foi insuficiente para a realização do acabamento das mesmas, conforme demonstra a foto I.



Foto I – casas da agrovila do assentamento João Batista II.
FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

A liberação do crédito do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ocorreu no ano de 2002, de forma coletiva, para a plantação de pimenta-do-reino, pupunha, açaí e mandioca, assim como para a criação de animais bovinos, suínos, peixes, aves e ovinos. Ainda em 2002 foi instalado o sistema de

³⁵ Poço Amazonas: É um tipo de poço cilíndrico aberto manualmente, com o uso de picareta e pá, muito utilizado em áreas rurais.

abastecimento de água na agrovila e o Programa Luz no Campo³⁶, o qual levou a eletrificação rural para o assentamento.

A educação é uma das bandeiras de luta do MST, sendo assim, desde o período de ocupação a escola, a qual foi batizada de “Roberto Remige”, já funcionava em um barracão de madeira, o qual foi encontrado na fazenda, tendo sido inaugurado em uma nova estrutura em alvenaria pela prefeitura no ano de 2009³⁷. A escola atende os assentados e colonos das regiões próximas, funcionando nos três períodos de 1º a 4º série e educação de jovens e adultos - EJA. Esta escola é resultado da:

Luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a educação, e a uma educação que seja no e do campo. Uma vez que o povo tem o direito de ser educado onde vive; o povo tem direito a uma educação pensada do seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p. 26).



Foto 2– Escola do assentamento João Batista II.

FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

No que diz respeito à saúde, um médico clínico geral³⁸, realiza o atendimento no assentamento, sem periodicidade definida³⁹. Assim como, duas assentadas

36 Um programa do governo federal, lançado em 2000, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o qual tinha como meta inicial levar energia elétrica rural à 1 milhão de famílias rurais em três anos.

37 A escola foi inaugurada no dia 28 de agosto de 2009.

38 Informação adquirida durante a realização do trabalho de campo através de relatos orais dos assentados.

39 Programa do governo federal, lançado em 2000, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o qual tinha como meta inicial levar energia elétrica rural à 1 milhão de famílias rurais em três anos.

foram contratadas⁴⁰ como agente comunitária para acompanhamento às famílias. Ressalta-se que o atendimento é realizado em uma casa improvisada, a qual as famílias denominam de “postinho”, uma vez que o posto de saúde da localidade está em construção, porém com as obras paradas, sem previsão de reiniciar, nem tão pouco de terminar⁴¹.



FOTO III – Posto de saúde do assentamento em construção.
FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

O transporte do assentamento até Castanhal é feito de segunda a sábado, a uma tarifa individual de R\$ 3,00 – com saída às 06h00min e retorno às 13h00minh – por um ônibus de propriedade particular do assentado. Esse veículo é o único coletivo na localidade, o qual transporta pessoas, produção e tudo o mais que houver necessidade. Conforme o proprietário, o veículo vem dando mais prejuízos que lucro, uma vez que constantemente necessita de reparos, fato que atribui à má condição das estradas, a qual principalmente, em período de inverno é de péssima qualidade, assim como, ao fato do veículo constantemente andar com excesso de peso. Ressalta-se que as conquistas adquiridas no assentamento são frutos de organização política e da pressão que as famílias exerceram sobre o Estado, uma vez que:

Os assentamentos representam o desfecho de um processo no qual o monopólio da terra e o conflito social são superados. Logo depois, se inicia outro processo: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra. (MST, 2010, p. 68)

40 Contrato temporário via prefeitura de Castanhal.

41 Relato oral dos entrevistados.



FOTO IV : Ônibus do assentamento João Batista II.
 FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

A organização das famílias se iniciou no período de acampamento, logo após a ocupação da fazenda, inicialmente formando grupos as famílias⁴², os quais envolviam cerca de 50 famílias por grupo. Essa organização tinha por objetivo a construção de normas e rotinas de trabalho coletivo, as quais levariam a garantia de permanência na área.

No período do assentamento, os grupos foram redirecionados em subgrupos, de 6 a 10 famílias, formando 23 (vinte e três) Núcleos de Base (NB). Um mecanismo de participação interna do assentamento, o qual compreende “Cada família como se fosse um raio na roda da bicicleta, se um deles estiver folgado, a roda entorta.” (MST, 2005, p. 09).

42 Após a ocupação das áreas, no chamado período de ocupação (o qual se estende até que a fazenda seja desapropriada) o MST inicia o processo de organização política com grupo de famílias, estimulando a participação de todos os trabalhadores. Neste processo, são escolhidos um coordenador e uma coordenadora de cada grupo, os quais irão compor a coordenação do acampamento, assim como são formado os setores responsáveis por uma linha de atuação específica (Educação, Saúde, Cultura, entre outros). O fórum máximo de deliberação são as assembleias, as quais são discutidas as reivindicações e decisões dos grupos.

Esta estrutura organizativa objetiva a efetiva participação dos sujeitos coletivamente, ampliando o poder resolutivo da base, através da identificação de problemas e soluções em comuns, assim como a circulação de informações e a interação entre os assentados (as).

Esses Núcleos de Base se caracterizavam como instância máxima da gestão popular dos assentamentos, possibilitando um elo entre a base e as outras estruturas do movimento, fortalecendo a democracia interna, uma vez que garantiam que as decisões fossem discutidas e deliberadas pelas famílias.

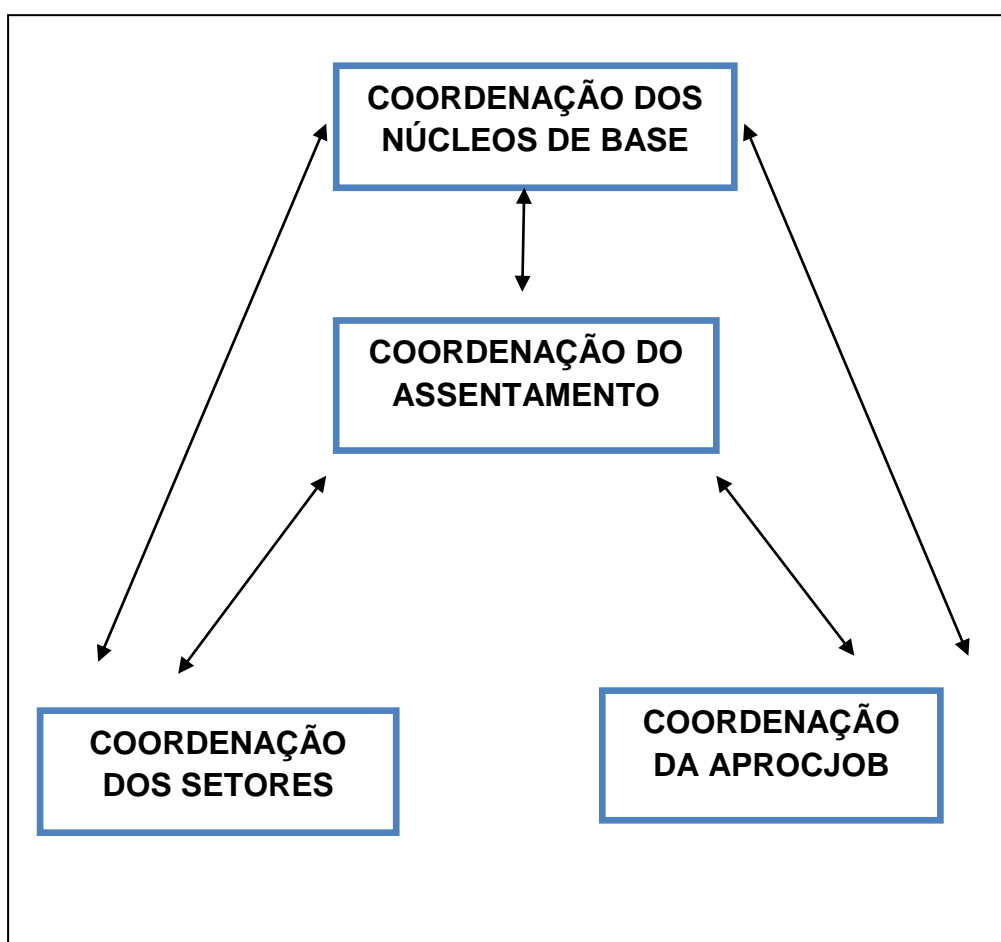
No núcleo se discute tudo, desde onde estamos jogando o lixo até a pauta de reivindicação ao governo. Planeja-se o trabalho voluntário para embelezar o assentamento, recolhe - se a contribuição para a marcha, e escolhem-se os representantes que devem participar de viagens, cursos e encontros. (MST, 2005, p. 09)

Desse modo, os Núcleos de Base tinham por objetivo realizar mais que discussões cotidianas, e sim questionamentos acerca das relações de subordinação, às quais as famílias estavam inseridas, debatendo, assim, questões de ordem política, econômica e social, as quais deveriam ser levadas para as assembleias do assentamento, que compreendia o fórum máximo de decisão.

Os NBs, segundo SANTANA (2006), deveriam desenvolver três características indispensáveis para a organização e estruturação das famílias no Assentamento João Batista II:

- **Econômica** – A qual era movida pela necessidade de auto - sustentação das famílias, uma vez que estimulava a participação dos assentados em cooperativas de produção, envolvendo o trabalho coletivo e dividendo econômico.
- **Política** – Estimulando as famílias a participarem dos processos decisivos do assentamento, possibilitando o encaminhamento crítico das tarefas decididas coletivamente e dos planos de ação que norteiam as práticas.
- **Social** – Na organização coletiva, as famílias desenvolvem novos processos de relações sociais, as quais envolvem a organização de trabalhadores que, em sua maioria, anteriormente não sabiam que tinham o poder de reivindicar direitos sociais e qualidade de vida. Tal estrutura possibilitava o envolvimento com o outro em um processo educativo diário de discussões e formação que resulta na formação de novas consciências.

Os Núcleos de Base possuíam um coordenador e uma coordenadora, os quais, em conjunto com a coordenação da APROCJOB – Associação de Produção e comercialização do Assentamento João Batista e com os setores, ⁴³ compunham a coordenação do assentamento. Assim, os Núcleos de Base, mais que o desenvolvimento de atividades econômicas, objetivava estimular as relações sociais entre as famílias e sua efetiva participação nas atividades internas do assentamento, assim como nas atividades, instâncias e na formulação das diretrizes e reivindicações do MST. No assentamento havia um grupo de militantes, os quais participavam diretamente das atividades externas do assentamento, nas instâncias de direção do movimento, estando obrigatoriamente nucleado, fato que garantia a relação direta entre a direção e a base, bem como, o desenvolvimento de tarefas para estimular o sentimento de pertença ao Movimento.

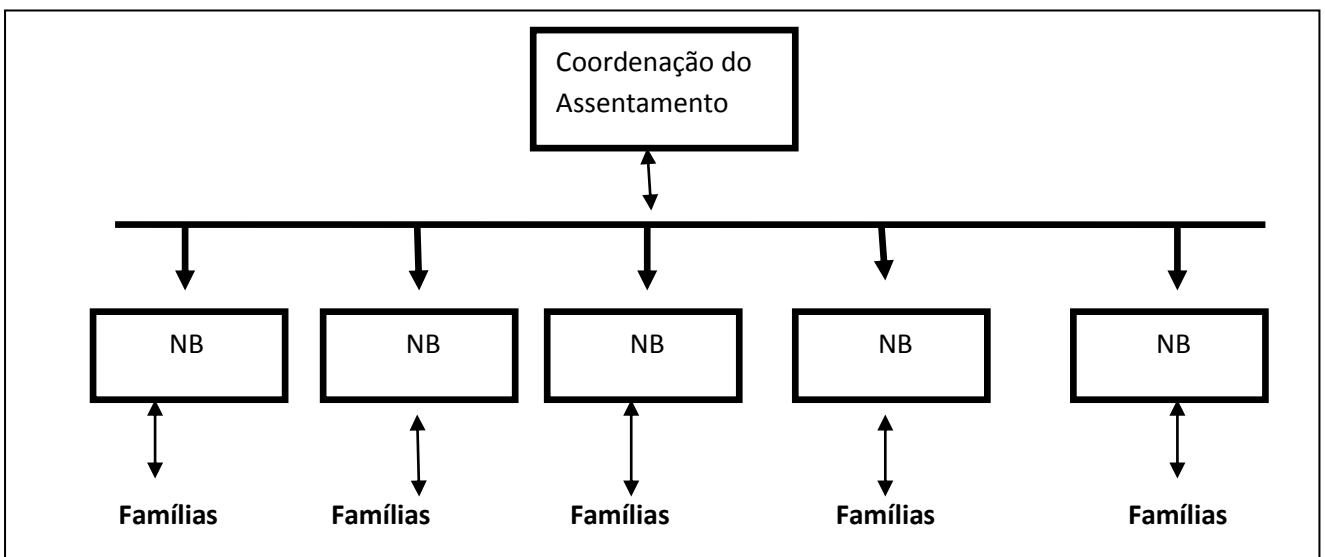


QUADRO I: Organograma da organização política do assentamento João Batista II.
FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

43 No assentamento estavam organizados os setores de Educação, Produção, Saúde, Gênero e Cultural (SANTANA, 2006).

O organograma acima se refere à composição estrutural do assentamento, no qual todas as instâncias deliberativas estavam interligadas, compondo a coordenação do assentamento, a qual se constituía como instancia máxima de decisão. A base das discussões estava no poder de organização dos Núcleos de base, os quais, através de seus coordenadores, organizavam todo lócus, da produção à segurança, do lazer à escolarização.

O objetivo desse fluxo organizacional era possibilitar o envolvimento de todas as famílias nos processos decisório do assentamento, conforme demonstra o organograma abaixo:



QUADRO II: Organograma da organização sociopolítica dos Núcleos de Base.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

No assentamento estavam constituídos Núcleos de Bases Coletivos, semi-Coletivos e individuais, os quais encaminharam projetos de produção ao INCRA, recebendo coletivamente recursos para o desenvolvimento da agricultura via PRONAF, os quais se constituíam da seguinte maneira:

Coletivo total: tanto a apropriação da terra como a produção, a comercialização de produtos e de insumos e a repartição do produto do trabalho são coletivizadas; Semi-coletivos: a de ocorrência mais frequente a que combina atividades produtivas particulares da família singular, objetivando a produção de subsistência, e algumas atividades de produção, de maneira geral destinadas para o mercado, em trabalho coletivo; Semi-

Coletivos e Coletivos: combinação entre formas de associativismo onde o coletivo total num determinado assentamento pode dar-se para apenas um grupo de trabalhadores rurais, sendo que os demais trabalhadores ou atuam individualmente ou participam em outros grupos semi-coletivos, conforme acima comentado (CARVALHO, 1998, p.06).

De acordo com o PDA 2011, a organização dos Núcleos de Base possuía a seguinte configuração especificada no quadro III :

Especificação	Finalidade
Secretaria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ anotar informações das reuniões de núcleo, ▪ arquivar documentos ▪ encaminhar questões burocráticas dos núcleos.
Coordenadoria Geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ coordenar os trabalhos desenvolvidos nos núcleos; ▪ Participar das reuniões de todos os núcleos; ▪ repassar as discussões das reuniões gerais para os componentes dos núcleos.
Coordenadoria de Finanças	<ul style="list-style-type: none"> ▪ arrecadar a contribuição dos componentes dos núcleos; ▪ gerir o recurso de cada núcleo e que será investido nas áreas coletivas.
Coordenadoria de controle de produção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ organizar o calendário de atividades a serem executadas nos lotes; ▪ definir tarefas; ▪ organizar as informações provenientes do sistema de produção, tais como quantidade, qualidade, manejo, produção e comercialização de acordo com o sistema adotado pelo núcleo.

Fonte: PDA – João Batista II

Quadro III: Organização Interna dos Núcleos de Base do assentamento João Batista II.

Esse processo organizativo objetivava garantir a discussão coletiva no que se refere ao processo de construção e dinamização do assentamento, envolvendo o trabalho e a tentativa de gestão pelos próprios assentados da produção e da discussão política.

A conquista dos equipamentos coletivos e direitos sociais, os quais inclui o direito a terra e mais que isso, as condições básicas para sobrevivência e permanência nela, com condições para a produção e comercialização de produtos, representa para os assentados a conquista da dignidade humana, a qual historicamente foi negada aos trabalhadores rurais, aos camponeses, índios, trabalhadores rurais, àqueles povos tradicionais da Amazônia.

Ressalta-se que o assentamento ainda necessita de políticas públicas que valorizem e respeitem a dinâmica, rural, cultural e humana, e como nos diz Arroyo (2004, p. 99) “nos seus alicerces mais profundos: sua relação com a terra, suas

formas de produção e de vida, suas condições de convívio e sociabilidade”. O poder público ainda está em débito com esta população pela longa história de desigualdades, exclusões e abandono, o qual acarretou na negação de acesso aos direitos básicos e fundamentais.

4. O PROCESSO ORGANIZATIVO DO MST ATRAVÉS DOS NÚCLEOS DE BASE: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II

4.1 PERFIL SOCIAL DOS ENTREVISTADOS DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu. O homem confiará no homem como um menino confia no outro menino. (Thiago de Melo)

As entrevistas foram realizadas no assentamento João Batista II, no município de Castanhal, nordeste paraense, de forma individual e no local de moradia dos assentados, os quais estão no lócus pesquisado desde o período de ocupação da fazenda, em 1998. Com o intuito de garantir o anonimato, a identificação dos entrevistados foi feita através de letras (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N).

Os entrevistados que compuseram essa amostra foram selecionados levando em consideração o tempo de assentados, uma vez que o fato dos mesmos estarem no local desde o período de ocupação da fazenda possibilitaria uma análise mais consistente a respeito das dinâmicas dos Núcleos de Base. Assim, nesse item são apresentados os dados sociais referentes à faixa etária, sexo, escolaridade, origem e ocupação anterior e atual dos assentados. Esse recorte dos dados tem por objetivo fornecer um perfil geral dos 13 (treze) entrevistados. Revelando que cinco deles, o que corresponde a 38%, possuíam idades entre 40 a 49 anos; 07, o que corresponde a 54%, possuíam idades entre 50 a 59 anos e 01, o que corresponde a 8%, estava na faixa etária de 60 a 69 anos.

Sujeitos	Idade	Sexo	Profissão	Escolaridade
A	59	F	Servente	Ensino Médio Completo
B	50	M	Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto
C	43	F	Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto
D	69	F	Agricultor	Ensino Médio Completo
E	55	M	Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto
F	54	M	Agricultor	Ensino médio Completo
G	41	M	Agricultor	Ensino Fundamental Incompleto
H	40	M	Guarda Municipal	Ensino Fundamental completo
I	56	F	Agricultora	Ensino Fundamental Completo
J	55	F	Agricultora	Ensino Fundamental Incompleto
L	44	F	Professora	Superior Completo
M	48	F	Agricultor	Ensino Médio Completo
N	53	F	Agente de Saúde	Ensino Médio Completo

QUADRO IV: Perfil social dos entrevistados do assentamento João Batista II.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2013.

Dos 13 entrevistados, 08, o que corresponde a 62% da amostragem, são mulheres, enquanto 05, o que corresponde a 38%, são homens (gráfico III). Contudo, apesar dessa maioria feminina, quando questionados sobre a chefia da casa, os dados mostraram que 23% declararam que a chefia tanto do homem, quanto da mulher; 31% declararam a chefia como feminina e 46% apontaram como masculina a chefia do lar, como demonstra o gráfico IV.

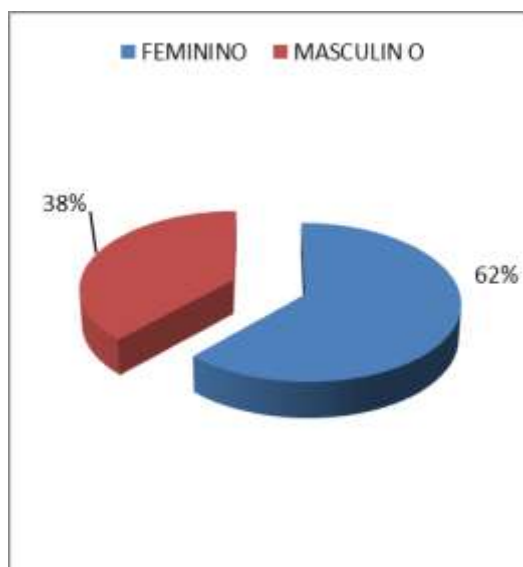


Gráfico III – Gênero dos entrevistados.
Fonte: pesquisa de campo, 2013.

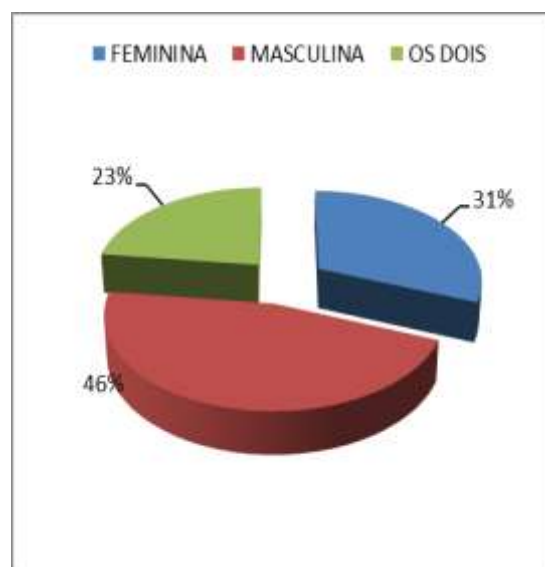


Gráfico IV – Chefia da residência.

Esse dado está em consonância com o que diz o autor Wanderley (2009) o qual ressalta que a agricultura familiar, no Brasil, mantém os traços típicos do campesinato, o qual agrupa todos os membros da família, unindo produção, reprodução e consumo, contudo os homens ainda são identificados com a figura do chefe da casa.

A exposição de alguns entrevistados apontaram indícios de desigualdades de gênero,⁴⁴ pois determinadas mulheres desenvolvem o trabalho na agricultura e, muitas vezes, na organização política do assentamento, tanto quanto o homem, contudo, a figura masculina ainda é representada como central na família, demonstrando que:

As tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas se constituem às vezes por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalhos que exigem força, mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. Mas, mais do que a transferência das tarefas, são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social. (SOUZA, 1991, p.152)

Na realidade rural, historicamente, a divisão sexual do trabalho está relacionada em todas as relações sociais, dos espaços públicos ao privado, por vezes sendo atribuído à mulher o papel de “cuidadora” do lar:

⁴⁴ Diferenças sexuais entre homens e mulheres, as quais são percebidas, representadas e normatizadas, as quais denotam nítidas relações de poder. (SCOTT, 1989)

Um espaço que traz um conjunto de significados relacionados ao feminino. Como fronteira entre as esferas masculinas e femininas, tem servido às mulheres como local de aprisionamento e responsabilidades. Para as mulheres assentadas, a casa foi a primeira conquista de um espaço próprio, no qual elas podem exercitar seus pequenos poderes e onde não se sentem inseguras para falar e agir. O que se evidencia é que ainda permanece muito forte, tanto entre homens como entre mulheres, o discurso de que a mulher pode até participar do espaço político, desde que o concilie com o espaço doméstico, o que também contribui para a resistência das mulheres à participação na vida política (FERNANDES, 2009, p. 216).

Dentre as discussões políticas do MST, destaca-se aquela relacionada à questão de gênero nos acampamentos e assentamentos, como forma de garantir a participação igualitária entre homens e mulheres que vivem no campo, em todas as atividades, na produção e na gestão, garantido a participação feminina nas instâncias deliberativas (MST, 2006). Contudo, sabe-se que as desigualdades entre homens e mulheres são socialmente construídas e culturalmente absorvidas e naturalizadas, por isso não são tão facilmente modificadas.

A organização do trabalho e da vida cotidiana nos assentamentos se insere numa cultura social, e mais especificamente camponesa, marcada por uma rígida organização do modo de vida, baseado em divisões sexuais de papéis historicamente definidos, os quais são naturalizados, ainda, por muitas mulheres e não foram necessariamente rompidos no período mais intenso da luta pela terra. A divisão tradicional de papéis distintos para mulheres e homens se sustenta numa rígida divisão sexual do trabalho, compreendida como uma construção social e histórica. O capitalismo utiliza uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente pelas relações de classe, raça, gênero e nas práticas sociais. (FERNANDES, 2009, p. 215)

Nesse sentido, no cotidiano da luta pela terra, a mulher além de reivindicar o direito a terra, ao trabalho, a qualidade de vida, “descobre, também, como sujeito que esteve historicamente excluído, sem direitos e sem lei que a proteja ou defenda”. (ÍDEM, p. 220), sendo necessário a luta para que seja substituído as relações sociais que a exploram duplamente: por ser trabalhadora do campo e por ser mulher.

A respeito da escolarização dos entrevistados, os dados da pesquisa de campo revelaram que 31% dos entrevistados possuem Ensino Médio completo; 15% possuem Ensino Médio Incompleto; 15% possuem o Ensino Fundamental completo; 31% possuem o Ensino Fundamental Incompleto e apenas 8% possuem o nível superior.

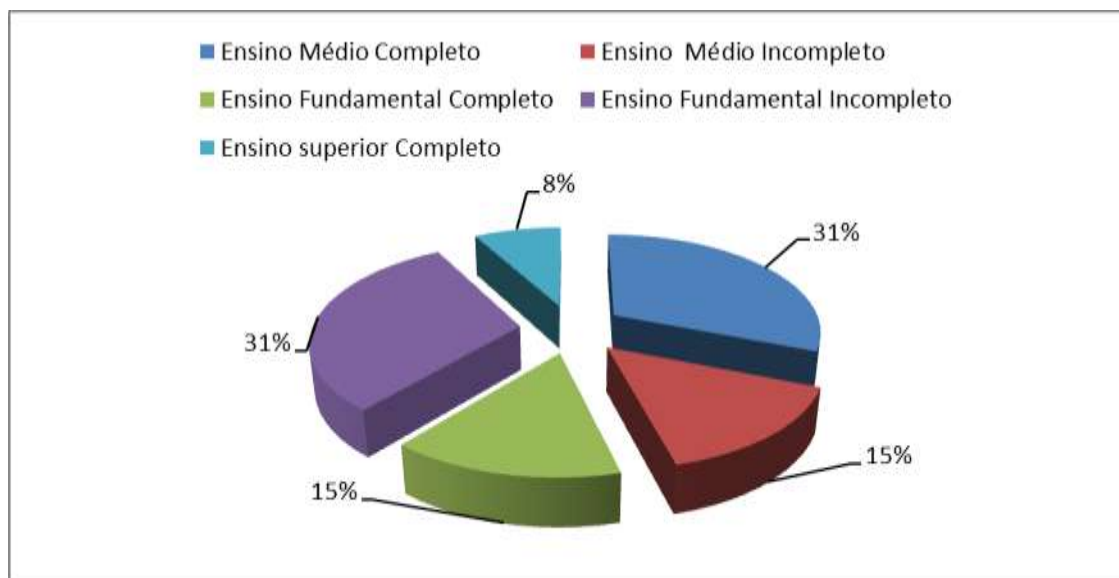


GRÁFICO V – Nível de escolaridade dos entrevistados do assentamento João Batista II.
Fonte: pesquisa de campo 2013.

Nessa perspectiva, os resultados da pesquisa empírica demonstram o quanto políticas públicas que garantam a permanência do trabalhador rural na escola são deficitárias. Uma vez que, mesmo havendo uma escola no assentamento, 46% dos entrevistados não possuem o ensino médio, fato esse atribuído pelo calendário escolar, o qual é o mesmo das escolas urbanas, não respeitando o tempo de colheita e plantação. Assim como, o conteúdo programático, segundo o entrevistado G, não estão voltados ao desenvolvimento rural, mostrando-se desconectas da realidade do assentamento.

O referido entrevistado relata que a escola, por ser administrada pelo município de Castanhal e ter a maioria dos professores vindos da área urbana, acabou por ser uma escola “no campo” e não “do campo”, uma vez que os conteúdos são administrados de forma totalmente desconectadas da realidade rural, assim como, à uma supervalorização do modo de vida urbano em detrimento do rural .

Os resultados acerca do percentual de entrevistados que possuem ensino médio estão em consonância com os dados apresentados pelo IBGE (2010), os quais apontam que maioria da população do campo – 73% - não completou o ensino fundamental, evidenciando que a população rural continua em desvantagem quando relacionada com os dados da área urbana, pois segundo o IBGE (2010) afirma que a taxa de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos é de 7,5% na zona urbana, e de 23,5% na zona rural. Enquanto, nas cidades, 9% da população têm pouca ou nenhuma instrução, no campo, tal proporção ultrapassa 24%.

Segundo o IBGE (2010) o número médio de anos de estudo dos moradores de comunidades rurais, em 2009, era de 4,7 anos, por sua vez esse número para os urbanos era de 7,2 anos para os negros e pardos, esses números apresentavam-se 20% inferior em comparação com a população branca no espaço rural .

A amostragem ainda revela que apenas 8% dos entrevistados possuem o ensino superior completo, evidenciando, desse modo que as políticas públicas educacionais⁴⁵ no campo ainda são insuficientes. Na escola do assentamento, por exemplo, apenas duas professoras⁴⁶ são moradoras da comunidade.

De acordo com CALDART (2002), o MST tem no processo educativo uma de suas principais bandeiras de luta, pois compreende que a elevação da consciência política dos trabalhadores rurais é um dos principais caminhos para ter acesso à terra e apolíticas públicas.

A educação em sentido amplo é um processo de formação da pessoa humana. Processo através do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se e transformando esta sociedade. Por isso ela está sempre ligada com um determinado projeto político e com uma concepção de mundo. Para o MST está relacionada com a formação de quadros para nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores rurais (MST, 1999, p.35).

Contudo, os dados da pesquisa apontam que para chegar à efetivação do modelo de educação compreendida pelo MST, a qual atenda às necessidades do assentamento pesquisado, ainda faltam medidas efetivas de universalização da Educação Básica, que garanta que o campo esteja em posição linear com a cidade.

A pesquisa de campo revelou que, 77 % dos entrevistados são de origem agrária, com pais e/ou avós agricultores, os quais os ensinaram a desenvolvimento da agricultura, conforme o gráfico abaixo.

45 Em nível nacional se tem o PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, o qual tem a missão de promover a formação superior dos professores em exercício na rede pública das escolas do campo e de educadores que atuam em experiências alternativas em educação do campo, por meio da estratégia de formação por áreas de conhecimento, de modo a expandir a oferta de educação básica de qualidade nas áreas rurais. (MEC, 2009, p. 06).

46 Uma das professoras é a entrevistada L, a qual se formou em pedagogia pela Universidade Federal do Pará, em um programa chamado de “pedagogia da Terra” conquistado pelo MST. A outra, segundo relato oral da Srª L, está cursando Licenciatura em Educação do campo no IFPA pelo programa PROCAMPO.

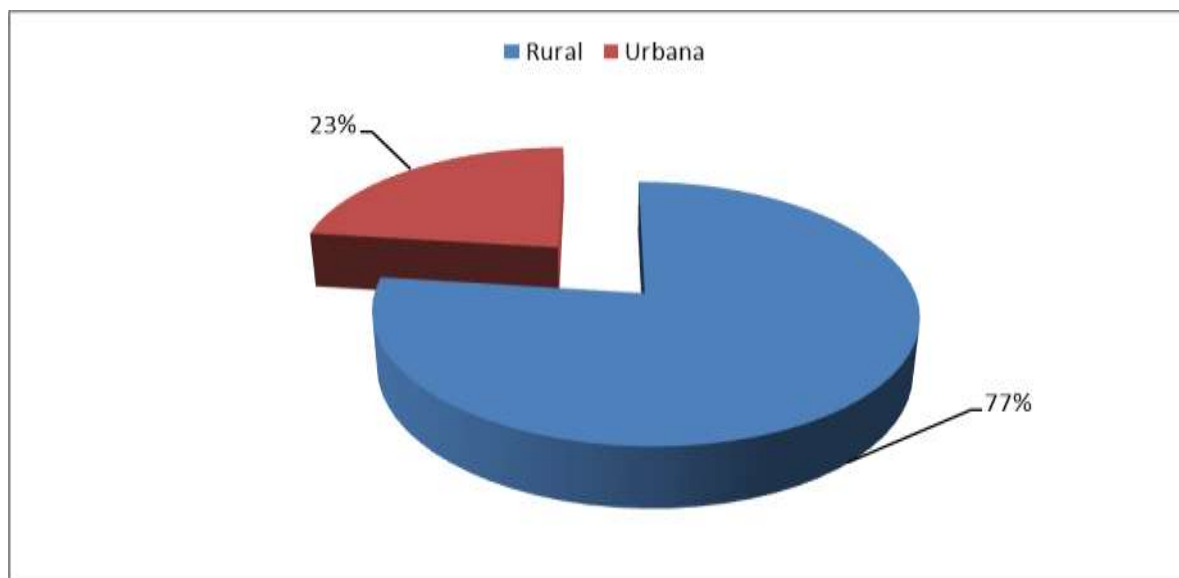


GRÁFICO VI – Procedência dos entrevistados do assentamento João Batista II.
Fonte: pesquisa de campo 2013.

Esse dados coadunam com as discussões apresentadas por Fernandes (2000), ao explicitar que as famílias que vão para ocupações de terras foram expulsas de suas áreas rurais, migrando para as cidades a procura de condições de sobrevivência:

Muitas famílias que participam das ocupações sofreram com o êxodo rural das décadas de 1950 até 1980, quando mais de trinta milhões de camponeses migraram para as cidades para trabalhar na indústria e no comércio. Hoje não conseguem emprego e parte dessa população não encontra condições de vida nas cidades. Desse modo, ocupam a terra e muitos trabalhadores urbanos estão se transformando em agricultores familiares por meio das ocupações de terra (FERNANDES, 2000, p. 35)

A migração rural apresenta-se no decorrer dos anos como alternativa de sobrevivência dos trabalhadores rurais. Os dados do Censo Demográfico 2010 apontam continuidade do processo de diminuição do volume da população rural, na ordem de 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010. Desse modo,

A eliminação progressiva da pequena propriedade na estrutura fundiária brasileira, verificada especialmente a partir dos anos 1960, contribuiu para formação dos grandes centros urbanos por meio do que se convencionou chamar de êxodo rural. Conforme o censo demográfico de 2000, 81,22% da população brasileira reside na zona urbana. Esse processo de concentração populacional tem suas raízes nos anos de 1960 e 1970: De acordo com os censos do IBGE, na década de 1930 cerca de 13 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade; nos dez anos seguintes, esse número se elevou para 15,5 milhões. Tudo indica que desde 1970, quando a população rural passou a ser minoritária, até os dias de hoje, mais de 40 milhões de brasileiros migraram do campo para a zona urbana (GONÇALVES, 2001, p. 174).

A exploração capitalista da mão de obra tem como uma de suas consequências o desemprego em massa. Um gigantesco contingente de trabalhadores, então substituída por máquinas, no meio rural ou urbano, acarreta em um movimento de ampliação do trabalho, mas não do assalariamento. (OLIVEIRA, 2003)

Os trabalhadores rurais ao migrarem para as áreas urbanas não são absorvidos pelo mercado de trabalho, este fato é confirmado com alguns dos entrevistados, pois apesar da origem agrária, apenas 23% deles, no período da ocupação do assentamento desenvolviam atividades relacionadas à agricultura, onde 31% em empregos informais, como vendedores, feirantes e diaristas.

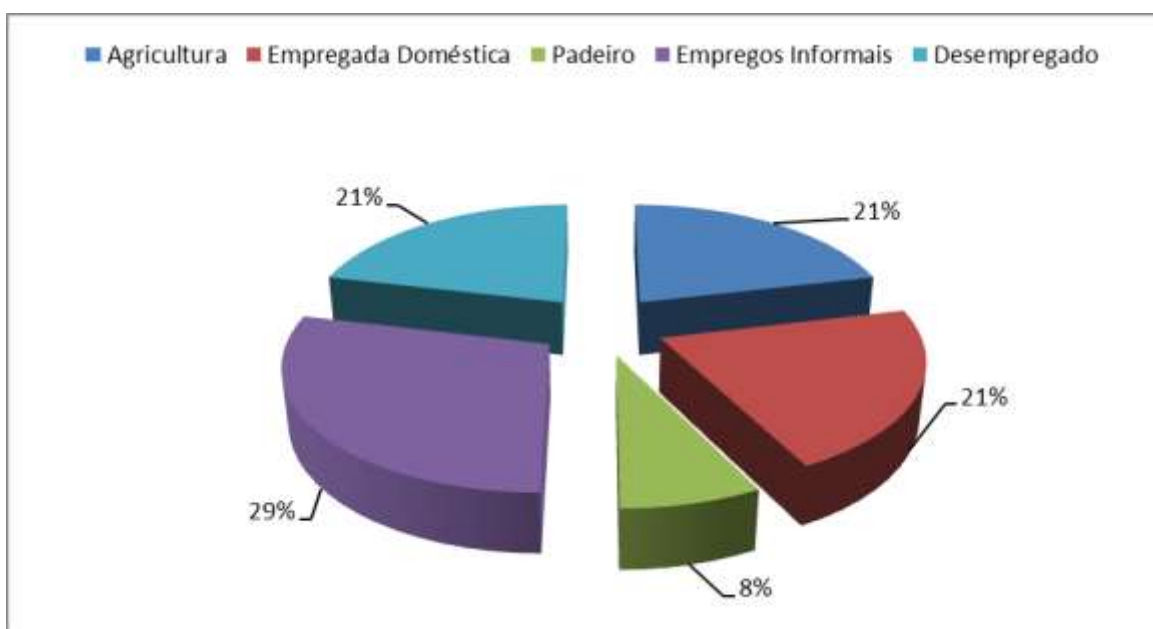


GRÁFICO VII – Ocupação anterior ao assentamento dos entrevistados do João Batista II.
Fonte: pesquisa de campo 2013.

De acordo com Stédile (2013) mesmo nas situações de maior precariedade, a situação social das famílias no momento anterior à ocupação era bem pior do que a do período de assentamento, o que leva à conclusão que:

O ingresso aos assentamentos proporcionou efetivamente um processo de 'filiação' social, dotando as famílias de novas condições para a reivindicação de outros direitos e inserindo-as em um circuito de acesso a políticas públicas, mercado de trabalho e mercado de produtos que antes não possuíam. (STÉDILE, 2013, p. 121)

Esse dado referente a ocupação anterior também confirma o explicitado por Fernandes (2000) ao se referir que “a maior parte dos trabalhadores que participam dessa luta pela terra nunca tiveram terra”, representando tal conquista, tanto a reprodução quanto de produção do trabalho familiar, com retorno ao campo.

Retorno esse comprovado quando são analisados os dados referentes a ocupação atual dos assentados (Gráfico VI), em que a maioria, 69% dos entrevistados se assumem enquanto trabalhador rural. Ressalta-se que os 8% relacionados as demais categorias profissionais, com exceção do guarda municipal, exercem suas atividades laborais no assentamento especificamente na escola.

O trabalhador, forjado na luta pela Terra (STEDILE, 2013), constrói uma identidade de “sujeito Sem Terra”, produzindo novas concepções e perspectivas, as quais influem diretamente na formação da consciência, conseguindo vislumbrar outro horizonte, no qual a relação de submissão ao capital seja ultrapassada, buscando firmar – em práticas desenvolvidas agora – o futuro almejado. Assim:

Este Sem Terra, formado pela dinâmica da luta pela Reforma Agrária e do MST, pode ser entendido também como um novo sujeito sociocultural, ou seja, uma coletividade cujas ações cotidianas, ligadas a uma luta social concreta, estão produzindo elementos de um tipo de cultura que não corresponde aos padrões sociais e culturais hegemônicos na sociedade capitalista atual, e na brasileira em particular, inscrevendo-se no que poderíamos talvez chamar de um movimento sociocultural que reflete e prepara mudanças sociais mais profundas. (CALDART, 2004, p. 34)

Nesse sentido, a identificação dos entrevistados como agricultores reforça sua identificação com a terra, com a produção familiar, uma vez que até os que relatam ter atividades laborais em outros espaços também acrescentaram que são agricultores. Essa identidade foi fundamental para vários avanços no assentamento, como as relacionadas à infraestrutura.



GRÁFICO VIII – Ocupação Atual dos entrevistados do assentamento João Batista II.
Fonte: pesquisa de campo 2013.

A respeito da participação em programas de transferência de renda, a maioria dos entrevistados, o que corresponde a 62%, relataram não receberem nenhum tipo de benefício; e 38% estão inseridos em tais programas. Kageyama (2001) afirma que os programas de transferência de renda são uma maneira do trabalhador rural assegurar renda em períodos de riscos climáticos, de escassez agrícola. Ressalta-se que, apesar de a maioria dos entrevistados, relatarem não possuírem nenhum tipo de benefício, pelo menos 80% declarou dificuldades financeiras, uma vez que a pouco tempo a terra vem realmente produzindo e ainda, na maioria dos casos, em pouca quantidade.

No que diz respeito aos 38% dos entrevistados que declaram participar do programa de transferência de renda, os mesmos relatam que os recursos advindos do programa são fundamentais para a sua sobrevivência, uma vez que alegam possuir um núcleo familiar pequeno para o desenvolvimento produtivo de toda a área do lote, possuindo uma produção de subsistência, a qual muitas das vezes não supri toda a necessidade familiar.

Embora na zona rural a subsistência não esteja diretamente vinculada ao rendimento real médio mensal, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, demonstram as desigualdades de oportunidades ao se comparar o rendimento médio dos chefes dos domicílios rurais com os da zona urbana. Enquanto na zona urbana esse rendimento é de R\$ 1.020,00, na zona rural ele representa um terço (32,8%) desse valor, atingindo uma soma de R\$ 335,00

(PNAD, 2008). Segundo publicação do IPEA (2010), a renda monetária domiciliar per capita das famílias em área rural equivale a apenas 43% da renda de mesmo tipo das famílias em área urbana; em quase metade dos domicílios rurais a renda per capita familiar não ultrapassa $\frac{1}{2}$ salário mínimo, sendo que apenas 8% dos trabalhadores rurais recebem remuneração superior a 2 salários mínimos.

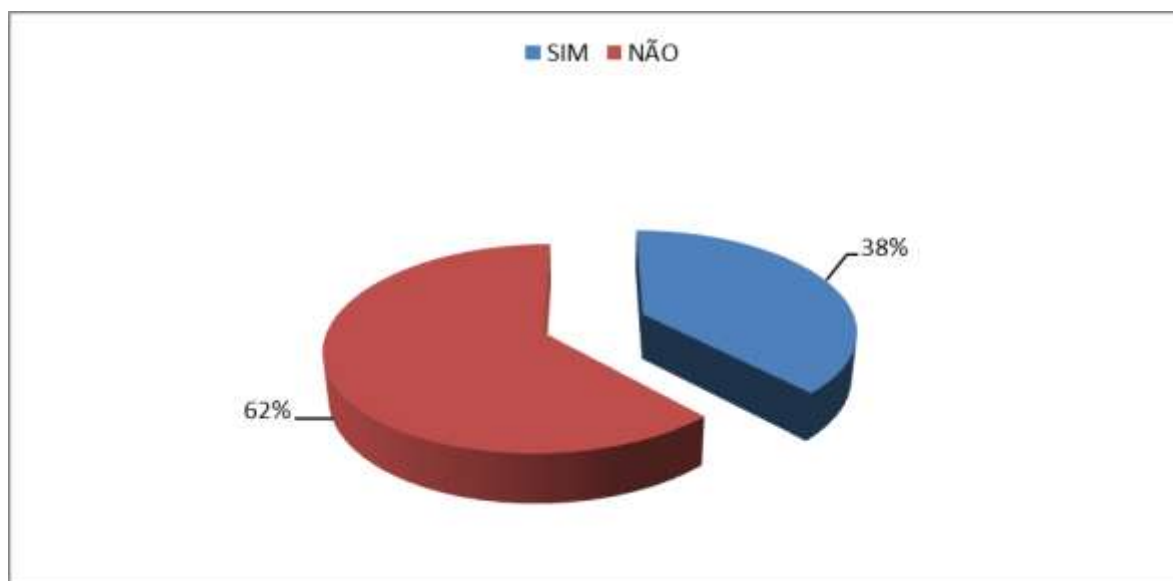


GRÁFICO IX – Participação em Programas de Transferência de Renda dos entrevistados do assentamento João Batista II.
Fonte: pesquisa de campo 2013.

A implantação desses benefícios enquanto políticas públicas, pressupõe uma maior amplitude de ações, para que as famílias possam sair da linha de pobreza, tendo prioridades em programas e serviços sociais nas áreas de educação, saúde, assistência, habitação e geração de renda. Contudo, o que se percebe no assentamento estudado é que tais benefícios possuem um fim em si mesmos, não havendo qualquer tipo de outra ação com os usuários.

Nesse sentido, as ações desses programas devem se direcionadas para garantir condições efetivas para a sobrevivência desses trabalhadores, mesmo dentro dos limites das próprias políticas sociais do Estado capitalista. Na área rural o desafio é maior, uma vez que há a necessidade de se estabelecer uma “educação no campo para o campo” com a valorização do espaço rural e maior acesso a cursos que os prepare para a dinâmica do mercado de trabalho melhorando as condições de vida e minimizando o êxodo rural.

4.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II

*Ter as mãos calejadas do cabo das ferramentas,
Sentir o sol escaldante e o aço das tormentas,
Regar com meu próprio sangue
a saúde das lavouras,
garantir com meu suor,
grandes safras duradouras,
Obter da terra virgem
Total fertilidade (Júnior Longo).*

No assentamento João Batista II a organização das famílias foi orientada pelo MST em Núcleos de Base, os quais funcionaram até meados 2008, de forma coletiva, semi-coletiva e individuais. Os Núcleos de Base aglutinavam as famílias por afinidades e tinham linhas de produção específicas como bovinocultura, avicultura, suinocultura, cultivos perenes (açai, pimenta-do-reino, coco e cupuaçu) e o plantio de roça de lavoura branca (milho, arroz e feijão).

Segundo relatos orais, os Núcleos de Base foram formados a partir do desmembramento dos grupos de família constituídos no período de acampamento, momento em que produziam pequenas quantidades de alimento, na maioria das vezes só para consumo próprio.

No período de acampamento e início de assentamento, as plantações foram feitas em coletivo, ficando parte das terras para a produção individual, ainda de forma extraoficial. Ressalta-se que o INCRA, segundo depoimento de alguns entrevistados, demarcou as áreas, dividindo-a em lotes de terras por Núcleos, não considerando a divisão feita pelas famílias, fato que ocasionou em um redimensionamento de todo o assentamento, com muitas perdas para as mesmas, como expresso nas falas abaixo:

“Eu perdi tudo que tinha quando o INCRA marcou a área”.
(ENTREVISTADO M);

“Fiquei em um lote muito mais longe do que eu estava, foi muito ruim”.
(ENTREVISTADO J);

“A terra que eu peguei não tinha nada plantado, comecei do zero. quem ficou com a minha se deu bem”. (ENTREVISTADO B).

Doze dos entrevistados expressaram ter tido algum tipo de perda com a demarcação da área pelo INCRA, tendo que recomeçar a plantação, além do fato de àquela área primeira representar uma possibilidade de garantir a reprodução do seu modo de vida, trabalho e a conquista de territórios materiais (terra) e de territórios imateriais (sonhos, ideologias etc.) (FERNANDES, 2007).

Assim, as famílias expressaram dificuldades de adaptação ao novo território ofertado pelo INCRA, pois houve impacto direto na reprodução social das mesmas, tanto no que se refere a mudanças físicas e estruturais, pois muitas já tinham nos lotes pequenas construções e plantações, assim como já haviam estabelecido relações de amizade com famílias que estavam nas proximidades, além de muitas perdas econômicas.

Cabe ressaltar que o INCRA utilizou a concessão de uso coletivo da área do assentamento João Batista II, não emitindo título de propriedade da terra a nenhum assentado. Dessa forma, os assentados utilizariam um território pertencente ao Estado, para desenvolver suas práticas produtivas e sócias naquelas terras, contudo sem permitir ao beneficiário vender, alienar, hipotecar ou de outra forma transferir a terra para terceiros.

Em 2002 as famílias receberam via NB's recursos do PRONAF para plantio e criação de animais de pequeno porte, de acordo com o entrevistado H, foi nesse período, a partir do recebimento desse crédito, que os conflitos começaram:

“Quando se fala em dinheiro a cabeça das pessoas mexe”.
(ENTREVISTADO H);

“As reuniões dos núcleos eram, praticamente, diárias para discutir o que iríamos plantar”. (ENTREVISTADO M).

A escolha da plantação foi decidida coletivamente entre as famílias, segundo 98% dos entrevistados, sem qualquer orientação e supervisão técnica do INCRA, fato apontado como uma das principais causas da falência de muitas produções:

“Eu só havia plantado pouco, nunca tinha plantado muito, não sabia direito nem por onde começar”. (ENTREVISTADO L);

“Perdemos todo o milho que plantamos, a plantação secou todinha, um prejuízo enorme, chorei quando vi”. (ENTREVISTADO M);

“Trabalhava feito homem, de igual para igual, já desmaiei de tanto capinar, mas mesmo assim não deu o tanto que a gente quis, acho que se tivessem orientado agente do que seria melhor plantar, tudo tinha sido diferente”.
(ENTREVISTADO A).

Ao serem questionados sobre as formações e estudos realizados nos Núcleos de Base, 05 (cinco) dos entrevistados disseram que tiveram algum tipo de palestra do INCRA sobre como “cuidar da terra”, os demais, 08 (oito) entrevistados, nem ao menos citaram qualquer tipo de atividade técnica, o que demonstra o caráter pontual e fragmentado do processo da assistência técnica prestada por aquela instituição, a qual não deu conta de acompanhar os processos produtivos do assentamento.

Ainda sobre as formações, apenas 02 (dois) dos entrevistados relataram ter tido formações internas organizadas pelos militantes de base do MST, dado que revela que o MST também teve dificuldade de garantir as tarefas de formação política, as quais dariam suporte para a sustentação ideológica dos Núcleos.

Outro fator apontado pelos entrevistados, diz respeito à dificuldade de comercialização dos produtos em função da precária infraestrutura existente e dos baixos preços praticados pelo atravessador, uma vez que, apesar da relativa proximidade com o centro urbano, ainda era necessário repassar o produto para a revenda, fato que diminuía o preço do produto. A via de acesso ao município de Castanhal-PA é uma estrada sem pavimentação asfáltica, cujas condições de trafegabilidade ficam restritas em função das intensas chuvas, apresentando um forte processo erosivo, o que resulta em muitas dificuldades do escoamento da produção.

A constituição do assentamento dividido em lotes de produção e agrovila, também foi relatado por 08 (oito) dos entrevistados como uma grande dificuldade na produção, uma vez que muitos dos lotes ficaram distantes das casas, sendo necessário, para garantir o trabalho na terra, em muito dos casos, ir morar no lote:

“Tive que ir morar no lote, para garantir que a terra desse, agente tem que esta perto, cuidar da roça, alimentar os animais, na agrovila não tem como cuidar da terra, tem muitas perdas morando lá”. (ENTREVISTADO A);

“Se agente deixar a plantação lá longe, como ela pode dar? tem que limpar, arar a terra, plantar. não dá para ficar indo e vindo todo dia, é muito longe”. (ENTREVISTADO I);

“Não tem como agente andar todo dia 10 ou 15 km para ir e pra voltar, é muito cansativo e quando a gente planta tem que está perto pra cuidar”. (ENTREVISTADO B);

“Se agente deixar o lote sozinho, tem os espertinhos que roubam as nossas galinhas, os bichos, né? e ai é prejuízo”. (ENTREVISTADO K)

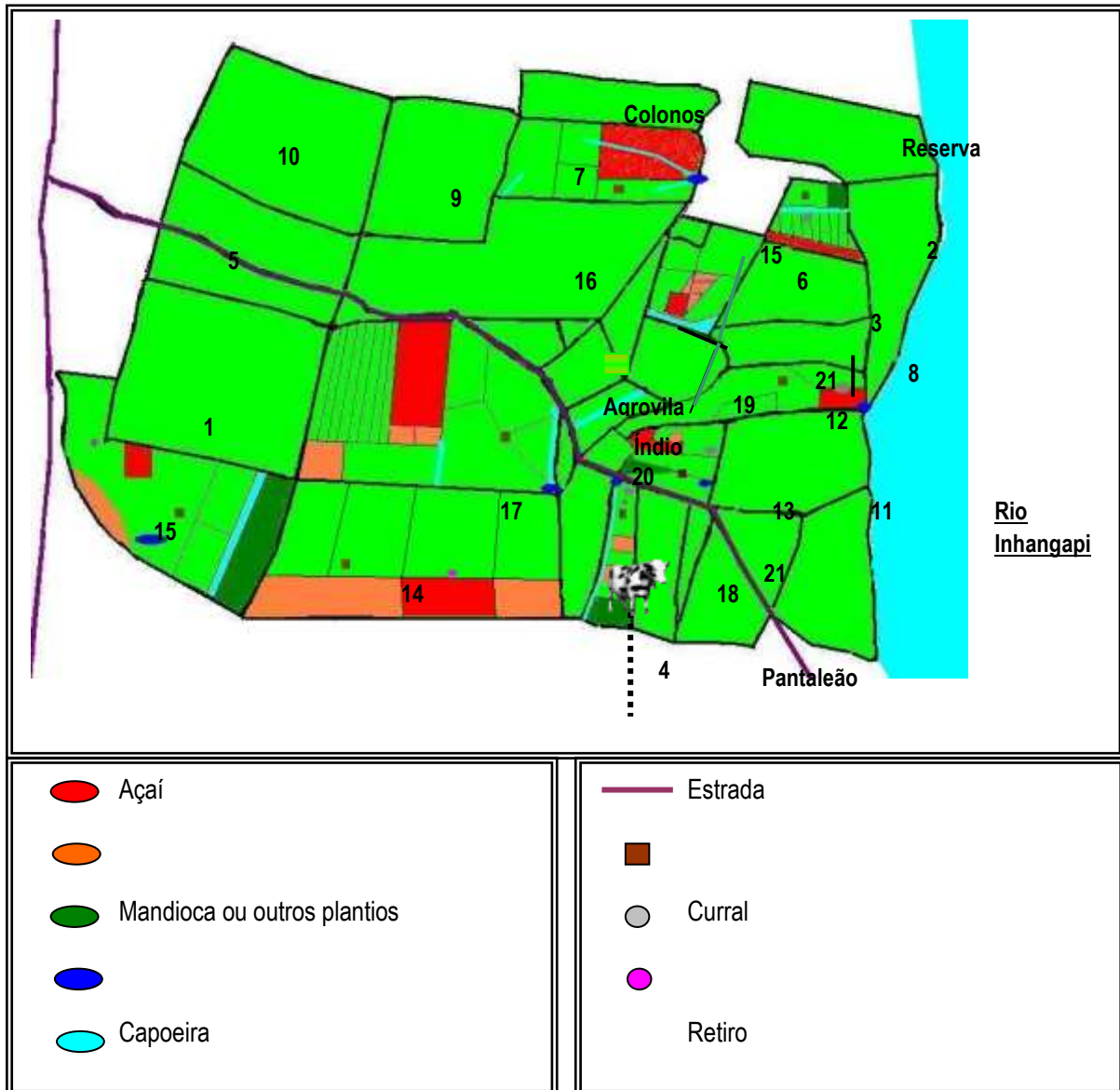


FIGURA II: representação dos lotes de produção do assentamento João Batista II.
Fonte: EMBRAPA/UFRA – 2003

A mudança da agrovila para o lote como local de moradia e produção faz com que o trabalhador retorne a condição de moradia precária que vivia no período de acampamento, uma vez que a casa de alvenaria fica na agrovila e ele constrói barracos de lona e/ou de madeira para residir no lote, doando, muitas das vezes àquela casa para os filhos que já constituíram famílias, ou alugando/emprestando para outras pessoas.

Nas reuniões dos NB's eram realizadas escalas de trabalho, com frequência acompanhada pelos coordenadores dos núcleos, e o dinheiro repartido de forma igualitária a todos. Contudo esta divisão financeira começou a ser questionada no

momento em que algumas pessoas começaram a observar que nem todos estavam trabalhando de forma tão extensiva como os demais.

“Quando eu não podia ir trabalhar, pagava alguém para ir no meu lugar, só para não deixar o companheiro na mão, mas ainda assim, tinha gente que não ia e recebia igualzinho a mim, não era justo” (ENTREVISTADO A);

“Só o dinheiro estava sendo dividido igual, o trabalho não, eu trabalhava de sol a sol, eu minha mulher e minha filha, levava o Núcleo nas costas, e os outros recebiam igual eu sem nem trabalhar”. (ENTREVISTADO B);

“Muitos só apareciam na hora de receber, aí fizemos a lista de presença, se não trabalha não é justo receber” (ENTREVISTADO C);

“Algumas pessoas tinham dificuldade em trabalhar com a terra, mas também não queriam aprender”. (ENTREVISTADO C)

Muitos assentados foram abandonando os Núcleos de Base e dividindo o lote para a produção e outras continuavam a acreditar no trabalho coletivo, como o caso da entrevistada I:

“Eu fiquei até o fim, trabalhava muito, mas muito mesmo, construir várias casas aqui e plantei muita mandioca. Meu marido queria sair do Núcleo, mas eu não, até que fui roubada. Teve um membro do nosso Núcleo que disse que ia vender os gado e dividir o dinheiro, agente estava precisando, mas ele vendeu e não deu nada pra gente. quando o núcleo foi dividido fiquei com a parte que não estava plantada, mas uma vez perdi tudo. não quero mais saber desse negócio de trabalhar com os outros”.

O relato acima revela o processo de destituição dos Núcleos, os quais foram expressos também nos relatos de 08 dos entrevistados, entre eles:

“Teve desonestidade de alguns que levaram o assentamento a falecia”. (ENTREVISTADO D);

“Os núcleos se dividiram e muitos, mais uma vez ficaram sem nada”. (ENTREVISTADO F);

“Vendemos tudo que agente tinha, maquinário, boi, colheita e dividiu a terra, não dava certo esse negocio de trabalhar muito e outros não”. (ENTREVISTADO G).

Ao serem questionados sobre as vantagens do trabalho coletivo, 12 (doze) dos entrevistados relataram que o trabalho ocorre mais rápido e que o resultado da colheita também, além do fato das relações sociais e vínculos afetivos serem solidificados, fato esse expressos nas falas abaixo:

“No início agente trabalhava feliz, um dava força pro outro, ajudava o outro. sinto falta disso”. (ENTREVISTADO M);

“Agente nem via a hora passar, um contava piada, o outro cantava, a outra trazia o café e o dia passava bem rápido, era muito bom”. (ENTREVISTADO D)

Assim, a partir de 2005 os Núcleos começaram a se desfazer, ficando constituídos apenas oficialmente no INCRA e no banco:

“Todos somos devedores, a terra não deu como agente queria e não conseguimos pagar o PRONAF” (ENTREVISTADO L).

“A dívida no banco ainda existe, mas os núcleos não deram certos”. (ENTREVISTADO O)

O entrevistado H relatou que a terra, por ter sido pasto de boi, e ter sido muito pisada por aquele animal, aliado ao fato de não terem condições de investir em insumos para a produção, “não conseguiu responder no tempo certo”, ocasionando em um endividamento coletivo, uma vez que não conseguiram pagar o PRONAF.

As dificuldades apresentadas na organização de uma produção coletiva, a qual vá ao encontro da emancipação do assentado é observada por Cristoffoli (2004, p. 70):

O baixo desenvolvimento das forças produtivas – disposição de poucas ferramentas e meios simples de trabalho (enxadas, foices, arados de tração animal, animais reprodutores comuns); inexperiência na gestão de organizações de complexidade mediana, como é o caso de coletivo nascente, onde o principal fator de produção é a mão-de-obra de seus associados; as terras geralmente exigem investimentos elevados em termos de trabalho e capital para colocá-los em condições adequadas de produção (destocas, roçadas, correção de acidez e fertilidade, conservação de solos, formação de pastagens, etc) [...] baixa produtividade do trabalho devido às condições das terras, dos meios de produção, da baixa qualificação da força de trabalho e da inadequada gestão dos recursos existentes.

Atualmente, a produção é feita de forma individual e, na maioria dos casos, de subsistência, sendo necessário, para a complementação da renda, alugar um pedaço do lote para a criação de gado aos fazendeiros da região, o que faz do assentado uma espécie de empregado daquele, uma vez que além de alugar o espaço para a pastagem, ele também cuida do animal por uma quantia irrisória, mas necessária à sobrevivência.

Assim como, o espaço dos lotes foram reconfigurados territorialmente e socialmente, uma vez que, devido os filhos dos assentados terem constituído famílias e continuarem no assentamento, o lote também foi dividido para atender a uma demanda familiar.

Os limites para o desenvolvimento da agricultura, a qual reflita as potencialidades dos agricultores e o desenvolvimento da terra é reflexo de uma política agrária brasileira, a qual apenas desapropria a terra, sem modificar o modelo concentrador da propriedade rural e modelo econômico vigente. Não garantindo condições reais para que o pequeno agricultor desenvolva a agricultura familiar.

Nesse sentido, de acordo com Martins (1997, p. 48):

Uma reforma agrária ampla e consequente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso.

Assim, para que de fato houvesse o desenvolvimento da agricultura no assentamento, a qual garantisse a emancipação dos assentados, seria necessária a superação da desigualdade na estrutura fundiária brasileira por meio de uma política efetiva de reforma agrária, a qual garantisse o crédito para custeio e investimento, com condições acessíveis de pagamento, assim como assistência e acompanhamento técnico, com as devidas condições para o desenvolvimento da terra.

4.3 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM NÚCLEOS DE BASE DOS ENTREVISTADOS DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II

Regando o deserto da consciência
 Um novo ser nasceu,
 É hora de ir em frente companheiro
 Você é o guerrilheiro
 Que a história nos deu.
 Regamos o deserto da consciência
 Um novo ser nasceu
 É hora de ir em frente, companheira
 Você é a guerrilheira
 Que a história nos deu. (Ademar Bogo)

No ano de 2005 o assentamento passou por um processo de ruptura política, ocasionando na formação de outra organização de trabalhadores no local - a FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) – muitos assentados foram para essa organização, inclusive, saindo do assentamento e retornando a acampamentos organizados pela federação.

Essa ruptura enfraqueceu a organização política do assentamento, e conseqüentemente dos NB's, que eram à base da estrutura. Assim como, houve, segundo relatos orais, denúncias de desvio de recursos dos núcleos por alguns coordenadores, assim como empréstimos em nome das cooperativas para investir no assentamento, os quais nunca obtiveram esse fim. Esse contexto resultou em muitos conflitos internos, sendo necessária a intervenção da direção estadual do MST, contudo, os assentados, em sua maioria estavam desacreditados e como consequência, os NB's começaram a se destituir.

Essa fragmentação política se materializou em três associações: Associação de Produção e Comercialização João Batista - APROCJOB, primeira organização que agregava os assentados ligados ao MST; A Associação Comunitária dos Agricultores do assentamento João Batista - ACAJOB, a qual está ligada à FETRAF; existe ainda uma terceira organização a COOPAP, única cooperativa do assentamento. Contudo, essas três organizações, as quais são rivais, também se encontram enfraquecidas, endividadas e, por muitos desacreditados, resultando em um problema de gestão e organização do assentamento, uma vez que, com a

destituição dos Núcleos de Base, todo o processo organizativo do assentamento também foi desfeito.

A pesquisa empírica demonstrou que mesmo com a organização do MST fragilizada dentro do assentamento, 85% dos entrevistados declarou pertencer ao movimento, fato explícito em algumas falas, como:

“Tudo que consegui foi graças ao MST, minha casa, meu filho ter estudado” (ENTREVISTADO I);

“O MST foi uma escola pra mim” (ENTREVISTADO H);

“O MST não tá mais funcionando aqui, mas ainda sou do MST, pois tudo que tem aqui no assentamento foi graças ao MST” (ENTREVISTADO M)

Os depoimentos dos entrevistados representam o sentimento de pertencimento ao MST, uma identidade⁴⁷ de classe, uma identidade entre si, como trabalhadores a qual foi construída nas ações contestatórias a partir de um processo histórico de expropriação social, uma vez que:

O conceito de classe social como elemento explicativo da ação social designa sujeitos que intervêm na história, que a partir das condições objetivas de vida são capazes, na luta política, de criar uma consciência social. A classe é, para o trabalhador, a formação social que organiza o seu confronto com a ordem, portanto, só se pode falar em consciência na luta de classes, em política, a qual se forja nas lutas sociais, pela ação coletiva, implicando uma organização que seja a portadora de uma ideologia própria. (VENDRAMINI, 2000, p. 34)

Esta identidade coletiva é expressa em Caldart (2001) quando explicita que Sem Terra com letras maiúsculas e sem o hífen, seria um nome próprio que identifica não mais sujeitos de uma condição de falta: não ter terra (sem-terra), mas sim sujeitos de uma escolha: a de lutar por justiça social e dignidade para todos.

47 Diferenças sexuais entre homens e mulheres, as quais são percebidas, representadas e normatizadas, as quais denotam nítidas relações de poder (SCOTT 1989)

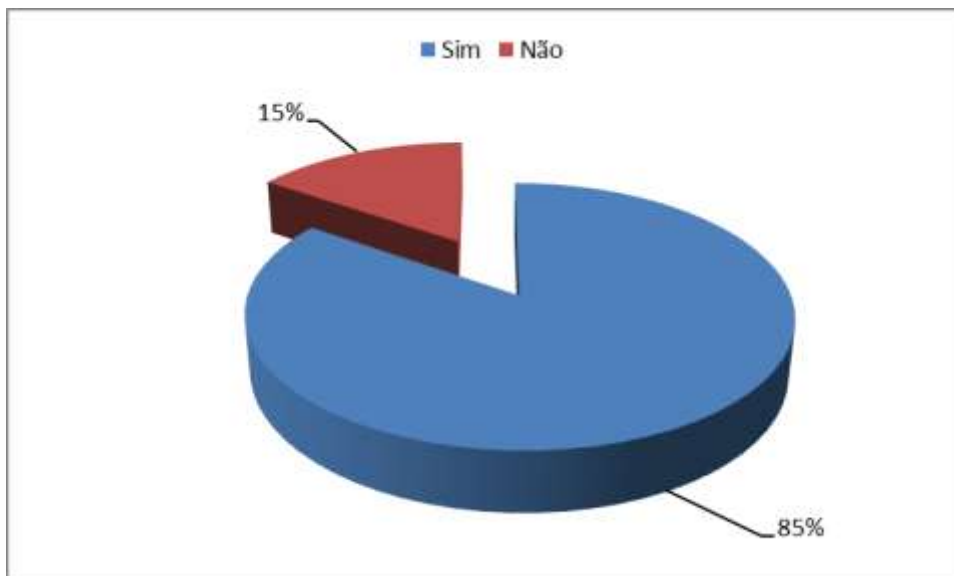


Gráfico X – Pertença dos entrevistados do assentamento João Batista II ao MST.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A identidade coletiva que foi formada a partir das relações sociais estabelecidas pelas famílias desde o período de acampamento, ainda nos grupos de famílias, pois:

O acampamento pode ser olhado como um grande espaço de socialização dos sem-terra, que passam a viver um tempo significativo de suas vidas em uma coletividade cujas regras e jeito de funcionar, embora tão diferente da sua experiência anterior, foram eles mesmos que ajudaram a constituir. É desde este aspecto que podemos identificar alguns dos aprendizados fundamentais que proporciona a quem dele participa (CALDART, 2000, p. 16).

Assim, ser Sem Terra no assentamento João Batista II ainda representa algo solidificado, por isso na fala de alguns entrevistados se expressa à frustração pelo processo organizativo ter se desfeito, como o expresso nas falas:

“Muitos não deram valor na luta, todo o sofrimento que agente passou”.
(ENTREVISTADO N);

“O MST me fez voltar à origem de agricultor, mas parece que muita gente esqueceu isso”. (ENTREVISTADO E);

“No acampamento comia tripa de galinha para sobreviver”.
(ENTREVISTADO N);

“Agente decidia junto às coisas, era muito bom”. (ENTREVISTADO I);

“-Erramos porque não estávamos muito maduro para a proposta de Núcleo”
(ENTREVISTADO H).

A fragmentação dos Núcleos de Base ocorreu por volta de 2008, contudo, todos os entrevistados lembraram o nome, o número e a quantidade de famílias que pertenciam aos Núcleos de Base que faziam parte.

Com a destituição do processo organizativo, verifica-se no assentamento o acirramento da questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, como a venda de droga, a violência ocasionada, principalmente, pelo uso abusivo de álcool, gravidez na adolescência, roubos e arrombamentos de casas, além do fato de ocorrer casos em que pessoas que não residem no assentamento cometerem crimes e se esconderem no local.

“Quando tinha coordenação no assentamento aqui não entrava qualquer um e tudo era decidido se a maioria quisesse”. (ENTREVISTADO H);

“Era seguro viver aqui no assentamento, hoje não é não. Toda hora entra gente que agente nunca nem viu”. (ENTREVISTADO N);

“Quando a pessoa fazia uma coisa errada, passava tipo como no tribunal e agente decidia se ele ficava no assentamento ou não, mas era punida. Hoje todo mundo faz o que quer e não acontece nada, ainda vem gente de longe que fez coisa errada e se esconde aqui”. (ENTREVISTADO C).

A organização em Núcleos de Base também deixou embriões de organizações coletivas como o exemplo de duas famílias, as quais os filhos constituíram sua própria composição familiar, e organizaram uma espécie de “Núcleo Coletivo de produção”, com a divisão do lote para a produção e a venda do excedente dividido de forma igual para todos.

“Com a família da para trabalhar coletivamente, não tem ninguém querendo passar por cima do outro, ganhar mais que outro”. (ENTREVISTADA A);

“Meus filhos e eu fizemos um empréstimo e estamos começando a produção, ainda pequena, mas futuramente vamos construir um galpão bom e eu vou me mudar para o lote e deixar eles na agrovila, mas todo dia vão ajudar na roça”. (ENTREVISTADA A).

Outra experiência de trabalho coletivo no assentamento é o Sistema Agroecológico de Produção Orgânica - SAPO, uma proposta de organização com base na produção familiar, a qual envolve 03 famílias, que objetiva a implementação de uma agricultura de base agroecológica, sem a utilização de qualquer tipo de agrotóxico, dentro de uma prática que respeite o meio ambiente, utilizando os

recursos naturais existentes na propriedade, numa perspectiva de realização e satisfação que ultrapassa um caráter puramente econômico.

Essa experiência tem uma proposta ousada, a qual inclui firmar parcerias com universidades e instituições para ampliar a discussão sobre agroecologia no assentamento, além de envolver temáticas a respeito de clássicos sobre as lutas populares, como forma de contextualização da luta pela reforma agrária firmada pelos movimentos sociais.

As atividades produtivas desenvolvidas no lote ainda são de subsistência e incluem a criação de pequenos animais, como pato, galinha e suíno, além do cultivo da macaxeira e hortaliças (Cariru, couve, alface, coentro, cebolinha); a principal cultura permanente é a do coco. Há também outros cultivos, tais como maracujá, pepino, melancia, abacaxi, acerola, banana, café, feijão e limão.

Uma das dificuldades enfrentadas para efetivação da proposta é a ausência de políticas públicas agrárias, as quais incluam o assessoramento técnico e incentivo financeiro para o desenvolvimento das ações. As atividades realizadas ainda são para a estruturação da proposta com os chamados “amigos do MST”, pessoas ligadas a instituições, professoras ou outros que possuem algum tipo de formação acadêmica, que de forma voluntária contribuem com o assessoramento técnico e discussões de literaturas a respeito da agroecologia e temas afins. O maior desafio para realização das atividades no assentamento, segundo o entrevistado I, um dos idealizadores do projeto, é reconquistar a confiança dos assentados e fazê-los compreender a importância da retomada da organização coletiva.

A pesquisa empírica identificou que os Núcleos de Base no assentamento João Batista II priorizaram os objetivos econômicos em detrimento de uma organização de luta política pela reforma agrária, uma vez que os assentados tiveram que dar conta do pagamento de uma linha crédito específica para a produção, fato que tomou todo o foco organizativo.

A realidade brasileira, marcada pela desigualdade social com debilidades estruturais da sociedade, ocasiona diversas limitações à classe trabalhadora, quer seja no plano político, quer seja no plano operacional. Assim, a necessidade econômica e a falta de políticas públicas rurais, as quais garantam que o pequeno produtor consiga se manter na terra até que as produções se desenvolvam, ocasionaram em um amplo esforço para que os projetos via NB's no assentamento João Batista II garantissem a sustentabilidade econômica, provocando um

fortalecimento do economicismo e fragilizando a organização política, contestatória e reivindicatória.

Por outro lado, foi identificado que o quadro de militância política do MST no assentamento não garantiu as discussões, formações e solidificação dos princípios organizativos do movimento, assim como garantir o “elo” entre a base e as direções estadual e nacional.

As disputas internas por espaços políticos dentro do assentamento, aliadas as suspeitas de fraudes e desvios de dinheiro de projetos, os quais deveriam garantir a sustentabilidade econômica do assentamento, como maquinários e insumos, provocou um descrédito generalizado no processo organizativo como um todo dentro do *lócus*, revelando a fragilidade política dos Núcleos de Base, a qual resultou na destituição dos mesmos.

Todavia, apesar da organização em Núcleos de base não ter funcionado da forma almejada pelo MST e apregoada por alguns autores como Fernandes (2000), identificou-se que os trabalhadores concentraram um enorme esforço para que a dinâmica organizacional tivesse êxito, dinamizando-o e trabalhando diariamente na sua construção. Dessa forma, faz-se necessário compreendê-lo dialeticamente, levando em consideração que a maioria das famílias não haviam antes do assentamento participado de qualquer forma de organização, assim como de nenhuma forma de trabalho coletivo.

Assim, dentro de toda limitação operacional e política, as famílias do assentamento João Batista II conseguiram se organizar e desenvolver, por pelo menos 05 (cinco) anos, formas de trabalhos coletivos, os quais se solidificaram na agricultura, com o desenvolvimento de horta e criação de animais de pequeno porte; na construção das casas de alvenaria na agrovila e no processo de gestão do assentamento como um todo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Tive um chão (mas já faz tempo)
Todo feito de certezas
Tão duras como lajedos.
Agora (o tempo é que fez)
Tenho um caminho de barro
Umedecido de dúvidas.
Mas nele (devagar vou)
Me cresce funda a certeza
De que vale a pena o amor (Thiago de Melo)*

A luta pela terra tem como cerne a questão social expressa no campo, a qual é permeada por relações assimétricas, as quais colocam os trabalhadores rurais no “centro” do trabalho no campo, mas a margem da apropriação do seu trabalho, uma vez que, sobre a égide do projeto neoliberal, milhares de trabalhadores rurais sobrevivem sem garantia de direitos básicos, alijados de condições para desenvolver seu trabalho e privados do acesso a uma vida digna.

No cenário rural existem dois grandes modelos de desenvolvimento com diferenciado projeto político, econômico e social. Um dos modelos se caracteriza pela dimensão familiar, com a absorção de um grande número de mão de obra, a qual desenvolve a agricultura de subsistência baseada na pluricultura e a pequena pecuária bovina, em pequenas dimensões de terras, tendo a renda é baseada na venda dos excedentes nas feiras locais e regionais. Esse é o modelo defendido pelos movimentos sociais de luta pela terra para os assentamentos de reforma agrária.

O outro modelo é caracterizado pela utilização de grandes extensões de terra, geralmente dedicadas a monoculturas agrícolas para a exportação ou à pecuária extensiva bovina, com alto grau de sofisticação técnica e com uma utilização intensiva e temporal da mão de obra assalariada. São dois modelos que se opõem e se colidem, uma vez que o primeiro objetiva o bem-estar dos trabalhadores e a produção de alimentos e trabalho, enquanto o segundo se constitui como um projeto totalmente voltado para o mercado externo, compreendendo o uso da terra estritamente como um negócio rentável, mantendo o monopólio de grandes extensões de terra.

O conflito entre esses dois modelos, o qual é questionado, principalmente através de ocupação de terras, por vezes acompanhada de formas de violência especialmente pelos grandes proprietários, reflete-se em expressões da “questão

social” no campo, a qual é fruto do conflito entre capital e trabalho que produz processos sociais desiguais vivenciados pelos assentados em seu cotidiano. Assim, “o desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social.” (IAMAMOTO, 2006, p.75). Para tanto, torna-se urgente o reconhecimento e o desvelamento dessas expressões a partir de uma visão crítica, a qual possibilite enxergar além das aparências.

Desse modo, esta dissertação apresentou a análise da organização dos trabalhadores rurais ligados ao MST, especificamente de um mecanismo de participação, os Núcleos de Base, no assentamento João batista II, em Castanhal Pará, o qual se mostrou ser um espaço social complexo e contraditório, expressão da “Questão Social” manifestada por meio da questão agrária na região amazônica.

No cenário de resistência do campo está inserido o MST, o qual é compreendido como um movimento social, de caráter popular, reivindicatório e contestatório. Nessa perspectiva o MST, a partir da organização do campesinato, pressiona o Estado e seus órgãos executores das políticas públicas, para efetivação de uma reforma agrária que garanta condições do agricultor retornar a terra e nela permanecer, produzindo alimentos sem agrotóxicos e combatendo o agronegócio.

O MST vem se destacando no cenário da luta pela terra também por seu projeto organizativo no âmbito do rural e do urbano, o qual inicia no processo de ocupação da terra e objetiva garantir a participação do maior número de trabalhadores na gestão e organização do território (FERNANDES, 2000).

A participação é elemento central em um processo compreendido como Núcleos de Base, os quais devem se consolidar como espaço democrático, onde os camponeses iniciem e consolidem uma participação na vida do assentamento, da cooperativa, da regional e do movimento do MST como um todo. (MST, 2005)

Essa participação, como vivência dos sujeitos sociais em movimento, em um processo dialético, tem como máxima a formação de protagonistas sociais a partir do “desenvolvendo de uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova”. (GOHN, 2005, p. 30-31)

Na realidade do assentamento João Batista II, a práxis do processo organizativo evidenciou uma necessidade de discutir todo o processo organizacional e, inclusive de cooperação, uma vez que todo o processo iniciado no

período de acampamento, o qual se estendeu ao assentamento foi completamente desfeito, desde a base, via Núcleos de Base, perpassando pelos setores, até a coordenação do assentamento.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com todo o processo de acampamento e privações que esse período resulta, conseguiram questionar a propriedade privada e transformá-la em coletiva. O maior desafio foi superar a sua condição individual de existência e reprodução, condição esta que foi apontada pela maioria dos entrevistados como crucial para destituição dos NB's.

Esses agricultores tem valores individualistas incorporados em seu processo histórico de formação, os quais mostram-se como entraves para o desenvolvimento de um trabalho nos moldes do coletivo, o processo de readaptação às novas formas de vida no assentamento e ao enfrentamento das diferenças culturais é demorado e constrói-se em tempos diferentes para cada um.

Conforme exposição de alguns entrevistados, os assentados que conseguiram superar a barreira do individualismo e que optaram pelo trabalho coletivo, enfrentaram situações que envolviam possíveis desvios de dinheiro por um pequeno grupo, fato que abalou todo o processo de confiança nos NB,s constituída ainda no período de acampamento. Esse acontecimento foi o ponto inicial da destituição do processo organizativo em Núcleos de Base.

Com a liberação dos recursos do PRONAF para a implantação da agricultura, os NBs foram totalmente absorvidos pelas discussões de sustentabilidade e organização da produção, sendo deixados em segundo plano às demandas políticas coletivas, os processos formativos, e a organização do assentamento como um todo.

Os NBs em sua maioria ficaram direcionados apenas à produção, não conseguindo se sustentar frente aos projetos, os quais demandaram uma produção maior do que as que os trabalhadores estavam adaptados, assim como não foi garantido pelo INCRA um assessoramento técnico, o qual direcionasse os trabalhadores para o desenvolvimento de culturas específicas a realidade do solo, o que, em muitos NB's ocasionou em perdas totais de investimentos.

Assim como, não conseguiram garantir os insumos necessários ao plantio e colheita, tais como sementes, adubos, entre outros, ocasionando assim em um endividamento coletivo frente aos bancos, pois que não conseguiram saldar as dívidas do PRONAF.

Para que esses trabalhadores rurais conseguissem desenvolver a agricultura nos moldes do mercado, em condições de competição com o grande produtor, seria necessário um acompanhamento técnico rigoroso e sistemático, além de investimentos em equipamentos mecanizados, insumos e etc., os quais não foram conseguidos garantidos pelos NB, nem pelas cooperativas de produção. (relatos orais de N e H)

O escoamento da produção também foi um entrave para a garantia da comercialização dos produtos, uma vez que apesar do assentamento ser, de certa forma, próximo do centro urbano e feiras, as estradas se mostram sem condições de trafegabilidade, principalmente nos períodos chuvosos além de ter apenas um transporte coletivo para atender a todo o assentamento.

Na organização dos NB's, de acordo com relatos, os conflitos eram intensos nas reuniões, por vezes não conseguindo chegar ao consenso para direcionamento da produção e/ou encaminhamentos políticos para a ação. As concepções diferentes em torno do trabalho coletivo mobilizavam os debates, uma vez que ainda estava bem impregnado o trabalho individual como o modelo ideal de desenvolvimento da agricultura.

Todavia, a respeito dessa organização em Núcleos de base, seria precipitado afirmar que não deu certo em todo seu conjunto, uma vez que seus resultados são visíveis enquanto conquistas sociais no assentamento, a exemplo das casas, as quais foram construídas em regime de mutirão, as roças, as quais deram para iniciar, aprender e reaprender a trabalhar em coletivo e em quantidade maior. Portando, o fato de ter deixado um “embrião” para novas possibilidades coletivas, a exemplo do SAPO e de alguns assentados que iniciam ainda informalmente o trabalho coletivo familiar.

A identidade “Sem Terra”, reflexo de todo o processo de luta desses assentados, foi evidenciado no resultado da pesquisa empírica, o que explicita ser ainda uma característica coletiva forte para que os processos organizativos e reivindicatórios retomem-se no assentamento, talvez em outro moldes, solidificados a partir de sua consciência de classe, mas principalmente a partir do reestabelecimento da confiança mútua, o que, sabe-se, não é tarefa fácil.

Essa dissertação de mestrado não tem a pretensão de ser conclusiva, uma vez que se compreende que a realidade é dinâmica, podendo (devendo) ser analisada sobre vários prismas e teorias. Desse modo, acredita-se que ela pode contribuir com

a temática organizativa do MST, para que esse possa discutir rever, modificar, aprofundar seus processos organizativos a partir da realidade sociocultural de cada assentamento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro**: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. 1997. 198 pag. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1997; (mimeografado);

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez, 1991;

ASSELIN, Victor. Grilagem: **corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982;

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento João Batista II**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Belém, PA); UFPA. Belém, jul. 2001. (Mimeografado).

BRASIL. **Formalização do Processo de desapropriação da área da fazenda Tenari – Bacuri**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Belém/PA, maio de 2002;

BRELAZ, Walmir Moura. **Os sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás**: um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana. Belém: (s.n), 2006;

BRINGEL, Fabiano de Oliveira: **Rumos, trechos e borocas**: trajetórias e identidades camponesas de assentamentos rurais no Sudeste do Pará. 217 pag. dissertação de mestrado — Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2006. UFPA

CALDART, Roseli. **Por uma Educação do Campo**: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J., Cerioli, P.C.(Org) Por uma educação do Campo: identidade e políticas públicas, 2002. CONSULTA POPULAR. Cartilha nº 04. **Trabalho de Base**. 6º ed. São Paulo. 2001;

_____. CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/downloads/finish/43/274?Itemid=23>. Acesso em 25 de julho de 2013;

_____. **Conflitos no Campo – Brasil 2012**. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013;

CANUTO, Antônio; SILVA, Cássia Regina; LAZZARIN, Flávio (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2012**. [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: IICA/MEPF/NEAD, 1998. Disponível em <http://www.dataterra.org.br>. Acesso em 20 de maio de 2013;

COLETTI, C. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. *In*: Revista Lutas e Resistências, Edição eletrônica. 2006, Londrina, nº 1. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/sumario revista3.html>. Acesso em 15 de junho de 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 6 edª. 1993.

CRISTOFFOLI, Pedro Ivan. (org). **A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária. Caderno de Cooperação Agrícola**. São Paulo: CONCRAB, n.11, 2004.

ENDLICH. Ângela Maria. Perspectivas sobre o Rural e o Urbano. *In*: SPOSITO. M. Encarnação Beltrão. WHITACKER. Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o Urbano e Rural**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010;

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000;

_____. **20 anos do MST e a Perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula**. Departamento de Geografia – UNESP. S/A. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/20anosdomsteaperspectivadareforma.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

_____; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009;

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995;

_____. **Conselhos Gestores e Participação sócio - política.** São Paulo: Cortez, 2^o ed. 2003;

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Mídia, Terceiro setor e MST: Impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000;

_____. **Teorias dos Movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 2^o ed., 1997;

GOMES, Maria Suely Ferreira. **A construção da organicidade no MST: A experiência do assentamento 26 de março/ Pará.** 2009. 167 pag. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande – SP, 2009;

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** 2^o ed. São Paulo: Contexto, 2005;

GONÇALO, José Evaldo.. Brasília: Plano, 2001. **Reforma agrária como política social redistributiva.**

IBGE. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro. 2010. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religi_ao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2013;

_____. **IBGE: Uma análise dos resultados do universo do Censo demográfico de 2010, 2011** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf. Acesso em 15 de junho de 2013;

BRASIL. **Formalização do Processo de desapropriação da área da fazenda Tenari – Bacuri.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Belém/PA, maio de 2002;

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação Profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Trabalho e individuo social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

JUNIOR, José Antônio Guilherme. NAHUM, João Santos. **Reprodução Social e Permanência no Campo - Um Estudo no Assentamento João Batista II, castanhal – Pará.** In: XXI Encontro de Geografia Agrária.Uberlândia-MG. Disponível em

http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1223_1.pdf: Acesso em 01/08/2013.

KAGEYAMA, Ângela. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**. 2001. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/asp-2-01.htm>. Acesso em: junho de 2013.

LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Cartografia de saberes nas práticas educativas cotidianas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST na Amazônia Paraense**. 256 pag. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará, Belém/PA: 2007; **(mimeografado)**.

LOUREIRO. Violeta Refkalefsky. PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. In: Dossiê Amazônia Brasileira II. Revista de Estudos Avançados. São Paulo. vol.19. Páginas 77-98. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142005000200005. Acesso em 22 de agosto de 2013.

MARX, Karl. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Presidente Prudente: Revista NERA. Ano11. Nº 12. Pag. 57-67.

MARTINS, José S. M. Os Camponeses e a política no Brasil. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MENDONÇA, Yuri Vidal Santiago. **Assentamento Rural: Da propriedade privada à produção coletiva - O caso dos PA's Cupiúba e João Batista II**. 2004.96 pag. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em http://teses.ufrj.br/ippur_m/yurividalsantiagodemendonca.pdf. Acesso em 04/08/2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método, Criatividade**. 6 ed. Petrópolis : Vozes, 1996.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Cartilha do **XII Encontro Nacional do MST - extenso**. São Paulo: MST, 2004. (Cartilha interna).

_____. **Organicidade e o planejamento: o funcionamento das brigadas no MST**. Pará: setembro de 2005. (Cartilha de Estudo nº04)

_____. **A Reforma Agrária necessária.** São Paulo: MST, 2006. (Cartilha interna).

_____. **Princípios da Educação no MST:** Reforma agrária, semeando educação e cidadania. Caderno de Educação Nº 8. São Paulo: MST 1999; (Cartilha interna).

_____. **MST: Lutas e Conquistas.** 2 ed. São Paulo: MST. 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>. Acesso em 13 /05/ 2013.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. **Amazônia e desenvolvimento capitalista:** elementos para a uma compreensão da “questão social” na região. Rio de Janeiro: PPGESS/UERJ, 2006.

_____. **A questão agrária, Urbana e Ambiental na Amazônia Brasileira:** Notas para o Debate. IN: Revista Temporalis. Brasília: Gramma livraria e editora, n. 24, p. 171-189, jul/dez. 2012.

NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. O paradoxal desenvolvimento do Estado do Pará: Efeitos no social. In: SCHERER. Elenise (Org.). **Questão Social na Amazônia.** Manaus: Edua, 2009.

NEVES, Delma Pessanha Neves (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil:** Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: UNESP; Brasília. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato brasileiro).

NUARA. Texto de formação sobre a luta pela terra. 2002 (cartilha interna) (mimiografado).

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco.** Editora Boitempo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, B. A Dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. (org.) **Método histórico social na Psicologia Social.** Petropolis: Vozes, 2005.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia.** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROSA. Lucelina Rosseti; FERREIRA Darlene Aparecida. Um olhar sobre a Bibliografia. In: SPOSITO. M. Encarnação Beltrão. WHITACKER. Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre o Urbano e Rural. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA. Graciliano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

STÉDILE, J. P. FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____ (Org). **A Questão Agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma Agrária na década de 2000. 1º ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

_____. (org.) **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500 - 1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1989; artigo. 15 pag. disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=16152>. Acesso em 01 de agosto de 2013.

SILVA, J.G. **O que é questão agrária?** 18. ed. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SOUZA, Elisabeth Lobo. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

TOURAINÉ, Alan. **Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes**. In: Albuquerque, J. A. G. (org.). **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz. 1977.

SANT'ANA, Mídiã Olívia Bentes. **Núcleos de Base do Assentamento João Batista II**: construindo o caminho do protagonismo popular. 60 pag. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Faculdade de Serviço Social - Universidade Federal do Pará, Belém/PA: 2006; (mimeografado).

TAVARES, José Vicente. **Conflitos agrários e violência no Brasil**: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2013.

VALADÃO, Adriano da Costa. **Os núcleos de base do MST e a construção da cooperação agrícola**: assentamento contestado - Estado do Paraná. 186 pag. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2005.

VENDRAMINI, Célia R. **Terra, trabalho e educação**: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Unijui, 2000.

WANDERLEY, Maria de N. B. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre:UFRGS, 2009.



Universidade Federal do Pará
 Centro Sócio Econômico
 Programa de Pós Graduação em Serviço Social
 Mestrado em Serviço Social

Roteiro de Entrevista: O Processo Organizativo do MST através dos Núcleos de Base: A experiência do Assentamento João Batista II - Castanhal/PA.

Entrevistadora: Midiã Olivia Bentes Sant'ana

Data: ____/____/2013

Nº _____

Público alvo: Assentados.

1. PERFIL SOCIAL

1.1. Sexo: () Masc. () Fem.

1.2. Idade: _____

1.3. Estado Civil: () Solteira/o () Casada/o () Companheira/o () separada/o
 ou divorciada/o () viúva/o

1.4. Tem filhos/as?: Sim () não () quantos? _____

1.6 quem é o chefe da casa? _____

1.7. Escolaridade: _____

1.8. Reside há quanto tempo no assentamento?: _____

1.9. Antes do assentamento residia onde? : _____

1.10. Antes de vir para o assentamento trabalhava em que? _____

1.11. Profissão/ocupação atual: _____

1.12. Aprendeu com quem a ocupação atual? _____

1.13. Participa de algum programa de transferência de renda? Não ()

Sim () qual?

1.14. Domicilio em: () madeira () alvenaria () taipa () palha () lona
 () outros _____

1.15. Possui água encanada? () sim () não

1.16. Possui energia elétrica? () sim () não

1.17. A casa foi construída: () individualmente/familiar () em núcleo
 () terceiros.

2. PRODUÇÃO

2.1. como se dá a organização da produção mediante os núcleos de base? _____

2.2. O que é produzido? _____

2.3. Existe trabalho coletivo no Núcleo de Base? () não, () sim /como escreveria? _____

2.4. Em sua opinião, quais as vantagens e desvantagens de trabalhar em grupo e de trabalhar sozinho?

3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

3.1. Você pertence ao MST? () não () sim

3.2. Como você veio para o assentamento? _____

3.3. Você sabe o que são os núcleos de base no mst? () não () sim

3.4. Você pertence a algum ao núcleo de base?: () não () sim

Em caso negativo, por quê? _____

Em caso afirmativo, qual? _____

3.5. Como surgiu a proposta da organização dos assentados em núcleos de base?

3.6. Quantas famílias fazem parte dos núcleos de base? _____

3.7. Qual critério utilizado para a organização das famílias em núcleos de base?

3.8. Quais os tipos de discussão que são realizadas nos núcleo de base?

3.9. Havia dificuldades nos debates? _____

3.10. Em caso positivo, quais? _____

3.11. Quais as maiores dificuldades na organização em núcleos de base?

3.12. Existem formações continuadas no núcleo de base? () não, () sim

/qual? _____

3.13. Esse processo organizativo teve alguma importância em sua vida? () não,

() sim /qual, Porque? _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada **O Processo Organizativo do MST através dos Núcleos de Base: A experiência do Assentamento João Batista II - Castanhal/PA**, a qual tem por objetivo compreender a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Núcleos de Base no Assentamento João Batista II. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você poderá recusar - se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição com a qual a pesquisa está diretamente ligada.

O benefício relacionado à sua participação será o de contribuir com o conhecimento acadêmico acerca dos processos organizativos de trabalhadores rurais em movimentos sociais, assim como o resultado da pesquisa será voltado para o *lócus*, a fim de contribuir com a práxis dos sujeitos.

O Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail da pesquisadora responsável, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Desde já agradecemos!

Nome da Orientadora : Profª Drª Nádia Fialho.

Nome da Orientanda: Midiã Sant'ana

Cel: (91) 9615-4342. e-mail: midiasantana@yahoo.com.br

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Recebi uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

_____, ____ de _____ de 201

Participante da Pesquisa:
